

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

PEDRO DE SOUZA ÁVILA

**O RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL – AS HIPÓTESES DE CABIMENTO E A NECESSIDADE
DE SUA AMPLIAÇÃO PARA A PLENITUDE DA UNIFORMIZAÇÃO
JURISPRUDENCIAL PROMOVIDA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO
TRABALHO**

FLORIANÓPOLIS – SC

2016

PEDRO DE SOUZA ÁVILA

**O RECURSO DE REVISTA SOB A ÉGIDE DO NOVO CÓDIGO DE
PROCESSO CIVIL – AS HIPÓTESES DE CABIMENTO E A NECESSIDADE
DE SUA AMPLIAÇÃO PARA A PLENITUDE DA UNIFORMIZAÇÃO
JURISPRUDENCIAL PROMOVIDA PELO TRIBUNAL SUPERIOR DO
TRABALHO**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Direito da Universidade Federal de Santa
Catarina, como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel em
Direito.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Antônio
Temponi Lebre

FLORIANÓPOLIS – SC

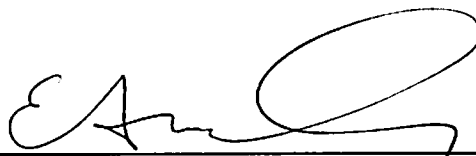
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

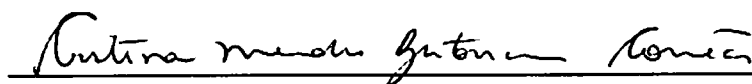
TERMO DE APROVAÇÃO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado O Recurso de Revista sob a égide do Novo Código de Processo Civil - As hipóteses de cabimento e a necessidade de sua ampliação para a plenitude da Uniformização Jurisprudencial promovida pelo TST, elaborado pelo(a) acadêmico(a) Pedro de Souza Ávila, defendido em 21/12/2016 e aprovado pela Banca Examinadora composta pelos membros abaixo assinados, obteve aprovação com nota 9,5 (nove e meio), cumprindo o requisito legal previsto no art. 10 da Resolução nº 09/2004/CES/CNE, regulamentado pela Universidade Federal de Santa Catarina, através da Resolução nº 01/CCGD/CCJ/2014.

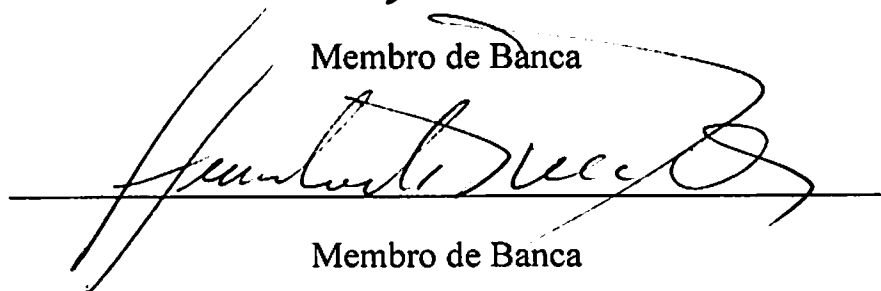
DEZEMBRO
Florianópolis, 21 de Novembro de 2016



Professor Orientador



Membro de Banca



Membro de Banca

AGRADECIMENTOS

De maneira geral, agradeço a Deus, aos meus familiares, aos meus amigos, aos professores que me inspiraram, às pessoas que me deram oportunidades durante a minha vida e àqueles que passaram o tempo comigo com carinho por variados motivos.

De maneira específica, meu agradecimento vai às seguintes pessoas:

Primeiro, meu Pai. Tenho orgulho de ser filho desse ser humano – ele sim corresponde ao termo na acepção pura da palavra. Tenho certeza que não existe faculdade de direito ou formação jurídica que forme uma pessoa tão justa quanto ele. Ele pode não saber, mas é minha inspiração nos momentos alegres e nos momentos difíceis. Além do mais, me deu uma mãe incrível, dois irmãos fantásticos e escolheu o time do meu coração – lhe agradeço demais por tudo isso e por todas as coisas que são impossíveis de listar aqui. Saiba que se eu chegar a um doze avós do que você é, estarei contente. Ainda terei o privilégio de trocar muitas fraldas suas, assim como você fez comigo.

Segundo, minha Mãe. Tudo que falei do meu pai aplico aqui também, promovidas as devidas adequações – com exceção, é claro, do time do coração.

Terceiro, aos meus dois irmãos. Sou um privilegiado de ter nascido com uma irmã gêmea e com um maninho – que na verdade é mais velho do que eu. Formaram-se excelentes profissionais e todos nós sabemos que são os mais inteligentes da família. Estão com um rumo na vida e eu fico muito contente por isso. Vocês estarão sempre no meu coração, tenham certeza disso.

Quarto, aos meus amigos verdadeiros. Eles sabem quem são, embora eu não demonstre, e fico triste por ter perdido oportunidades de estar mais vezes com eles. Carrego vocês todos junto comigo.

Perdoem-me se esqueci de alguém importante, mas creio que esses são os pilares fundamentais que me formaram como pessoa e que agora permitem minha formação acadêmica.

RESUMO

O marco inicial deste trabalho é a problemática atinente às hipóteses de cabimento do Recurso de Revista e os reflexos que as alterações promovidas pelo Novo Código de Processo Civil causaram neste recurso de natureza extraordinária.

Hodiernamente, tem-se verificado a exacerbação desenfreada de recursos aos Tribunais Superiores do Brasil, com nítidas intenções protelatórias. Tratando-se especificamente acerca do Direito Processual do Trabalho, verifica-se que os Recursos de Revista – destinados a uniformizar a interpretação jurisprudencial das legislações federal, constitucional e estadual no âmbito da competência da Justiça do Trabalho, além de resguardar a aplicabilidade desses instrumentos – têm sido utilizados sem a observância aos seus pressupostos e sem a adequação às suas hipóteses. Daí decorreu a necessidade de estudo das hipóteses de cabimento do Recurso em questão, bem como dos pressupostos gerais e específicos

As hipóteses de cabimento do Recurso de Revista na fase de conhecimento estão dispostas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do art. 896, da CLT, que sofreram modificações com o advento do Novo Código de Processo Civil.

Também foram promovidas alterações importantes nos parágrafos do dispositivo celetista acima, verificando-se uma tendência ao fortalecimento do respeito à jurisprudência dos Tribunais, uma dificuldade ao conhecimento do Recurso de Revista, a obrigatoriedade de os Tribunais Regionais uniformizarem suas jurisprudências internas e editarem súmulas, etc.

Além disso, defenderemos a necessidade de ampliação das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, para permitir que a violação a princípios, deveria, mais do que nunca, ensejar a possibilidade da Revista e da consequente uniformização jurisprudencial promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho.

Até porque, sendo a função precípua do Tribunal Superior do Trabalho a pacificação nacional, com maior propriedade deve existir o cabimento da revista de hipóteses de violação aos princípios, possibilitando a integridade das normas fundantes do ordenamento jurídico brasileiro.

Ademais, traremos vasta doutrina e jurisprudências para análise dos dispositivos concernentes ao Recurso de Revista, os seus pressupostos gerais e específicos para eventual admissibilidade, as hipóteses existentes para o cabimento do Recurso de Revista e a necessidade de ampliá-las, e se o TST vem cumprindo com as suas funções.

A importância do tema é atual, em vista das novidades legais e da necessidade de respeito às decisões do Tribunal Superior do Trabalho, além de observá-lo efetivamente como a instância extraordinária que é – ressaltando-se que os seus jurisdicionados estão dispostos em todo o território nacional.

Por fim, o método utilizado foi o indutivo. A técnica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, juntamente com pesquisa jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal.

Palavras-chave: Recurso de Revista, Tribunal Superior do Trabalho, Uniformização Jurisprudencial, Princípios Fundamentais.

ABSTRACT

The initial frame of this work is the problematic related to the hypotheses of fit of the Review Resource and the reflexes that the changes promoted by the New Code of Civil Procedure caused in this resource of extraordinary nature.

The unrestrained exacerbation of appeals to the Higher Courts of Brazil has clearly occurred, with clear protective intentions. In the specific case of Labor Procedural Law, it should be noted that the Journal Resources - intended to standardize the jurisprudential interpretation of federal, constitutional and state legislation within the jurisdiction of the Labor Courts, in addition to safeguarding the applicability of these instruments - Have been used without observing their assumptions and without the adequacy to their hypotheses. This led to the need to study the hypothesis of appropriateness of the Appeal in question, as well as the general and specific assumptions

The hypothesis of the appropriation of the Journal Resource in the knowledge phase are set out in sections "a", "b" and "c" of art. 896, of the CLT, which have undergone changes with the advent of the New Code of Civil Procedure.

Important changes were also made to the paragraphs of the above-mentioned provision, with a tendency to strengthen respect for the jurisprudence of the Courts, a difficulty in knowing the Review Resource, the obligation of the Regional Courts to standardize their internal jurisprudence and edit precedents, etc. .

In addition, we will defend the need to extend the hypothesis of appropriateness of the Review Appeal, to allow the violation of principles, should, more than ever, allow the possibility of the Journal and the consequent uniformity of case law promoted by the Superior Labor Court.

Inasmuch as, as the chief function of the Superior Labor Court is the national pacification, with greater ownership there must be the appropriateness of the journal of hypotheses of violation of the principles, enabling the integrity of the founding norms of the Brazilian legal system.

In addition, we will bring extensive doctrine and jurisprudence to analyze the provisions concerning the Journal Resource, its general and specific assumptions for eventual admissibility, the existing hypotheses for the appropriateness of the Journal Resource and the need to extend them, and if the TST comes Fulfilling their duties.

The importance of the topic is current, in view of the legal novelties and the need to respect the decisions of the Superior Labor Court, in addition to effectively observing it as the extraordinary instance that is - emphasizing that its jurisdictions are arranged throughout the National territory.

Finally, the method used was the inductive one. The technique used was that of bibliographic research, along with jurisprudential research from the Superior Labor Court, Superior Court of Justice and Supreme Federal Court.

Key words: Appeal of Review, Superior Labor Court, Jurisprudential Uniformization, Fundamental Principles.

“Keep your head up and try
to keep the faith and pray for
better dayz.” *Tupac Shakur*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 A JUSTIÇA DO TRABALHO E OS PRINCÍPIOS DO PROCESSO LABORAL E SUA INTERPRETAÇÃO JUDICIAL	11
1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO	11
1.2 A HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL	17
1.2.1 OS CONSELHOS PERMANENTES DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM, OS TRIBUNAIS RURAIS E AS COMISSÕES MISTAS DE CONCILIAÇÃO E AS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO	17
1.2.2 SURGIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL	18
1.2.3 A JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUA ÓTICA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	20
1.3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS (ESPECÍFICOS) DO PROCESSO DO TRABALHO E INTERPRETAÇÃO NORMATIVA	23
1.3.1 CONCEITO E FUNÇÕES DOS PRINCÍPIOS DO/NO DIREITO	23
1.3.2 BREVES COMENTÁRIOS AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL E AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL EXTENSÍVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO	26
1.3.3 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DO TRABALHO	30
1.4 A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA: AS VARAS DO TRABALHO, OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	34
1.4.1 INTRODUÇÃO	34
1.4.2 ÓRGÃOS JURISDICIONAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO	35
1.4.2.1 VARAS DO TRABALHO	35
1.4.2.2 TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO	36
1.4.2.3 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO	38
1.4.3 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO: COMPETÊNCIA FUNCIONAL E ATUAÇÃO COMO INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA	40

1.4.3.1 FUNCIONAMENTO DO TST	41
1.4.3.2 ATUAÇÃO DO TST COMO INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA: O OBJETIVO DO RECURSO DE REVISTA	42
1.4.3.2.1 A PACIFICAÇÃO SOCIAL PROMOVIDA ATRAVÉS DO RECURSO DE REVISTA – A FINALIDADE PRECÍPUA DO TST	45
2 RECURSO DE REVISTA	47
2.1 PRINCÍPIOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS	48
2.1.1 PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO	49
2.1.2 PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE	51
2.1.3 PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE OU UNIRRECORRIBILIDADE	51
2.1.4 PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE	52
2.1.5 PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMA PARA PIOR (<i>REFORMATIO IN PEJUS</i>)	53
2.1.6 PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE	54
2.1.7 PRINCÍPIO DA VARIABILIDADE	55
2.1.8 PRINCÍPIO DA IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	57
2.2 PRESSUPOSTOS GENÉRICOS DOS RECURSOS	60
2.2.1 PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS	61
2.2.1.1 CABIMENTO - RECORRIBILIDADE DO ATO, PREVISÃO LEGAL DO RECURSO E ADEQUAÇÃO	61
2.2.1.2 INEXISTÊNCIA DE FATO EXTINTIVO OU IMPEDITIVO DE RECORRER	63
2.2.1.3 TEMPESTIVIDADE	64
2.2.1.4 REGULARIDADE FORMAL	65
2.2.1.5 REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO	67
2.2.1.6 PREPARO	68
2.2.2 PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS	72
2.2.2.1 LEGITIMIDADE	73
2.2.2.2 CAPACIDADE	75
2.2.2.3 INTERESSE	75
2.3 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DO RECURSO DE REVISTA NA FASE DE CONHECIMENTO	76
2.3.1 PREQUESTIONAMENTO	77

2.3.2 IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS	83
2.3.3 TRANSCENDÊNCIA	86
2.3.4 ÔNUS PROCESSUAL DO RECORRENTE E O PROCESSAMENTO DO RECURSO	88
3 HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE REVISTA NO RITO ORDINÁRIO	95
3.1. ALÍNEA “A” – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	98
3.2 ALÍNEA “B” – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DE NORMA COLETIVA, LEI ESTADUAL E REGULAMENTO DE EMPRESA	115
3.3 ALÍNEA “C” – VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	120
3.4 NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE REVISTA	127
CONCLUSÃO	134
BIBLIOGRAFIA	136

INTRODUÇÃO

O presente estudo monográfico está dividido em três capítulos e tem o objetivo de tratar sobre o tema do Recurso de Revista, em especial, as suas hipóteses de cabimento e a necessidade de sua ampliação para atendimento à função precípua do Tribunal Superior do Trabalho.

Partindo desses pontos norteadores, serão identificadas as funções do Tribunal Superior do Trabalho – e se este vem exercendo o seu papel de maneira efetiva –, os pressupostos gerais e específicos para admissibilidade do Recurso de Revista, bem como as hipóteses de cabimento e a necessidade de ampliação para a correspondência à função atribuída ao Tribunal Superior do Trabalho.

Dito isso, no primeiro capítulo será abordada a Justiça Do Trabalho, os Princípios do Processo Laboral e a forma de realização da Interpretação Judicial, além da Organização da Justiça Trabalhista Brasileira e a função primordial exercida pelo Tribunal Superior do Trabalho, como órgão máximo especializado no âmbito laboral.

Sendo assim, far-se-á uma incursão histórica a respeito dessa Justiça e um detalhamento específico acerca do ordenamento jurídico pátrio, que veio a possibilitar a integração deste ramo da “árvore” jurídica.

Também serão revelados os princípios correspondentes ao processo laboral, até porque, partindo-se do pressuposto de que as normas integrantes do sistema jurídico correspondem a um gênero, do qual derivam as espécies regras e princípios, fundamental que os ramos especializados do Direito tenham os seus princípios próprios – além dos gerais – para demonstrar a sua autonomia científica perante as demais ramificações materiais.

Outrossim, ao tratarmos da Organização da Justiça do Trabalho, concebida para resolver os dissídios trabalhistas, serão expostas as reformas promovidas pelas Emendas Constitucionais n. 24/99 e n. 45/04, que extirparam a representação classista da Justiça do Trabalho e alargaram a competência desta Justiça, respectivamente.

Finalizando o Capítulo 1, trataremos especificamente da função máxima do Tribunal Superior do Trabalho, qual seja a pacificação social, além da sua caracterização como instância especial (e não terceira instância ou terceiro grau de jurisdição).

Já no segundo capítulo, trataremos especificamente do Recurso de Revista, explorando os princípios inerentes aos recursos, seus pressupostos genéricos e os

pressupostos específicos deste Recurso de Natureza Extraordinária, buscando-se elucidar as questões iniciais acerca do mesmo, tendo em vista a complexidade que lhe é inerente.

Até porque, sendo o Recurso de Revista uma modalidade recursal destinada a corrigir as decisões violadoras da literalidade de lei ou da Constituição Federal, como também a uniformizar a jurisprudência nacional – correspondente à aplicação dos princípios e regras que tenham relação com a Justiça do Trabalho – é fundamental que se conheça os pormenores do recurso para permitir a sua adequada utilização por parte dos jurisdicionados. Isso também prestigiará os princípios adequados/correspondentes à Justiça Laboral e aos demais ramos da “árvore” jurídica.

Além disso, serão explicitados os pressupostos extrínsecos e intrínsecos desta modalidade recursal, haja vista a efetiva como configuração a verdadeiros elementos de validade e desenvolvimento do recurso – vale dizer, eventual ausência de qualquer dos pressupostos de admissibilidade é capaz de impedir o avanço do recurso, seja no juízo *a quo*, seja no juízo *ad quem*.

Concluindo o Capítulo 2, e sendo o Recurso destinado ao Tribunal Superior do Trabalho caracterizado como de natureza extraordinária, devem ser respeitados os pressupostos peculiares (ou específicos), o que leva os doutrinadores a enquadrarem o Recurso de Revista nos recursos de fundamentação vinculada – em que a lei exige a indicação de algum vício na decisão impugnada, não bastando a mera irresignação da parte.

Já no que concerne ao terceiro capítulo, serão analisadas e pormenorizadas as hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, além da necessidade de sua ampliação – para a plenitude da uniformização jurisprudencial promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho.

Desse modo, passadas as etapas de preenchimento dos pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade, o Recurso de Revista será cabível nas hipóteses elencadas no art. 896, da CLT, mais precisamente em suas alíneas “a”, “b” e “c”, e nos §§ 2º, 9º e 10.

Naquilo que será o nosso recorte para análise das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, ou seja, na fase de conhecimento (no processo ordinário), explicaremos as hipóteses de divergência jurisprudencial de interpretação (art. 896, “a” e “b”, da CLT) e de violação literal de Lei ou afronta direta e literal à Constituição Federal (art. 896, “c”, da CLT).

Por fim, finalizaremos o Capítulo 3 tratando da necessidade de ampliação das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, para que a violação aos princípios também possa estar inclusa como caso apto a ensejar o cabimento do Recurso de Natureza Extraordinária ao Tribunal Superior do Trabalho, além de que permitirá a efetividade máxima acerca das questões cujo TST daria a última palavra no âmbito trabalhista.

O método utilizado foi o indutivo. A técnica utilizada foi a de pesquisa bibliográfica, juntamente com pesquisa jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, Supremo Tribunal Federal e Superior Tribunal de Justiça.

1 ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO, PRINCÍPIOS DO PROCESSO LABORAL E INTERPRETAÇÃO JUDICIAL

1.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Analisando-se a história constante da Justiça do trabalho, verificam-se reiteradas tentativas de implementação de um aparato estatal capaz de dirimir os conflitos na seara trabalhista, visando promover a fundamental sobrevivência/existência humana.

Como exemplo na esfera jurídica pátria, a própria Constituição da República Federativa Brasileira estabelece, em seu art. 6º, *caput*, o trabalho como um direito social, a saber:

Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Entretanto, o advento da Revolução Industrial alterou as condições de trabalho, acarretando em mão de obra excessiva, e, por conseguinte, mitigação dos salários dos operários, em vista do excesso de pessoal disponível.

Pautados nessas mudanças, os trabalhadores começaram a exigir melhores condições de trabalho e salários compatíveis com a realidade, ao que despontaram os conflitos na esfera trabalhista. As reivindicações passaram a ser exercidas por meio de greves, visto a inexistência de normas para solucionar as questões.

De fato, tais repercussões é que levaram ao ideal de promoção do direito fundamental à existência humana digna, supracitado. Sergio Pinto Martins¹ lembra que:

O Estado não se imiscuía para resolver os conflitos surgidos entre empregados e empregadores. Mais tarde, o Estado verificou que era necessário intervir para solucionar os conflitos trabalhistas, pois com a paralisação do trabalho arrecadava menos impostos. Havia também a alegação de que as controvérsias trabalhistas geravam conturbações sociais, prejudicando a ordem interna. Num primeiro momento, o Estado ordenava às partes que chegassem a um acordo sobre a volta ao trabalho mediante conciliação obrigatória. Isto não chegou, porém, a produzir resultados desejados. Passou-se, então, à fase de mediação, em que o Estado designava um seu representante para participar das negociações como mediador. Posteriormente, o Estado, em vez de designar um mediador, passou a indicar um árbitro para julgar a controvérsia existente entre as partes.

¹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 1.

Dito isso, apesar da dificuldade de precisar a origem da justiça do trabalho, visto o descompasso dos momentos de eclosão da referida justiça, os *Conseils de Prud'hommes* (na França) e os *Probiviri* (na Itália), segundo Amauri Mascaro Nascimento², seriam os primeiros órgãos judiciais trabalhistas, com fulcro nos autores dos respectivos países estrangeiros – importa ressaltar que esses dois órgãos serão explicitados na sequência deste trabalho, ainda no presente item “1.1”.

Disso não destoa Ives Gandra Martins Filho, em obra de renomados autores³, em que ele especifica ser uníssono o reconhecimento dos *Conseils de Prud'hommes* (na França), em 1806, como os organismos precípuos especializados para solucionar as celeumas oriundas dos contratos de trabalho entre patrões e empregados.

Em vista do significativo sucesso alcançado, outros países também começaram a prezar pela conciliação dos conflitos laborais por meio de órgãos independentes do judiciário, evitando-se, em um primeiro momento, o intervencionismo estatal nessas questões específicas (e só diante da insuficiência das medidas preconizadas o Estado estaria apto a intervir).

Podem ser citados como organismos jurisdicionais inseridos em órgãos especializados do Estado, além dos já mencionados *Conseils de Prud'hommes* (na França) e os *Probiviri* (na Itália), os *Industrial Tribunals* (na Inglaterra), os *Arbeitsgerichte* (na Alemanha), os *Tribunais de Árbitros Avindores* (em Portugal) e os *Comites Paritarios para Conciliación y Reglamentación del Trabajo* (na Espanha)⁴. Entretanto, os conselhos da França e da Itália, apesar de serem órgãos especializados, não integravam uma justiça especializada, tal qual ocorreu na Alemanha, com os já mencionados *Arbeitsgerichte*⁵.

Ives Gandra da Silva Martins Filho⁶ destaca também que com o surgimento dos órgãos jurisdicionais trabalhistas, na tentativa de solucionar de modo eficaz os dissídios coletivos e individuais, estabeleceram-se os *juízes letrados*, seguidos pela *representação paritária* e posteriormente contrapostos pelo *juízo tripartite*. Vale a pena conferir a

² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 63.

³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 157.

⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 157.

⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 70.

⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 158.

brilhante exposição do autor mencionado, elencando as formas e os procedimentos que constituíam os organismos em tela:

Originariamente, os organismos jurisdicionais trabalhistas foram compostos por *juízes letrados*, conhecedores tanto do direito quanto das questões laborais (*juízos monocráticos*). Seguiu-se a sistemática da *representação paritária*, em que as comissões de conciliação dos conflitos trabalhistas eram compostas por um representante do empregador e outro dos empregados, indicado pelo sindicato profissional. Finalmente, surgiu o modelo de *juízo tripartite*, onde, aos representantes das categorias econômica e profissional se somava, como elemento de desempate, o representante estatal.

Amauri Mascaro Nascimento⁷, em brilhante síntese a respeito das formas de conciliação/resolução dos conflitos trabalhistas, ressalta que:

A título de conclusão é possível dizer que nos primórdios das estruturas decisórias sobre questões trabalhistas combinaram-se técnicas autodefensivas, autocompositivas e órgãos de conciliação, de que se valiam empregados e empregadores na época em que o Estado se omitia diante da questão trabalhista; o início da história do direito processual trabalhista identifica-se, de algum modo, com o período no qual o Estado corporativo instituiu uma magistratura trabalhista; desvinculou-se, em outros países, dessas origens, tendo motivações próprias.

Conforme prometemos acima, trataremos agora dos *Conseils de Prud'hommes* (na França) e os *Probiviri* (na Itália), órgãos judiciais trabalhistas tidos como os primeiros embriões desta Justiça Especializada.

Explanaremos primeiro os *Conseils de Prud'hommes*.

Concebidos como os primeiros órgãos judiciais trabalhistas, os *Conseils de Prud'hommes* dirimiam os dissídios individuais dos trabalhadores, enquanto a arbitragem era utilizada para decidir os dissídios coletivos⁸.

Amauri Mascaro Nascimento esclarece que o vocábulo *prud'homme* abarcaria os termos de homem prudente, íntegro, sisudo, versados em alguma matéria. Além do mais, os referidos homens, por terem a confiança de seus semelhantes, eram eleitos para integrar as corporações de ofício; juízes de tribunais ordinários, peritos e funcionários municipais também recebiam o título em destaque⁹. Assim sendo, *Conseils de*

⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 65.

⁸ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 2.

⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 65-66.

Prud'hommes refere-se aos conselhos de homens prudentes, aptos a dirimir os conflitos existentes.

No ano de 1426, na capital francesa, vinte e quatro *prud'hommes* foram designados, por intermédio do Conselho da Cidade, para ajudar o magistrado municipal a solucionar os litígios entre os fabricantes de seda e os comerciantes. Já em 1464, foi a vez de Luiz XI autorizar os homens prudentes a resolver os conflitos oriundos entre os fabricantes de seda da cidade de Lyon; posteriormente, os conselhos em tela passaram a dirimir as questões atinentes entre esses industriais e seus próprios operários¹⁰.

Apesar da eficiência com que vinham solucionando os conflitos, esses órgãos judiciais trabalhistas foram extintos em 1776, pelo mesmo motivo com que findaram as corporações de ofício, passando os tribunais comuns a resolver os litígios, além da possibilidade de se socorrerem do Código Municipal e de polícia, consoante lição do professor Amauri Mascaro Nascimento¹¹:

Esses órgãos foram extintos em 1776, pelas mesmas razões determinantes da supressão das corporações de ofício: a ideia liberalista e a exaltação do individualismo, a ponto de considerar toda organização prejudicial à livre iniciativa dos homens. Os tribunais comuns passaram a decidir as questões que antes competiam aos *prud'hommes*, porém com protestos gerais, inclusive dos patrões, daí por que lei de 1803 atribuiu ao prefeito de polícia de Paris e aos alcaides, comissários ou substitutos, em outras cidades, poderes para, segundo as normas do Código Municipal e as regras de polícia, resolver os conflitos entre industriais e operários.

Contudo, face ao desconhecimento e inabilitação das autoridades policiais em solver confrontos de natureza trabalhista, os fabricantes de seda de Lyon requisitaram a Napoleão Bonaparte a reinstalação dos conselhos de homens prudentes; atendida a solicitação, uma lei datada de 18 de março de 1806 designou os conselhos como competentes para sanar as reclamações trabalhistas, por meio da conciliação, em que as decisões proferidas adquiriram caráter de julgamento definitivo, para valores não superiores a 60 (sessenta) francos. Isso quer dizer que até o valor expressado, não caberia recurso¹².

Em vista da eficiência dos Conselhos, os mesmos foram se espalhando para outras cidades francesas, sendo que em 1921 já existiam 205 conselhos. Embora uma

¹⁰ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 2.

¹¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 66.

¹² MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 3.

cidade não pudesse ter mais de um conselho, admitia-se a divisão deste último em seções, comumente seções industriais e seções de comércio; a título de exemplificação, em Paris (no ano de 1908), eram cinco seções – *bâtiments, métaux, industries, diverses, produits chimiques, commerce*, ao passo que Lyon contava com três – *soieries, bâtiments et industries diverses, commerce*¹³.

Amauri Mascaro Nascimento¹⁴ esclarece que o sistema está vigente hodiernamente, conforme explanação a seguir:

O Sistema permanece até hoje com ampliações. A sua competência estendeu-se, além do comércio e indústria, à agricultura (1932). Foi instituído o sufrágio universal para a escolha dos conselheiros (1848), foi admitida a representação dos trabalhadores no órgão que passou, assim, a ser constituído por patrões e operários (1848). O próprio conselho elege o seu presidente e vice-presidente (1880). Nas decisões em caso de empate, nova sessão é realizada, sob a presidência do juiz de paz (1905), que é um magistrado de carreira. [...] Institucionalizou-se, portanto, o sistema, na história da França.

Sérgio Pinto Martins ainda salienta que nos locais onde não existam os Conselhos, o órgão competente para solver as questões trabalhistas é o Tribunal de Instância, relembrando que a finalidade precípua dos órgãos jurisdicionais da esfera do trabalho é julgar os dissídios individuais cujo tema versar sobre cumprimento ou interpretação do contrato de trabalho. Por fim, frisa que os dissídios coletivos serão analisados em processos de conciliação e arbitragem, sendo a primeira obrigatoriamente tentada e a segunda é uma faculdade, atribuída a um terceiro indicado pelas partes¹⁵.

Dito isso, dissertemos agora acerca dos *Probiviri*.

Tidos como inspiração para estruturação da Justiça do Trabalho pátria, o sistema italiano possuía conselhos semelhantes aos franceses.

Sérgio Pinto Martins lembra que em 1878 surgiram os *Collegi di Probiviri*, com o escopo de solucionar as controvérsias oriundas do setor econômico derivado da seda e da própria indústria, contando com representantes de empregados e empregadores. Já em 1893, outros setores comerciais também foram incluídos na competência dos Conselhos; decreto real nomeava um presidente e um vice-presidente após a proposta do Ministro da Agricultura, da Indústria ou do Comércio. Além do mais, existia a comissão

¹³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 67.

¹⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 67.

¹⁵ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 4-5.

de conciliação e um tribunal, componentes dos *Probiviri*, que proferiam as decisões; dessas, cabiam recursos ao juiz de paz da cidade e/ou à Corte de Cassação¹⁶.

Após a extinção dos *collegi di provibiri*, em 1928 (por intermédio do Regio Decreto 471), os pretores e tribunais, com auxílio de peritos, passaram a julgar os dissídios trabalhistas¹⁷, além de que as organizações corporativistas adquiriram poderes para constituir normas de cunho trabalhista aplicáveis aos empregados e empresas componentes da categoria, por meio da Lei n. 563, de 1926¹⁸.

Com isso, a *Carta Del Lavoro*, datada de 1927, foi instituída, estabelecendo que as disputas trabalhistas seriam reguladas pela magistratura do trabalho, órgão integrante do próprio Estado, em que as decisões judiciais originariam renovadas conjunturas, conforme exposição de clareza solar de Sérgio Pinto Martins¹⁹:

[...] Tal sistema era constituído de uma Corte de Apelação, com peritos aptos a decidir num único grau de jurisdição os conflitos coletivos e em segundo grau os conflitos individuais. Rezava a Carta Del Lavoro que ‘a Magistratura do Trabalho é órgão com o qual o Estado intervém regulando as controvérsias do trabalho, sejam as referentes à observância dos acordos ou outras normas existentes, sejam as que versem sobre a determinação de novas condições de trabalho’. A Lei n. 563, de 3-4-1926, estabelecia que tais órgãos tinham poderes para determinar normas trabalhistas a serem cumpridas pelas empresas e empregados da respectiva categoria na solução de conflitos coletivos, que era exatamente o poder normativo de criar regras trabalhistas, propiciando novas condições de trabalho por meio de decisão judicial.

Em 1928, após a extinção da magistratura especial, as funções supracitadas passaram a ser abarcadas pela magistratura ordinária, em que o Estado começou a intervir para a constituição de uma nova disposição jurídica. Com isso, o Estado passou a intervir nas ordens trabalhistas e econômicas, pautado (supostamente) pela imparcialidade e pela equidade, dirimindo os conflitos entre empregadores e trabalhadores. Isso resultou, por conseguinte, em decisões judiciais que constituíam direito novo²⁰, evitando-se a composição direta entre as partes contrárias.

Finalmente, Sérgio Pinto Martins ressalta que a magistratura do trabalho extinguiu-se com a edição do Código de Processo Civil Italiano, de 1942, visto que este

¹⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 6.

¹⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 6.

¹⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 68.

¹⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 7.

²⁰ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 68-69.

diploma normativo passou a dispor do processo do trabalho; os dissídios coletivos são solvidos com greves, arbitragem, mediações e/ou convenções coletivas; com relação aos dissídios individuais, os mesmos são julgados por juízes togados. Há, portanto, os juízes no primeiro grau, o Tribunal Comum de Apelação no segundo e, acima destes, a Corte “di Cassazione”, juntamente com o Tribunal Constitucional²¹.

1.2 A HISTÓRIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

1.2.1 OS CONSELHOS PERMANENTES DE CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM, OS TRIBUNAIS RURAIS E AS COMISSÕES MISTAS DE CONCILIAÇÃO E AS JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO

No período Imperial, em fantasiosa consonância com os preceitos da celeridade e simplificação, as demandas trabalhistas eram apreciadas pelos juízes comuns, seja pelo rito sumaríssimo, nas causas concernentes à prestação de serviços, seja pelo rito sumário, nas causas relativas aos contratos de trabalho²².

Já no que diz respeito ao período Republicano, instituíram-se os *Conselhos Permanentes de Conciliação e Arbitragem*, concretizados no Decreto n. 1.637, de 5 de novembro de 1907. Tinham o objetivo precípuo de solver os confrontos estabelecidos entre o capital e o trabalho, atuando no âmbito sindical. Entretanto, nenhum sindicato se organizou conforme as disposições do referido diploma legal, o que inviabilizou a implantação dos Conselhos em questão²³.

Com relação aos Tribunais Rurais, criados pela Lei Estadual n. 1.869, de 10 de outubro de 1922, os mesmos não tiveram seu desenvolvimento completo, apesar de serem estabelecidos para atuar nas causas rurais relativas a salários e interpretação e execução dos contratos de serviços agrícolas, cujo valor não fosse superior a quinhentos mil réis. Isso por que o sistema em tela contemplava um juiz de paz da comarca como presidente de um órgão colegiado, o qual incluía outros dois membros, um designado pelos operários e outro pelo patrão²⁴.

²¹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 7.

²² NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 161.

²³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 162.

²⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p.

Após as tentativas acima elencadas, em 1932 criaram-se as *Juntas de Conciliação e Julgamento* para conciliar e julgar os dissídios individuais, além das *Comissões Mistas de Conciliação*, estas para conciliar os dissídios coletivos existentes. Tais órgãos não judiciais formaram o embrião do que veio a se tornar o organismo integrante do Poder Judiciário Brasileiro, devido às crescentes convenções coletivas de trabalho e aos posicionamentos doutrinários, especialmente os preconizados na Itália.

Sérgio Pinto Martins²⁵, corroborado por Ives Gandra da Silva Martins Filho²⁶, afirma que esses órgãos integravam o Poder Executivo (especificamente no Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria), fazendo com que os juízes não gozassem de independência funcional. Além do mais, as decisões proferidas não poderiam ser impostas aos litigantes, apesar de contarem com natureza de título executivo, devendo ser executadas, mediante execução de sentença, na Justiça Comum, em sua esfera Cível – possibilitando a rediscussão da questão já “decidida”, por conseguinte. Outrossim, ressalta que os processos relacionados a acidentes de trabalho eram decididos pela Justiça Comum.

Amauri Mascaro Nascimento²⁷ lembra ainda que o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio “podia avocar qualquer processo, dentro de seis meses, a pedido do interessado, nos casos de flagrante parcialidade dos julgadores ou violação do direito”, o que ensejava a arbitrariedade do representante em rever as decisões proferidas pelas Juntas de Conciliação e Julgamento – estas disponíveis somente aos empregados sindicalizados.

1.2.2 SURGIMENTO DA JUSTIÇA DO TRABALHO NO BRASIL

O professor Amauri Mascaro Nascimento²⁸ destaca que a Lei de 1º de maio de 1941 instituiu a Justiça do Trabalho, apesar das Constituições de 1934 e 1937 já preverem sua organização, como órgão não judicial; sucedeu, assim, as Juntas e Comissões supramencionadas. Sérgio Pinto Martins²⁹ ratifica essa explanação, além de

78-79.

²⁵ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 14.

²⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 165.

²⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 81.

²⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 81.

²⁹ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos,*

destacar a manutenção do Conselho Nacional do Trabalho e o funcionamento, a partir de 2 de maio de 1941, das 36 (trinta e seis) Juntas de Conciliação e Julgamento e dos 8 (oito) Conselhos Regionais do Trabalho.

A novel organização tinha as seguintes características, com especial relevo ao caráter jurisdicional finalmente reconhecido, conforme entendimento de Amauri Mascaro Nascimento³⁰:

[...] a) não estava incluída no Poder Judiciário mas foi reconhecida a sua função jurisdicional; b) do convencimento da necessidade da sua instituição como órgão permanente no País resultou a sua inserção nas Constituições Federais de 1934 (art. 122) e 1937 (art. 139); c) passou a ser disposta em três níveis de órgãos: as Juntas de Conciliação e Julgamento ou juízes de direito [...]; os Conselhos Regionais do Trabalho, equivalentes aos hoje denominados Tribunais Regionais do Trabalho [...]; e o Conselho Nacional do Trabalho, correspondendo ao atual Tribunal Superior do Trabalho [...]; d) instituiu-se a Procuradoria da Justiça do Trabalho [...]; e) às Juntas foi assegurado o poder de executar as próprias decisões, circunstância que revela o seu caráter jurisdicional.

Não obstante, restava realizar a previsão infraconstitucional que permitiria a efetivação da nova estrutura da justiça laboral; disso surgiu o debate travado entre Waldemar Ferreira e Oliveira Viana, em que este defendia o poder normativo à Justiça do Trabalho e a representação classista, contrário ao posicionamento propugnado pelo primeiro.

Ives Gandra da Silva Martins Filho³¹ salienta que Waldemar Ferreira era desfavorável a representação classista, pois isso acarretaria em onerosidade excessiva aos cofres públicos; de igual sorte, era contrário ao poder normativo da Justiça do Trabalho, argumentando que a Constituição Federal de 1934 não atribuía Poder Legislativo à Justiça do Trabalho Brasileira (não podendo elaborar normas de caráter geral, por conseguinte), mas somente Poder Jurisdicional.

Por outro lado, Oliveira Viana rebateu as afirmações de Waldemar Ferreira, conforme brilhante explanação colacionada por Sérgio Pinto Martins³², em que expõe a função criativa do juiz, e não de simples mecanismo interpretativo do enunciado legislativo:

sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 14-16.

³⁰ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 82.

³¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 167.

³² MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 15.

[...] O juiz teria, assim, maior liberdade de atuação, tendo por base a escola sociológica do direito e o realismo jurídico. A delegação legislativa é um fato reconhecido em vários países. Havia necessidade do atendimento de novas realidades, mediante técnicas próprias, existindo compatibilidade entre a competência normativa e a função judiciária. A separação dos poderes não é rígida, sendo legítimas as sentenças normativas. [...] o poder normativo era uma verdadeira arbitragem, ‘um laudo de perito’[...].

Prevaleceram os argumentos de Oliveira Viana, visto a ocorrência da institucionalização da Justiça do Trabalho.

1.2.3 A JUSTIÇA DO TRABALHO COMO ÓRGÃO DO PODER JUDICIÁRIO E SUA ÓTICA A LUZ DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

Embora o Supremo Tribunal Federal já reconhecesse a juridicização dos tribunais laborais (apesar da Constituição de 1937 não incluir a Justiça do Trabalho no Poder Judiciário), o Decreto-Lei n. 9.797, datado de 9 de setembro de 1946, passou a prever expressamente essa integração, além de conferir uma série de novidades, expostas por Ives Gandra da Silva Martins Filho³³:

a) Conversão do Conselho Nacional do Trabalho em *tribunal superior do trabalho*, com redução de seus membros de 18 para 11 juízes [...]; 2) Transformação dos Conselhos Regionais do Trabalho em *Tribunais Regionais do Trabalho* [...]; 3) Formação de uma *carreira* dentro da judicatura togada da Justiça Trabalhista [...]; 4) Outorga das garantias próprias da magistratura [...]; e 5) Elevação para 3 anos do mandato dos *juízes classistas*.

Porém, lembra o autor em destaque que a Justiça do Trabalho foi abarrotada com infinitas demandas a serem solucionadas, especialmente no Tribunal Superior do Trabalho (operando somente com 11 ministros em seu plenário), desvirtuando o modelo de celeridade e simplificação idealizado³⁴.

Diante disso, no ano de 1953, o Deputado Lúcio Bittencourt propôs a extinção do Tribunal Superior do Trabalho, aludindo a já existente função uniformizadora do Supremo Tribunal Federal, sendo desnecessária uma etapa anterior idêntica. Porém, em face da atuação do Tribunal laboral como instância originária e recursal em dissídios

³³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 177.

³⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 178-179.

coletivos, além do aumento óbvio de recursos ao Órgão Supremo, a proposta não prosperou. O que aconteceu de fato foi a promulgação da Lei n. 2.244/54, que dividiu em *Turmas* o Tribunal Superior do Trabalho, bem como a Emenda Constitucional n. 16/65 estabeleceu a *irrecorribilidade das decisões do TST*, com a exceção, é claro, de decisão contrária a norma máxima. Tais medidas acarretaram no reconhecimento do Tribunal Superior do Trabalho como intérprete absoluto do ordenamento infraconstitucional trabalhista, não havendo mais a possibilidade/necessidade de retificação/confirmação pelo Supremo Tribunal Federal³⁵.

Contudo, não mais existia a previsão legal de *Recurso Extraordinário* da Justiça Laboral à Corte Suprema, embora esta reconhecesse a necessidade de admissão do recurso – pois caso contrário não haveria controle constitucional das decisões jurídico-trabalhistas opostas à Carta Magna – sendo fundamental o estabelecimento de terminologias distintas aos recursos para o STF e para o TST – ambos eram denominados *Recursos Extraordinários*³⁶.

(Res)surgia assim o *Recurso de Revista*, cujos pressupostos de admissibilidade seriam determinados pelo Decreto-Lei n. 229/67, evidenciando a natureza de apelo extraordinário do Tribunal Regional do Trabalho ao Tribunal Superior do Trabalho. O referido decreto também provocou mudanças nos demais expedientes recursais no âmbito jurídico-trabalhista; especificamente em relação ao *Recurso de Revista*, as hipóteses de cabimento passaram a ser as oriundas de *decisões que divergiam da interpretação de dispositivos legais, (apesar de incabíveis de decisões amparadas por prejudgado ou jurisprudência pacífica do TST)* e de *violações as normas jurídicas (em seu sentido amplo)*³⁷.

Tal qual a Constituição de 1946, a Constituição de 1967 e a Emenda Constitucional nº 1, de 1969, estabeleceram que os tribunais e juízes do trabalho integravam o Poder Judiciário da União, mantendo a divisão da Justiça Laboral em Juntas de Conciliação e Julgamento, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

³⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 179.

³⁶ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 179-180.

³⁷ NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho*: Homenagem a Armando Casimiro Costa. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 180-181.

Mesmo com o advento da Constituição Federal de 1988, as normas relativas a Justiça do Trabalho praticamente mantiveram a mesma matriz. Entretanto, a Emenda Constitucional nº 24, de 9 de dezembro de 1999, após extinguir a representação classista em todos os níveis do sistema, transformou as Juntas de Conciliação e Julgamento em Varas do Trabalho³⁸, sendo três os níveis de organização da Justiça do Trabalho, portanto: as Varas do Trabalho – compostas por um juiz-presidente, bacharel em direito, e dois classistas, em que os órgãos (colegiados, com antiga representação paritária) transmutaram-se em órgãos monocráticos; os Tribunais Regionais do Trabalho – onde atuam somente juízes togados; e o Tribunal Superior do Trabalho, habilitado para os dissídios individuais e coletivos³⁹.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁴⁰ corrobora esse entendimento e faz uma análise precisa acerca de uma das evoluções mais substanciais promovidas pela Emenda Constitucional nº 24/99, qual seja a extinção das representações classistas nos órgãos da Justiça do Trabalho, bem como de suas respectivas paridades representativas entre empregadores/trabalhadores:

Originariamente, o art. 111 da Constituição da República previa como órgãos da Justiça do Trabalho: I – o Tribunal Superior do Trabalho; II – os Tribunais Regionais do Trabalho; III – as Juntas de Conciliação e Julgamento. Com a Emenda Constitucional 24, de 9 de dezembro de 1999, foi extinta a representação classista nos órgãos da Justiça do Trabalho, passando a constar do inciso III, acima indicado, os Juízes do Trabalho. O próprio art. 113 da Constituição Federal de 1988, em sua redação originária assegurava a ‘paridade de representação de trabalhadores e empregadores’ nos órgãos da Justiça do Trabalho, a qual foi excluída pela Emenda Constitucional 24/1999.

Já as Leis nº 9.957/00 e 9.958/00, consolidaram o *Procedimento Sumaríssimo* no processo do trabalho e as *Comissões de Conciliação Prévia*, em homenagem às prestações jurisdicionais mais céleres.

De igual sorte, as alterações promovidas pela Emenda Constitucional nº 45/04 incrementaram a competência da Justiça do Trabalho, conforme redação constitucional do art. 114, da CRFB/88:

³⁸ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 17.

³⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 85-87.

⁴⁰ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 15.

Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. § 1º Frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros. § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente. § 3º Em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão do interesse público, o Ministério Público do Trabalho poderá ajuizar dissídio coletivo, competindo à Justiça do Trabalho decidir o conflito.

Desse modo, a redação promovida pela EC n. 45/04 modificou substancialmente a competência material da Justiça Laboral Brasileira. Enquanto anteriormente esta Justiça Especializada era fundada no critério de competência em razão da pessoa, em que julgava tão somente os dissídios decorrentes da relação entre empregados e empregadores (além de situações excepcionais oriundas de relações de trabalho), hodiernamente o critério definidor da competência da Justiça do Trabalho é a relação jurídica – especificamente a relação de trabalho.

1.3 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E INFRACONSTITUCIONAIS (ESPECÍFICOS) DO PROCESSO DO TRABALHO E INTERPRETAÇÃO NORMATIVA

1.3.1 CONCEITO E FUNÇÕES DOS PRINCÍPIOS DO/NO DIREITO

Partindo do pressuposto de que as normas integrantes do sistema jurídico correspondem a um gênero, do qual derivam as espécies regras e princípios, fundamental que determinado ramo do Direito (neste caso, o Direito Processual do Trabalho) tenha os seus próprios princípios, garantindo/demonstrando a sua autonomia científica.

Necessário, por conseguinte, entender o significado geral de *princípio* perante o Direito. Miguel Reale⁴¹ afirma que:

[...] toda forma de conhecimento filosófico ou científico implica a existência de *princípios*, isto é, de certos enunciados lógicos admitidos como condição ou base de validade das demais asserções que compõem dado campo do saber. É claro que estamos cuidando da palavra "princípio" apenas em seu significado *lógico*, sem nos referirmos à acepção ética desse termo, tal como se dá quando demonstramos respeito pelos "homens de princípios", fiéis, na vida prática, às suas convicções de ordem moral. Restringindo-nos ao aspecto lógico da questão, podemos dizer que os princípios são "verdades fundantes" de um sistema de conhecimento, como tais admitidas, por serem evidentes ou por terem sido comprovadas, mas também por motivos de ordem prática de caráter operacional, isto é, como pressupostos exigidos pelas necessidades da pesquisa e da *praxis*.

Por sua vez, Norberto Bobbio⁴² alude que a completude de um ordenamento jurídico só é permitida pela existência dos princípios gerais do direito, os quais possuem verdadeiro caráter normativo (não sendo apenas enunciados formais) e garantem eficácia ao sistema, conforme colação abaixo:

Os princípios gerais são apenas, a meu ver, normas fundamentais ou generalíssimas do sistema, as normas mais gerais. A palavra princípios leva a engano, tanto que é velha questão entre os juristas se os princípios gerais são normas. Para mim não há dúvida: os princípios gerais são normas como todas as outras. E esta é também a tese sustentada por Crisafulli. Para sustentar que os princípios gerais são normas, os argumentos são dois, e ambos válidos: antes de mais nada, se são normas aquelas das quais os princípios gerais são extraídos, através de um procedimento de generalização sucessiva, não se vê por que não devam ser normas também eles: se abstraio da espécie animal obtenho sempre animais, e não flores ou estrelas. Em segundo lugar, a função para qual são extraídos e empregados é a mesma cumprida por todas as normas, isto é, a função de regular um caso. E com que finalidade são extraídos em caso de lacuna? Para regular um comportamento não-regulamentado: mas então servem ao mesmo escopo a que servem as normas expressas. E por que não deveriam ser normas? [...] Crisafulli divide os princípios gerais em expressos e não-expressos; [...] Ao lado dos princípios gerais expressos há os não-expressos, ou seja, aqueles que se podem tirar por abstração de normas específicas ou pelo menos não muito gerais: são princípios, ou normas generalíssimas, formuladas pelo intérprete, que busca colher, comparando normas aparentemente diversas entre si, aquilo a que comumente se chama o espírito do sistema.

Assim sendo, os princípios fundamentais (implícitos e explícitos dispostos na Constituição Federal) assumem o papel de fontes normativas primárias do sistema

⁴¹ REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 285.

⁴² BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª. ed. Tradução: Maria Celeste Cordeiro dos Santos, revisão técnica Cláudio de Cicco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995, p. 158-159.

jurídico brasileiro. Celso Antônio Bandeira de Mello⁴³ traz a definição do que seria o termo, em brilhante passagem propagada em diversas obras jurídicas:

[...] é por definição, mandamento nuclear de um sistema, verdadeiro alicerce dele, disposição fundamental que se irradia sobre diferentes normas compondo-lhes o espírito e servindo de critério para sua exata compreensão e inteligência, exatamente por definir a lógica e a racionalidade do sistema normativo, no que lhe confere a tônica e lhe dá sentido humano. É o conhecimento dos princípios que preside a inteligência das diferentes partes componentes do todo unitário que há por nome sistema jurídico positivo. Violar um princípio é muito mais grave que transgredir uma norma. É a mais grave forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, contumélia irremissível a seu arcabouço e corrosão de sua estrutura mestra.

Dito isso, evidenciam-se as relevantes funções exercidas pelos princípios constitucionais no Direito, os quais não apenas colmatam lacunas legais, mas também apresentam eficácia normativa direta, podendo ser aplicados conjuntamente com as regras legais. Mauro Schiavi⁴⁴, calcado na doutrina clássica, elenca (e explicita) quatro funções que proporcionam a harmonia/equilíbrio do sistema jurídico – a) Inspirar o legislador; b) Referencial para o intérprete; c) Preenchimento de lacunas; e d) Sistematização do ordenamento jurídico:

Quanto à função inspiradora, o legislador costuma buscar nos princípios inspiração para a criação de normas. Muitos princípios, hoje, estão positivados em lei. Na função interpretativa, os princípios ganham especial destaque, pois eles norteiam a atividade do intérprete na busca da real finalidade da lei e também se ela está de acordo com os princípios constitucionais. Segundo a doutrina, violar um princípio é muito mais grave do que violar uma norma, pois é desconsiderar todo o sistema de normas. Os princípios também são destinados ao preenchimento de lacunas na legislação processual. Há lacuna quando a lei não disciplina determinada matéria. Desse modo, os princípios, ao lado da analogia, do costume, serão instrumento destinado a suprir as omissões do ordenamento jurídico processual. De outro lado, os princípios têm função de sistematização do ordenamento processual trabalhista, dando-lhe suporte, sentido, harmonia e coerência.

Além dessas funções primordiais, Carlos Henrique Bezerra Leite⁴⁵, após refletir acerca da tríplice função (informativa, interpretativa e normativa) dos princípios

⁴³ BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 6ª. ed. São Paulo: Malheiros, 1995, p. 538.

⁴⁴ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 83.

⁴⁵ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 67-68.

constitucionais fundamentais no ordenamento jurídico, identifica outras importantes funções:

- integram o direito positivo como normas fundamentais; - ocupam o mais alto posto na escala normativa; - são fontes formais primárias do direito (superação da LINDB – Lei de Introdução às Normas do Direito brasileiro, art. 4º, que coloca os princípios gerais na posição de meras fontes subsidiárias nas hipóteses de lacunas do sistema); - passam a ser normas de introdução ao ordenamento jurídico brasileiro; - em caso de conflito entre princípios (justiça) e regra (lei), preferência para o primeiro; - propiciam a atividade criativa (e vinculativa) do juiz, impedindo o dogma da neutralidade e os formalismos legalistas (supremacia dos valores superiores na interpretação do direito sobre o legalismo restrito); - prestigiam a verdadeira segurança jurídica, pois a atividade legislativa e a judicante ficam vinculadas à observância dos princípios constitucionais fundamentais; - vinculam todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário): judicialização da política e politização da justiça (Judiciário); - estabelecem a *função promocional do Ministério Público* (defesa do regime democrático e do ordenamento jurídico).

Dessa forma, deduz-se que existem inúmeros princípios gerais aplicáveis (quando cabíveis) ao direito processual trabalhista, ao penal e ao civil, e princípios específicos adequados a determinado ramo do direito. A título de exemplificação, não seria aplicado um princípio geral do direito processual incompatível com a “árvore” processual trabalhista. Outrossim, importa mencionar que em todas essas hipóteses estarão presentes a jurisdição, a ação e o processo.

1.3.2 BREVES COMENTÁRIOS AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL PROCESSUAL E AOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PROCESSUAL CIVIL EXTENSÍVEIS AO PROCESSO DO TRABALHO

Para adentrarmos no próximo sub-item (1.2.3 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DO TRABALHO) é conveniente/necessário um breve estudo acerca dos Princípios Gerais do Direito Processual e dos Princípios do Direito Processual Civil incidentes no Processo do Trabalho.

Oportuna, portanto, é a lição de Cândido Rangel Dinamarco⁴⁶, para quem determinados princípios prevalecem em qualquer processo (trabalhista, civil ou penal), pois incidentes ao Direito Processual como um todo (e, consequentemente, aplicáveis no processo do trabalho):

⁴⁶ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009, v. I, p. 202.

A Constituição impõe expressamente alguns princípios que devem prevalecer em relação a processos de toda espécie (civil, penal, trabalhista; jurisdicional ou não), a saber: o do *devido processo legal*, o da *inafastabilidade do controle jurisdicional*, o da *igualdade, da liberdade, do contraditório e ampla defesa, juiz natural e publicidade*. Contém ainda as linhas das quais se infere o princípio do *duplo grau de jurisdição* (ao estruturar basicamente o Poder Judiciário e indicar a competência recursal dos tribunais), embora não lhe dê contornos de autêntica *garantia*. Além disso, formula a exigência de motivação das decisões judiciais, que não se qualifica como *princípio* porque lhe falta o caráter de idéia mestra, ou ponto de partida: trata-se de exigência técnica das mais importantes e de grande responsabilidade pelo perfil político-democrático do processo, sendo uma projecção especificada do princípio do *due process of law* - esse, sim, autêntico *princípio*.

Sérgio Pinto Martins⁴⁷ lembra ainda que, o fato de determinado princípio ter maior incidência no processo do trabalho não faz com que ele deixe de ser um Princípio do Direito Processual Comum para se transmutar em um Princípio do Direito Processual do Trabalho. A título de exemplificação, menciona os princípios *da celeridade, da informalidade, da oralidade, da concentração da maioria dos atos processuais em audiência* e o *do ius postulandi*, os quais, de fato, refletem de maneira mais intensa na justiça do processo laboral – em razão de suas peculiaridades –, mas nem por isso deixam de serem princípios da ciência processual em geral.

Amauri Mascaro Nascimento⁴⁸ coaduna com o entendimento acima, bem como aponta outros princípios que também adquirem especial relevo no Processo do Trabalho, mas que continuam como princípios do Processo Comum, tais como *a gratuidade, a legitimidade do sindicato para atuar como substituto processual em casos específicos, equidade ampliada, revogação da coisa julgada em virtude de sentenças normativas, conciliação tida como fundamento/norte nos dissídios coletivos e individuais*.

Seriam princípios específicos de direito processual estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988, segundo entendimento doutrinário de Amauri Mascaro Nascimento⁴⁹, os seguintes:

- 1) *organização colegiada* dos Tribunais do Trabalho (art. 111); 2) *competência conciliatória e decisória* dos órgãos judiciais trabalhistas (art. 114); 3) *poder normativo* para decidir conflitos coletivos fixando normas e condições (art. 114); 4) *respeito, nos dissídios coletivos, às disposições*

⁴⁷ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho*: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 38-40.

⁴⁸ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 131.

⁴⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 143.

convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho (CF, art. 114, § 2º); 5) obrigatoriedade da fundamentação das sentenças (CF, art. 93, IX).

Importante destacar os preceitos dos dispositivos acima elencados:

Art. 93. Lei complementar, de iniciativa do Supremo Tribunal Federal, disporá sobre o Estatuto da Magistratura, observados os seguintes princípios: [...] IX - todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação; Art. 111. São órgãos da Justiça do Trabalho: I - o Tribunal Superior do Trabalho; II - os Tribunais Regionais do Trabalho; III - Juízes do Trabalho. Art. 114. Compete à Justiça do Trabalho processar e julgar: I - as ações oriundas da relação de trabalho, abrangidos os entes de direito público externo e da administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; II - as ações que envolvam exercício do direito de greve; III - as ações sobre representação sindical, entre sindicatos, entre sindicatos e trabalhadores, e entre sindicatos e empregadores; IV - os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição; V - os conflitos de competência entre órgãos com jurisdição trabalhista, ressalvado o disposto no art. 102, I, o; VI - as ações de indenização por dano moral ou patrimonial, decorrentes da relação de trabalho; VII - as ações relativas às penalidades administrativas impostas aos empregadores pelos órgãos de fiscalização das relações de trabalho; VIII - a execução, de ofício, das contribuições sociais previstas no art. 195, I, a, e II, e seus acréscimos legais, decorrentes das sentenças que proferir; IX - outras controvérsias decorrentes da relação de trabalho, na forma da lei. [...] § 2º Recusando-se qualquer das partes à negociação coletiva ou à arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente.

Com relação aos princípios do direito processual civil (previstos em leis infraconstitucionais – em sua maioria, no Código de Processo Civil) incidentes no direito processual do trabalho, a redação do art. 769, da Consolidação das Leis do Trabalho, permite explorá-los, desde que não haja incompatibilidade com as normas do Processo Judiciário do Trabalho e exista omissão legal acerca do caso em questão (de maneira subsidiária, portanto); a propósito:

Art. 769 - Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título.

Luciano Viveiros⁵⁰, de maneira extremamente didática, explica o porquê da existência desse dispositivo, em passagem que merece a sua respectiva transcrição:

O legislador do Texto Consolidado se voltou ao direito material e às normas de proteção ao trabalho, deixando de lado o processo do trabalho. Tal desprezo provocou a necessidade de recorrer a outro título para subsidiar a Consolidação das Leis do Trabalho no que concerne ao rito procedimental das ações sob a tutela da Justiça do Trabalho. Nesse sentido, o legislador permite que as demandas trabalhistas sejam acompanhadas pelas normas expostas no Código de Processo Civil, o qual servirá de fonte subsidiária ao processo do trabalho, contanto que não contravenham os preceitos contidos no referido Texto Consolidado. Vale salientar que a CLT repete essa atitude ao tratar do direito material do trabalho, especificamente no parágrafo único do art. 8º, que remete ao direito civil a capacidade de subsidiar o direito do trabalho, convalidando, portanto, a possibilidade de recorrer a outro texto legal nos casos de omissão da lei trabalhista.

Destarte, inegável a aplicação e importância dos Princípios Processuais Cíveis no Direito Processual Laboral. Mauro Schiavi⁵¹ destaca os *princípios* que ele alega serem os mais importantes, quais sejam: *da ação, demanda ou da inércia do judiciário; da disponibilidade ou dispositivo; do impulso processual; da oralidade; da instrumentalidade das formas; da cooperação; da observância da ordem cronológica das decisões;*

Como se infere da exposição acima, Mauro Schiavi identifica alguns princípios gerais como princípios do direito processual civil (aplicáveis ao direito processual do trabalho por força do teor do art. 769, da CLT), mas que, afinal de contas, teriam os seus respectivos reflexos no Processo Laboral, sejam como princípios constitucionais fundamentais (por incidirem em todos os ramos do direito processual), sejam como princípios do processo civil (se compatíveis) – em virtude do aludido dispositivo celetista.

Por fim, Carlos Henrique Bezerra Leite⁵² complementa o entendimento de Mauro Schiavi no que diz respeito aos princípios que percorrem de forma compartilhada as esferas do direito processual civil e do direito processual do trabalho; assim sendo, além dos *princípios* supramencionados, também incidiriam os seguintes: *da impugnação especificada; da estabilidade da lide; da eventualidade; da preclusão; da*

⁵⁰ VIVEIROS, Luciano. *CLT Comentada*: doutrina e jurisprudência. 7ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013, p. 321.

⁵¹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 108-114.

⁵² LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 79-91.

economia processual; da perpetuatio jurisdictionis; do ônus da prova; e da lealdade processual.

1.3.3 PRINCÍPIOS ESPECÍFICOS DO PROCESSO DO TRABALHO

Acerca da existência de Princípios Específicos do Direito Processual do Trabalho, há intensa discussão doutrinária e acadêmica.

Determinada corrente entende que no processo laboral figuram os mesmos princípios do Direito Processual Civil – e isso implica na afirmação de destaque para determinados princípios, que teriam maior ênfase na esfera processual trabalhista, em vista das peculiaridades deste campo do direito.

Entendimento diverso filia-se a existência de princípios próprios do Direito Processual Laboral, o que contribui para afirmação da autonomia científica do referido ramo.

Amauri Mascaro Nascimento⁵³ sintetiza muito bem a questão:

A tese da autonomia do direito processual do trabalho perante o comum leva à identificação dos seus princípios específicos, e, ao contrário, a afirmação da unificação do direito processual serve de pressuposto para o reconhecimento de princípios também comuns e a inexistência de princípios específicos, apesar das peculiaridades do processo trabalhista.

Sérgio Pinto Martins⁵⁴ entende que o processo trabalhista possui apenas um princípio, o *da proteção*, embora até a 2ª edição de sua obra tenha entendido que o *princípio da simplificação de procedimentos* integrava esta esfera processual – inteligência modificada pela compreensão de que referido princípio somente englobaria determinadas peculiaridades do processo do trabalho, pois a simplificação de procedimentos também faz parte da busca das demais esferas da ciência processual. Para o autor em destaque:

O verdadeiro princípio do processo do trabalho é o da proteção. Assim como no Direito do Trabalho, as regras são interpretadas mais favoravelmente ao empregado, em caso de dúvida, no processo do trabalho também vale o princípio protecionista, porém analisado sob o aspecto do direito instrumental.

⁵³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 131.

⁵⁴ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 41-43.

Isso porque a legislação do trabalho, segundo Américo Plá Rodriguez⁵⁵, objetiva conferir/assegurar superioridade jurídica ao trabalhador, tendo em vista a desigualdade fática existente na relação deste último com seu empregador, caracterizada pela subordinação às ordens do patrão e pela necessidade (do empregado) de obter meios de subsistência (possibilitada através da vinculação de sua força de trabalho):

O princípio de proteção se refere ao critério fundamental que orienta o Direito do Trabalho, pois este, ao invés de inspirar-se num propósito de igualdade, responde ao objetivo de estabelecer um amparo preferencial a uma das partes: o trabalhador. Enquanto no direito comum uma constante preocupação parece assegurar a igualdade jurídica entre os contratantes, no Direito do Trabalho a preocupação central parece ser a de proteger uma das partes com o objetivo de, mediante essa proteção, alcançar-se uma igualdade substancial e verdadeira entre as partes.

Sérgio Pinto Martins⁵⁶ é enfático ao afirmar que o sistema visa à proteção do trabalhador, haja vista a desigualdade das partes, necessitando-se da estrutura protecionista adota pela lei (que não descaracteriza a imparcialidade do juiz, o qual deve julgar a causa com equilíbrio e razoabilidade, buscando a verdade, até mesmo com auxílio à parte mais fraca) e elenca inúmeros exemplos acerca do *princípio da proteção*, dispostos na CLT e em lei esparsas:

[...] a gratuidade do processo, com a dispensa do pagamento das custas (§ 3º do art. 790 da CLT), beneficiando o empregado, nunca o empregador. O empregado não precisa pagar custas para ajuizar a ação. As custas são devidas pelo vencido. Da mesma forma, a assistência judiciária gratuita é concedida apenas ao empregado pelo sindicato e não ao empregador (Lei nº 5.584/70). Em muitos casos, é invertido o ônus da prova ou são aceitas presunções que só favorecem o empregado, em nenhuma oportunidade o empregador. O impulso processual *ex officio* determinado pelo juiz, na execução (art. 878 da CLT), no processo de alçada da Vara, beneficia o empregado. O arquivamento do processo do empregado (art. 844 da CLT) também não deixa de ser uma regra protecionista, impedindo que seja apresentada a contestação e proporcionando que o obreiro ingresse novamente com a ação. A ação, de forma geral, é proposta no último local em que o empregado trabalhou ou trabalha, de modo que possa ter melhores condições de prova e menores gastos (art. 651 da CLT). O empregador tem de fazer depósito recursal para poder recorrer, e não o empregado. O empregado pode ajuizar a ação sem o patrocínio de advogado (art. 791 da CLT) e até oralmente (art. 840 da CLT). Visa proporcionar um acesso mais fácil à Justiça por parte do Trabalhador.

⁵⁵ RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. 3ª. ed. atual. Tradução e revisão técnica: Walter D. Giglio: LTr, 2000, p. 33.

⁵⁶ MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012, p. 41-42.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁵⁷ colmata a interpretação do *princípio da proteção* ao significá-lo como “a presença, principalmente na legislação, de previsões que procuram conferir tratamento mais favorável à parte mais vulnerável da relação processual, ou seja, ao empregado”; e arremata⁵⁸:

Mesmo no campo jurisprudencial verificam-se certos entendimentos, relativos a algumas questões processuais, que parecem decorrer do mencionado princípio da proteção, presente no Direito Processual do Trabalho, fixando interpretação mais benéfica ao empregado na relação jurídica processual. Exemplificativamente, de acordo com a Súmula 338 do TST, inciso III: ‘Os cartões de ponto que demonstram horários de entrada e saída uniformes são inválidos como meio de prova, invertendo-se o ônus da prova relativo às horas extras, que passa a ser do empregador, prevalecendo a jornada da inicial se dele não se desincumbir (ex-OJ nº 306 da SBDI-1 – DJ 11.08.2003)’. Trata-se de entendimento relativo ao ônus da prova, trazendo interpretação mais favorável ao empregado, ao presumir (de forma relativa) a jornada de trabalho alegada por este, para fins de direito a horas extras, quando nos cartões de ponto constam ‘horários de entrada e saída uniformes’.

A jurisprudência vem confirmando a aplicação do princípio da proteção no processo do trabalho, conforme arestos a seguir:

Da aplicação do Princípio da Proteção, que vigora no processo do trabalho, tem-se que toda prestação de serviço traz, em si, a presunção (relativa) da subordinação, salvo demonstração cabal em contrário, a cargo do empregador (TRT, 6ª R., RO 00027.2003.006.06.00-9, 1ª T., Rel. Juíza Valéria Gondim Sampaio, j. 23-9-2003, unânime, DOE 25-10-2003).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. DESCABIMENTO. (...) HONORÁRIOS PERICIAIS. SUCUMBÊNCIA PARCIAL. PROPORCIONALIDADE NO PAGAMENTO. DESCABIMENTO. Na Justiça do Trabalho, em face do princípio da proteção do trabalhador, não prevalece a regra do art. 21 do CPC. Sucumbente a Reclamada, ainda que apenas em parte, no objeto da perícia, é sua a responsabilidade pelo pagamento integral dos honorários devidos ao *expert*. Agravo de instrumento conhecido e desprovido (TST-AIRR 43385/2002-902-02-40, 3ª T., Rel. Min. Alberto Bresciani, j. 30-5-2007, DJU 22-6-2007).

REMESSA OFICIAL. DECRETO-LEI N. 779/69. LEI N. 10.352/2001. ART 475, § 2º, DO CPC. LIMITAÇÃO A 60 (SESSENTA) SALÁRIOS MÍNIMOS. APLICABILIDADE AO PROCESSO DO TRABALHO. Aplica-se ao processo do trabalho as disposições constates do § 2º do art. 475 do CPC, inseridas pela Lei n. 10.352/2001, que dispensa a remessa oficial nas condenações de valor não excedente a 60 (sessenta) salários mínimos, tendo em vista a omissão existente na legislação processual trabalhista, que não contém limitação relacionada ao valor da condenação e, também, em face da compatibilidade com o processo laboral. Registre-se, ainda, que tal aplicabilidade vem ao encontro dos princípios que influenciam ou orientam o processo do trabalho, principalmente os princípios da proteção ao

⁵⁷ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 57-58.

⁵⁸ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 58.

hipossuficiente, da razoabilidade, da celeridade e da economia processual Remessa oficial não conhecida (TRT, 23ª R., AI e Recurso Ordinário de Ofício n. 01284.2002.003.23.00-5, Rel. Juíza Maria Berenici, j. 2-12-2003, publ. 27-1-2004).

O princípio da proteção, portanto, deriva da própria origem do processo do trabalho, pois o mesmo serve para compor as lides e garantir a efetividade do direito material trabalhista, que, por sua vez, foi concebido justamente para equilibrar a desigualdade existente entre empregador e empregado.

Para Mauro Schiavi⁵⁹, além do Direito Processual do Trabalho estar sujeito aos princípios constitucionais e, subsidiariamente, aos princípios processuais civis, existem os princípios típicos desse ramo jurídico, que, por conseguinte, permitem a autonomia e a existência do Processo do Trabalho; são eles: o do *proteccionismo temperado do trabalhador* (temperado devido às prerrogativas processuais conferidas ao trabalhador, em vista dos entraves naturais do acesso à justiça, e com fulcro nos princípios constitucionais que garantem o equilíbrio da lide); o *da informalidade*; o *da conciliação*; o *da celeridade*; o *da simplicidade*; o *da oralidade*; o *da majoração dos poderes do Juiz do Trabalho na direção do processo*; o *da subsidiariedade*; e o *da normatização coletiva*.

Carlos Henrique Bezerra Leite⁶⁰ também enuncia outros princípios próprios do direito processual do trabalho, além do *princípio da proteção processual*, quais sejam: o *da finalidade (ou efetividade) social do processo*; o *da busca da verdade real*; o *da indisponibilidade*; o *da conciliação*; e o *da normatização coletiva*.

Entretanto, o autor em epígrafe destaca que a EC n. 45/2004 colocou em risco a existência de princípios específicos do processo laboral, “ao transferir para a competência da Justiça do Trabalho outras demandas diversas das oriundas da relação de emprego, e até mesmo relações entre empregadores e o Estado, bem como entre sindicatos”⁶¹.

Todavia, filiamo-nos a corrente do autor Sérgio Pinto Martins, ao entendermos que o Direito Processual do Trabalho possui apenas um princípio, o *da proteção*, em que figuram diversas peculiaridades. Os demais princípios invocados pela doutrina (supramencionados), a nosso ver, não podem ser considerados *princípios*, mas sim

⁵⁹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 124-138.

⁶⁰ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 91-101.

⁶¹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 91.

peculiaridades do processo do trabalho, que, contudo, servem também para permitir a distinção dos demais ramos da ciência processual.

A título de exemplificação: não é porque o *princípio da celeridade* é utilizado com maior intensidade na justiça laboral (tendo em vista a natureza alimentícia, em regra, dos créditos trabalhistas) que ele vai deixar de ser um *princípio comum* a toda a árvore jurídico-processual. Além do mais, o art. 2º, da Lei nº 9.099/95, dispõe que “O processo orientar-se-á pelos critérios da [...] celeridade [...]”; tal enunciado, por conseguinte, evidencia a impossibilidade de atribuir-se o *princípio da celeridade* como exclusivo ao Processo do Trabalho, posto ser um *princípio* da ciência processual em geral. Raciocínio similar pode ser construído para os demais princípios elencados pela doutrina, à exceção, por óbvio, do *princípio da proteção* – verdadeiro princípio do Direito Processual do Trabalho.

1.4 A ORGANIZAÇÃO DA JUSTIÇA DO TRABALHO BRASILEIRA: AS VARAS DO TRABALHO, OS TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E O TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

1.4.1 INTRODUÇÃO

Inicialmente, importa ressaltar que, diante da expansão dos dissídios trabalhistas, a representação classista perdeu o seu papel fundamental (calcado em conhecimentos práticos), devido à imprescindibilidade de um mínimo de tecnicismo no âmbito da Justiça Laboral.

A Emenda Constitucional n. 24/99 extirpou a representação classista na Justiça do Trabalho, ao que as Juntas de Conciliação e Julgamento tornaram-se as Varas do Trabalho. A composição destas Varas, dos Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, passou, então, a ser integrada apenas por magistrados com formação jurídica.

Outrossim, a Emenda Constitucional n. 45/04 alargou a competência da Justiça do Trabalho. Essa nova configuração legal acarretou no seguinte: as questões relativas aos conflitos entre empregadores e empregados deixaram de serem as únicas hipóteses de incidência da Justiça Laboral. Isso porque as controvérsias oriundas e decorrentes da relação de trabalho, bem como as questões abrangidas por relações de emprego

(consoante disposições legais do art. 114, da CFRB/88⁶²) também passaram a compor o âmbito de atuação da Justiça do Trabalho.

Não obstante, apesar da racionalização também promovida pela EC n. 45/04, com a consequente reforma/modernização do Poder Judiciário – por meio de inovações para aumento de eficiência e transparência – o que se verifica ainda é a existência de um sistema recursal moroso – contrário a Justiça, portanto.

É fundamental que os recursos sejam utilizados de maneira efetiva e adequada, especialmente o Recurso de Revista, concebido para a promoção da melhor Justiça – o que não implica, em uma análise perfunctória, na defesa da extinção dos recursos existentes, mas justamente na sua efetividade àquilo que foram propostos.

Dito isso, impende analisar a atual organização da Justiça do Trabalho (apta a solucionar os conflitos na esfera trabalhista), mais especificamente no que diz respeito aos seus órgãos de atuação.

1.4.2 ÓRGÃOS JURISDICIONAIS DA JUSTIÇA DO TRABALHO

Consoante disposição expressa do art. 111, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, com a redação determinada pela Emenda Constitucional n. 45, de 8 de dezembro de 2004, são órgãos da Justiça do Trabalho: o Tribunal Superior do Trabalho; os Tribunais Regionais do Trabalho; e os Juízes do Trabalho.

Sendo assim, são três os graus de jurisdição; o primeiro, intitulado de Varas do Trabalho – onde atuam os Juízes do Trabalho; o segundo, corporificado nos Tribunais Regionais do Trabalho – cujos integrantes são os juízes dos TRTs; e o terceiro, o grau extraordinário, denominado de Tribunal Superior do Trabalho – constituído pelos Ministros do TST.

Passa-se então, a análise de cada uma desses organismos jurisdicionais.

1.4.2.1 VARAS DO TRABALHO

Apesar do inciso III, do art. 111, da CRFB/88 referir-se aos Juízes do Trabalho como órgãos da Justiça Laboral, na verdade eles exercem a jurisdição nas Varas do Trabalho, que, como visto, são os órgãos integrantes do primeiro grau da Justiça Trabalhista.

⁶² Vide p. 26 do presente Trabalho de Conclusão de Curso.

O art. 116, da CRFB/88 é clarividente em afirmar que “nas Varas do Trabalho, a jurisdição será exercida por um juiz singular”, em que este atuará primeiramente como substituto – após aprovação e tomada da posse, cumprindo 2 (dois) de estágio probatório, seja substituindo o Juiz Titular da Vara ou auxiliando-o – ou como titular. Corrobora esse entendimento o art. 654, da CLT, *caput*, que dispõe que “O ingresso na magistratura do trabalho far-se-á para o cargo de juiz do trabalho substituto. As nomeações subsequentes por promoção, alternadamente, por antiguidade e merecimento”.

Já o art. 112, da CRFB/88 aduz que “a lei criará varas da Justiça do Trabalho, podendo, nas comarcas não abrangidas por sua jurisdição, atribuí-la aos juízes de direito, com recurso para o respectivo Tribunal Regional do Trabalho”, afirmando, por conseguinte, que nas localidades não abarcadas pela “jurisdição”⁶³ das Varas Trabalhistas, será dos juízes de direito essa atribuição.

Igualmente, das decisões proferidas por determinado Juiz de Direito em causas trabalhistas caberá recurso ordinário ao respectivo Tribunal Regional do Trabalho Estadual, consoante dicção do art. 895, I, da CLT, qual seja: “Cabe recurso ordinário para a instância superior: I – das decisões definitivas ou terminativas das Varas e Juízos, no prazo de 8 (oito) dias”.

A CLT ainda disciplina, em seu art. 650, *caput*⁶⁴, que é a Lei Federal que cria as Varas do Trabalho, haja vista a Justiça Trabalhista compor o Poder Judiciário da União (art. 22, da CRFB/88).

Por fim, a regra geral é que o local da prestação dos serviços determinará a Vara do Trabalho que terá competência para julgar, seja o empregado reclamante ou reclamado – independentemente, portanto, do local da contratação dos serviços. Assim sendo, as Varas do Trabalho atuarão com base na competência territorial (*ratione loci*), estabelecida no art. 651, da CLT.

1.4.2.2 TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO

Com relação aos Tribunais Regionais do Trabalho, órgãos de segundo grau de jurisdição, composto por juízes do Trabalho, a CRFB/88 estabelece, em seu art. 115, que:

⁶³ O termo técnico mais apropriado seria “competência”, visto que esta é a porção da “jurisdição” atribuída a determinado órgão do Poder Judiciário.

⁶⁴ Art. 650. A jurisdição de cada Junta de Conciliação e Julgamento abrange todo o território da Comarca em que tem sede, só podendo ser estendida ou restringida por lei federal.

Art. 115. Os Tribunais Regionais do Trabalho compõem-se de, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos, sendo: I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; II - os demais, mediante promoção de juízes do trabalho por antiguidade e merecimento, alternadamente. § 1º Os Tribunais Regionais do Trabalho instalarão a justiça itinerante, com a realização de audiências e demais funções de atividade jurisdicional, nos limites territoriais da respectiva jurisdição, servindo-se de equipamentos públicos e comunitários. § 2º Os Tribunais Regionais do Trabalho poderão funcionar descentralizadamente, constituindo Câmaras regionais, a fim de assegurar o pleno acesso do jurisdicionado à justiça em todas as fases do processo.

Desse modo, verifica-se que os TRTs são integrados por Juízes do Trabalho de carreira, promovidos (alternadamente) por antiguidade e merecimento, bem como um quinto dos assentos será preenchido por advogados e membros do Ministério Público, ambos com mais de dez anos de atividade/exercício profissional.

A EC n. 45/2004 promoveu inovações importantes na seara dos Tribunais Regionais do Trabalho, visto que determinou a instalação de Justiça Itinerante (nos termos do art. 115, § 1º, da CRFB/88), bem como permitiu o amplo acesso a todas as fases do processo – através da descentralização promovida, onde os TRTs podem funcionar em Câmaras Regionais (art. 115, § 2º, da CRFB/88).

Amauri Mascaro Nascimento⁶⁵ destaca que:

Não é uniforme a composição dos Tribunais Regionais, porque não é igual o número de seus membros, mas são: - integrados por, no mínimo, sete juízes, recrutados, quando possível, na respectiva região, e nomeados pelo Presidente da República dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos; - divididos ou não em Turmas, estas, com no mínimo, três magistrados;- seus juízes são recrutados entre magistrados de carreira, advogados e membros do Ministério Público [...]; - integrados, quando compatível com o seu tamanho, por Grupos de Turmas, podendo ser um deles especializado em dissídios coletivos (Lei n. 7.701, de 1988, art. 6º) que devem funcionar com a presença de pelo menos metade mais um do número de juízes que os compõem; [...].

Mauro Schiavi⁶⁶ aduz também que os TRTs são competentes para julgarem, em fase recursal, “os recursos ordinários interpostos em face das decisões das Varas e

⁶⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 215-216.

⁶⁶ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 194.

também, originariamente, as ações rescisórias, dissídios coletivos e de greve, mandados de segurança impetrados em face de juízes de Varas do Trabalho [...]”.

Hodiernamente, o Brasil conta com 24 (vinte e quatro) Tribunais Regionais do Trabalho. O Tribunal Regional do Trabalho que abrange o Estado de Santa Catarina é o da 12ª Região (TRT12) e tem sede em Florianópolis.

Por último, como a organização dos TRTs é definida pelos próprios Regimentos Internos, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira⁶⁷ lembra que alguns TRTs já conferiram o título de Desembargador Federal do Trabalho aos seus Juízes, apesar do projeto de lei que altera essa denominação ainda tramitar no Congresso Nacional.

1.4.2.3 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

O Tribunal Superior do Trabalho é o órgão de cúpula da Justiça do Trabalho, destinado a resolver, originariamente, certos conflitos e rever, em grau recursal, as decisões proferidas pelos tribunais e juízes trabalhistas. Sua atribuição, por conseguinte, é uniformizar nacionalmente a aplicação da Constituição Federal e das Leis. Outrossim, é o Tribunal mais elevado da Justiça Laboral do Brasil (cuja sede se dá na Capital da República) e possui jurisdição em todo o território nacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil, com as alterações promovidas pelas Emendas Constitucionais nº 92/2016 e nº 45/2004, regula o TST, em seu art. 111-A, da seguinte forma:

Art. 111-A. O Tribunal Superior do Trabalho compor-se-á de vinte e sete Ministros, escolhidos dentre brasileiros com mais de trinta e cinco anos e menos de sessenta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo Presidente da República após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo: I - um quinto dentre advogados com mais de dez anos de efetiva atividade profissional e membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos de efetivo exercício, observado o disposto no art. 94; II os demais dentre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, oriundos da magistratura da carreira, indicados pelo próprio Tribunal Superior. § 1º A lei disporá sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho. § 2º Funcionará junto ao Tribunal Superior do Trabalho: I - a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, cabendo-lhe, dentre outras funções, regulamentar os cursos oficiais para o ingresso e promoção na carreira; II - o Conselho Superior da Justiça do Trabalho, cabendo-lhe exercer, na forma da lei, a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo graus, como órgão central do sistema, cujas decisões terão efeito vinculante. § 3º Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar e julgar, originariamente, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

⁶⁷ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 31.

Ainda, é muito importante ressaltar que, a EC nº 92/2016⁶⁸ explicitou (pois assim já se entendia tacitamente) o Tribunal Superior do Trabalho como Órgão do Poder Judiciário, conforme nova redação do art. 92, da CRFB/88 – “São órgãos do Poder Judiciário: [...] II-A - o Tribunal Superior do Trabalho”.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁶⁹ após verificar que o TST é composto de 27 (vinte e sete) Ministros, nomeados pelo Presidente da República após sanção pela maioria absoluta do Senado Federal, consoante disposição do art. 111-A, da CRFB/88, salienta que compete à lei determinar sobre a competência do Tribunal Superior do Trabalho, em que:

[...] como prevê o Regimento Interno do TST, compete a este processar, conciliar e julgar, na forma da lei, em grau ordinário ou recursal ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais, os conflitos de direito sindical, assim como outras controvérsias decorrentes de relação de trabalho, e os litígios relativos ao cumprimento de suas próprias decisões, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos.

Mauro Schiavi⁷⁰ colmata o entendimento acima ressaltando que o TST dará “a última palavra nas questões de ordem administrativa da Justiça do Trabalho”, além de mencionar a função precípua do TST, qual seja, uniformizar a interpretação da legislação laboral no âmbito da competência da Justiça do Trabalho.

Os órgãos que compõem o TST são os seguintes: Tribunal Pleno; Órgão Especial (na hipótese do tribunal ter mais de vinte e cinco julgadores – art. 93, XI, da CRFB/88); Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC); Seção Especializada em Dissídios Individuais (SDI) – cuja Subseção I trata de questões gerais e a Subseção II versa sobre ações especiais, tais quais o *habeas corpus*, ação rescisória, *habeas data* e mandado de segurança; 8 (oito) Turmas; a Seção Administrativa; a Presidência; a Corregedoria-Geral; o Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho; e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho. Além disso, as Comissões Permanentes

⁶⁸ Cujo preâmbulo dispõe: “Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência”.

⁶⁹ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 91-92.

⁷⁰ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 195.

de Regimento Interno, de Jurisprudência e Precedentes Normativos e de Documentação também figuram nesse sistema.

Consoante dicção do dispositivo constitucional (art. 128, I, *b*, CRFB/88), o Ministério Público do Trabalho integra o Ministério Público da União, “tendo sua estrutura federalizada, sendo regido pela Constituição Federal e pela LC n. 75/93, que dispõe sobre o Ministério Público da União, a qual revogou tacitamente os arts. 736 a 757 da CLT”⁷¹.

A reforma do judiciário (EC nº 45/2004) trouxe inovações importantes na esfera do Tribunal Superior do Trabalho, como por exemplo, a criação da citada Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho – ENAMAT, destinada a aprimorar a atuação dos magistrados trabalhistas (art. 111-A, § 2º, I, da CRFB/88) e a implantação do referido Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT, órgão central do sistema que exerce a supervisão administrativa, orçamentária, financeira e patrimonial (não jurisdicional) da Justiça do Trabalho de 1º e 2º graus, cujas decisões têm efeito vinculante (art. 111-A, § 2º, II, da CRFB/88).

Amauri Mascaro Nascimento⁷², acerca do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, aduz, no mesmo sentido, que:

[...] como órgão central do sistema cujas decisões têm efeito vinculante, criado em 24 de agosto de 2000 pelo Pleno do Tribunal, e instalado em 26 de setembro de 2000, reafirmado pela EC n. 45 (2004), tendo por incumbência a supervisão administrativa, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos da Justiça do Trabalho, integrado por nove membros, dos quais o presidente, o vice-presidente e o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, mais três ministros do tribunal e três juízes-presidentes dos Tribunais Regionais do Trabalho; reúne-se ordinariamente uma vez a cada trimestre e extraordinariamente quando necessário; para operacionalizar as suas atividades foram criadas, em seu âmbito, a Unidade de Controle Interno para apoio técnico e a Comissão de Ética para apreciar questões de ética dos magistrados de qualquer grau, tanto no exercício da atividade administrativa como judicante, composta por seis membros, competindo-lhe receber e apurar denúncias.

1.4.3 TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO: COMPETÊNCIA FUNCIONAL E ATUAÇÃO COMO INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA

⁷¹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 202.

⁷² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 203.

O Tribunal Superior do Trabalho é dividido em turmas e seções especializadas para conciliação e julgamento de dissídios individuais e coletivos – de natureza econômica ou jurídica.

1.4.3.1 FUNCIONAMENTO DO TST

Como visto, o TST é o órgão de cúpula da Justiça Laboral com jurisdição na totalidade do território pátrio, cuja competência está estabelecida na CLT, na Lei n. 7.701/88 e no seu Regimento Interno (principalmente – visto que a competência do Pleno, da Seção Administrativa e das SDC e SBDI-1 e SBDI-2 estão detalhadas no RITST).

Com base no art. 96, I, *a*, da CRFB/88, os tribunais podem livremente elaborar os seus Regimentos Internos – no caso do Tribunal Superior do Trabalho, seria o RITST.

Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁷³ evidencia a plenitude do Tribunal Superior do Trabalho (Pleno), bem como sua respectiva divisão em Órgão Especial, Seções e Subseções Especializadas e Turmas ao afirmar que:

O art. 1º, parágrafo único, da Lei 7.701/1988 prevê que o Regimento Interno do Tribunal disporá sobre a constituição e o funcionamento de cada uma das seções especializadas do Tribunal Superior do Trabalho, bem como sobre o número, composição e funcionamento das respectivas Turmas do Tribunal. Cabe ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho presidir os atos de julgamento das seções especializadas, delas participando o Vice-Presidente e o Corregedor-Geral, este quando não estiver ausente em função corregedora.

Em sintonia com esse entendimento está o art. 67, do Regimento Interno do TST, o qual trata da competência originária e recursal do órgão em questão:

Art. 67. Compete ao Tribunal Superior do Trabalho processar, conciliar e julgar, na forma da lei, em grau originário ou recursal ordinário ou extraordinário, as demandas individuais e os dissídios coletivos que excedam a jurisdição dos Tribunais Regionais, os conflitos de direito sindical, assim como outras controvérsias decorrentes de relação de trabalho, e os litígios relativos ao cumprimento de suas próprias decisões, de laudos arbitrais e de convenções e acordos coletivos.

As competências do *Pleno do TST*, do *Órgão Especial*, da *Seção Especializada em Dissídios Coletivos* e da *Seção Especializada em Dissídios Individuais* (e suas

⁷³ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 101.

respectivas *Subseção I – SBDI-1* – e *Subseção II – SBDI-2*) estão dispostas nos arts. 68 a 71, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho.

Quanto as *Turmas*, estas julgam os Recursos de Revista interpostos contra decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos casos previstos em lei, consoante o art. 72, do Regimento Interno, do TST⁷⁴. Essas *Turmas* compõem-se por 3 (três) Ministros, presididas pelo Ministro mais antigo, e seus julgamentos necessitam da presença de 3 (três) Magistrados.

Amauri Mascaro Nascimento⁷⁵, em brilhante síntese, elenca as regras sob as quais o TST é organizado:

- divisão de seus órgãos escalonados para fins jurisdicionais, cumprimento do princípio do duplo grau de jurisdição e divisão do trabalho; - quatro tipos de competência: originária, quando o processo tem início perante o órgão, recursal quando o órgão atua como instância revisora de decisão proferida por órgão anterior, competência em única instância em alguns casos e competência funcional dos seus membros, definidas pela lei e pelo Regimento Interno; - composição: togada com o quinto constitucional com juízes provenientes das classes dos advogados e do Ministério Público do Trabalho, das quais se desligam, passando a integrar a magistratura; - escolha dos magistrados de carreira entre juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho.

1.4.3.2 ATUAÇÃO DO TST COMO INSTÂNCIA EXTRAORDINÁRIA: O OBJETIVO DO RECURSO DE REVISTA

Primeiramente, importa ressaltar que o Recurso de Revista destina-se à proteção do direito objetivo, pois tem o escopo de uniformizar a jurisprudência trabalhista em âmbito nacional.

Esclarece Vicente de Faria Coelho⁷⁶ que o termo “Recurso de Revista” surgiu com a promulgação do Código de Processo Civil de 1939, especificamente em seu art. 853, *caput*⁷⁷. Da leitura do dispositivo, verifica-se que o recurso era cabível na hipótese

⁷⁴ “Art. 72. Compete a cada uma das Turmas julgar: I - os recursos de revista interpostos contra decisão dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos casos previstos em lei; II - os agravos de instrumento dos despachos de Presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista; III - os agravos e os agravos regimentais interpostos contra despacho exarado em processos de sua competência; e IV – os recursos ordinários em ação cautelar, quando a competência para julgamento do recurso do processo principal for atribuída à Turma”. Ressalva-se, porém, o disposto no art. 303, do Regimento Interno do TST, qual seja: “Art. 303. A Subseção I Especializada em Dissídios Individuais julgará desde logo a matéria objeto do recurso de revista não conhecido pela Turma, caso conclua, no julgamento do recurso de embargos interposto em data anterior à vigência da Lei n.º 11.496/2007, que aquele recurso estava corretamente fundamentado em violação de dispositivo de lei federal ou da Constituição da República”.

⁷⁵ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 209.

⁷⁶ COELHO, Vicente de Faria. *Recurso de Revista*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1957, p. 41.

⁷⁷ Art. 853 - Conceder-se-á recursos de revista nos casos em que divergirem, em suas decisões finais, duas ou mais câmaras, turmas ou grupos de câmaras, entre si, quanto ao modo de interpretar o direito em tese. Nos mesmos casos, será o recurso extensivo à decisão final de qualquer das câmaras, turmas ou grupos de câmaras, que

de interpretação diversa de determinado direito em decisões finais proferidas em duas ou mais Câmaras, Turmas ou Grupos de um mesmo Tribunal.

O autor⁷⁸ em destaque lembra, ainda, que antes mesmo da vigência do CPC/39, já havia o instrumento da Revista nas Ordenações do Reino e na Constituição do Império. Entretanto, a Constituição Republicana de 1891 aboliu o mecanismo, que reapareceu, como visto, no aparato acima, estabelecendo a divergência como uma interpretação dissonante do direito em tese.

Hodiernamente, a CLT prevê, no art. 896, alíneas *a*, *b* e *c*, as hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, o qual possui natureza extraordinária no âmbito da Justiça do Trabalho – as hipóteses de cabimento do recurso em questão serão pormenorizadas e explicitadas no “Capítulo 3” deste trabalho.

A CLT também previu o cabimento do Recurso Ordinário, em seu art. 895, para o qual o inconformismo da parte seria suficiente para o seu processamento.

Contudo, o mesmo não se dá com o recurso de natureza extraordinária, pois nessa instância (extraordinária), o que se discute é uma questão superior às partes, em que o direito dessas pode ser (ou não) abarcado pela nova decisão.

Nessa senda, averigua-se a existência de lesão ao direito objetivo (violação ao dispositivo legal, portanto). Até porque, quatro juízes já analisaram o direito subjetivo (da parte), em decisões que efetivamente discutiam a justiça do caso respectivo, com produção de provas e rediscussão de fatos – vedada na instância extraordinária trabalhista, consoante a Súmula 126 do TST: “26. Recurso. Cabimento. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, *b*, da CLT) para reexame de fatos e provas”.

Nesse diapasão, Manoel Antônio Teixeira Filho⁷⁹ aduz comentários acerca da impossibilidade de interposição de Recurso de Revista para reexame de fatos ou de provas, no plano da Justiça Trabalhista:

No plano da Justiça do Trabalho, por igual, não se consente que a revista ou os embargos — recursos de natureza também extraordinária — sejam interpostos com a finalidade de obterem o reexame de fatos ou de provas. Esta foi a judicosa orientação adotada e que dá conteúdo à Súmula n. 126, do TST. Embora a revista e os embargos não autorizem a revisão dos critérios utilizados para a valoração da *prova*, pelo juízo inferior, a doutrina civilista vem entendendo que isso é possível no recurso extraordinário, uma vez que

contrariar outro julgado, também final, das câmaras cíveis reunidas.

⁷⁸ COELHO, Vicente de Faria. *Recurso de Revista*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1957, p. 13-38.

⁷⁹ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1339.

este obsta, apenas, o reexame de fatos. No passado, entretanto, certo segmento da jurisprudência trabalhista chegou a admitir a revista quando houvesse forte atrito entre a sentença e a prova.

Outrossim, a Súmula Vinculante n. 279, do Supremo Tribunal Federal, veda o recurso de natureza extraordinária para simples reexame de provas. Novamente Manoel Antônio Teixeira Filho⁸⁰ confecciona lúcidos comentários a esse respeito, aludindo que:

O recurso extraordinário envolve, unicamente, *quaestio iuris*, sendo inadequado para provocar o reexame, pelo órgão *ad quem* (no caso, sempre o STF), de questões *de fato*. Estas devem ser objeto dos recursos ordinários. Como dissemos anteriormente, a razão teleológica do recurso extraordinário não é a tutela de direitos individuais e sim a preservação da incolumidade da legislação federal, aí incluída, à evidência, a Constituição da República.

Arrematando a questão acerca dos recursos excepcionais, vale à pena trazer à baila a lição precisa e didática de Julio César Bebbber⁸¹:

Os recursos de natureza extraordinária (ou excepcional, ou estrita), têm por escopo a tutela do direito objetivo (voltada à unidade do direito). Em outras palavras, buscam averiguar, unicamente, se a lei foi corretamente aplicada ao caso. Daí por que: a) não se destinam a corrigir a injustiça da decisão (GRINOVER, 1975. p. 141-2). Pode até ser que a correção se dê e o direito subjetivo das partes reste protegido. Mas isso somente ocorrerá diante da constatação de lesão ao direito objetivo; b) não permitem a rediscussão da matéria fática, nem tampouco o reexame de provas. Somente a aplicação do direito em tese poderá constituir o objeto dessa modalidade recursal. Daí dizer-se que os recursos extraordinários são recursos de estrito direito ou recursos de natureza excepcional; c) não admitem o reexame com fundamento no simples inconformismo. Exige-se, para admissibilidade dessa modalidade de recurso, o cumprimento de certos requisitos. Daí dizer-se que o juízo de admissibilidade dos recursos excepcionais é diferenciado e complexo.

Em sentido convergente, Manoel Antônio Teixeira Filho⁸², ao tecer comentários ao Novo Código de Processo Civil sob a ótica do Processo Laboral, esclarece que:

O objetivo do recurso extraordinário difere, portanto, daquele que caracteriza os recursos previstos na legislação ordinária: enquanto estes, em regra, visam a atender ao direito das partes, aquele busca resguardar, em sentido mais amplo, toda a legislação federal e, em especial, a inteireza da Constituição, bem como a uniformidade da sua interpretação e da interpretação das leis federais. É certo que o extraordinário também protege o direito subjetivo das partes; o faz, entretanto, de modo indireto, transversal, pois o seu escopo

⁸⁰ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1338-1339.

⁸¹ BEBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 49.

⁸² TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1335.

nuclear, como visto, é a defesa da higidez constitucional e das normas legais de origem federal.

Assim sendo, resta cristalina a distinção entre recurso de natureza extraordinária e recurso de natureza ordinária.

1.4.3.2.1 A PACIFICAÇÃO SOCIAL PROMOVIDA ATRAVÉS DO RECURSO DE REVISTA – A FINALIDADE PRECÍPUA DO TST

Da leitura da CLT, percebe-se que o Recurso de Revista destina-se a corrigir decisão do TRT, proferida em julgamento de recurso ordinário em dissídios individuais, sob a ótica de possível violação a Constituição ou a lei federal – possibilitando a uniformização jurisprudencial entre os Tribunais Regionais do Trabalho. Nessas pegadas, Homero Batista Mateus da Silva⁸³ alude que:

O recurso de revista está para o Tribunal Superior do Trabalho assim como o recurso especial está para o Superior Tribunal de Justiça: instrumentos de uniformização da jurisprudência afeta à competência desses tribunais superiores, sem que se devam reexaminar fatos e provas. [...] O recurso de revista se insere, portanto, na categoria dos recursos de natureza extraordinária, assim entendidos aqueles que, além dos requisitos extrínsecos tradicionais como preparo e respeito aos prazos, guardam diversas restrições quanto aos requisitos intrínsecos, impondo à parte o ônus de demonstrar ter sido vítima de um acórdão que jogou por terra a jurisprudência majoritária ou que ousa desafiar a lei ou a Constituição.

Novamente da leitura da CLT constata-se que a divergência que possibilita o Recurso de Revista não é a do mesmo TRT (através dos seus próprios órgãos julgadores), mas sim aquela oriunda de Tribunais Regionais do Trabalho diversos.

Do mesmo modo, a CLT ainda estabelece que o TST só poderá rever injustiça perpetrada na instância ordinária se houver relevância nacional – e daí decorre a importância/necessidade de pacificação nacional promovida pelo TST. Manoel Antônio Teixeira Filho⁸⁴, em lição perspicaz, reconhece essa fundamental importância do referido Tribunal Superior, consoante ilação a seguir transcrita:

[...] da atuação da inteligência interpretativa do juiz quanto à norma legal apta para reger o caso concreto surgem, como resultado natural, as decisões divergentes; não nos esqueçamos de que aplicação do direito é vida e a vida humana não se deixa racionalizar por inteiro. Há casos em que esses

⁸³ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 175.

⁸⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Sistema dos Recursos Trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2011, p. 269-270.

pronunciamentos díspares subsistem ao longo dos anos, provocando mais do que uma inquietação, uma insegurança generalizada no espírito dos jurisdicionados; em outros casos, todavia, a cinca é efêmera, pois uma das correntes de opinião logo se torna prevalente, pacificando, a partir daí, a matéria, sob a perspectiva de sua interpretação em face do ordenamento jurídico. Mais do que outra – queremos crer – a jurisprudência trabalhista destaca-se por uma imensa sucessão de pronunciamentos (tornando, sobretudo, tormentoso o cotidiano dos que exercitam as profissões forenses), não raro colidentes entre si, como conseqüência da própria natureza plástica e dinâmica do direito material do trabalho. Embora o fato seja plenamente justificável, é imprescindível que a contar de certo momento o Judiciário defina sua posição, o seu entendimento diante da matéria, à luz do qual todos passarão a orientar-se. Ou quase todos. Constitui, sem dúvida, tarefa difícil determinar-se até que momento essa dissensão pretoriana é útil e a partir de qual se torna desaconselhável, porque danosa para o interesse das partes e para a própria respeitabilidade do Poder Judiciário. A disseminação da dúvida, da incerteza, como se sabe, tende a provocar uma desestabilização das relações sociais, em que cada indivíduo acaba entendendo que o seu entendimento é o único acertado. E, assim, todos estão certos e todos estão errados, mesmo em assuntos de interpretação de norma legal; daí, a importante tarefa de pacificação, que o TST exercita em divergências dessa natureza.

Tais afirmações fizeram Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro⁸⁵ defender, com inteira razão, que “o TST não é considerado terceira instância ou terceiro grau de jurisdição, mas apenas instância especial, extraordinária, que analisa a justiça do julgado de maneira indireta.”

Homero Batista Mateus da Silva⁸⁶, após constatar a importância de inexistirem divergências interpretativas nas normas que regem as relações de trabalho (em vista da dignidade da pessoa humana), corrobora o entendimento acima ao frisar a atribuição do TST como órgão uniformizador do direito:

Assim sendo, muito embora a presença do TST chegue a lembrar uma 3ª instância ou 3º grau de jurisdição – expressões que devem ser combatidas porque não refletem o conteúdo jurídico desejado – sua atribuição corresponde muito mais a um centro de uniformização do direito disperso do que de revisão de fatos, provas e casos controvertidos.

Verifica-se assim, a utilidade do TST como jurisdição de natureza excepcional que permite a pacificação nacional – através do Recurso de Revista.

⁸⁵ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 36.

⁸⁶ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 165.

2 RECURSO DE REVISTA

Inicialmente, importa conceituar a acepção “Recurso”, de uma maneira geral. Para Nelson Nery Júnior⁸⁷, a expressão diz respeito ao “meio processual que a lei coloca à disposição das partes, do Ministério Público e de um terceiro, a viabilizar, dentro da mesma relação jurídica processual, a anulação, a reforma, a integração ou o esclarecimento da decisão judicial impugnada”.

Outra não é a concepção defendida por Gustavo Filipe Barbosa Garcia⁸⁸, para quem o recurso seria um “remédio processual voluntário apto a operar, dentro do mesmo processo, reforma, invalidação, esclarecimento ou integração de decisão judicial impugnada.”

Dito isso, podemos esclarecer o significado do termo “Recurso de Revista”. Mauro Schiavi⁸⁹, além de esclarecer o que seria o termo “dissídio individual” presente no art. 896, *caput*, da CLT, e o porquê dos dissídios coletivos não serem objeto do “Recurso de Revista”, conceitua este último de maneira exemplar, em passagem que merece transcrição integral para a compreensão precisa do termo:

Podemos conceituar o Recurso de Revista como sendo um recurso de natureza extraordinária, cabível em face de acórdãos proferidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho em dissídios individuais, tendo por objetivo uniformizar a interpretação das legislações estadual, federal e constitucional (tanto de direito material como processual) no âmbito da competência da Justiça do Trabalho, bem como resguardar a aplicabilidade de tais instrumentos normativos. A expressão *dissídio individual* a que se refere o art. 896 da CLT, deve ser lida como sendo o dissídio de competência originária do primeiro grau de jurisdição, uma vez que há ações de natureza coletiva como as que envolvem substituição processual e própria ação civil pública que se iniciam em primeiro grau, podendo ser objeto do recurso de revista. Já os dissídios coletivos previstos na legislação processual trabalhista (de natureza econômica, jurídica ou de greve) não se iniciam no primeiro grau de jurisdição e, portanto, não podem ser objeto de recurso de revista. O Recurso de Revista é o recurso último, na Justiça do Trabalho, para impugnação de decisões proferidas em dissídios individuais, não obstante ainda haver a possibilidade de se questionar a decisão no Supremo Tribunal Federal, na hipótese de violação da Constituição Federal. Trata-se de recurso técnico, com pressupostos rígidos de conhecimento e, portanto, não se destina a apreciar fatos e provas, tampouco avaliar a justiça da decisão, pois tem por objeto resguardar a aplicação e a vigência da legislação de competência da Justiça Trabalhista.

⁸⁷ NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 208.

⁸⁸ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 571.

⁸⁹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 933.

Yone Frediani, corroborada por Renato Saraiva e Aryanna Manfredini⁹⁰, também ratifica o entendimento de que o recurso em voga reveste-se de caráter eminentemente técnico, devido à impossibilidade de se colacionar matéria fática ou probatória, mas tão somente matéria de direito, propugnando-se pela uniformização jurisprudencial⁹¹.

A autora em destaque lembra, em outra obra⁹², que o sistema processual brasileiro é pautado em dois critérios na esfera recursal, quais sejam os *recursos ordinários* e *extraordinários*; enquanto os primeiros apreciariam toda a matéria fática e de direito discutida em 1º grau de jurisdição, os últimos teriam o objetivo exclusivo de apreciar questões de direito, e, por conseguinte, uniformizariam a jurisprudência, através do Recurso de Revista.

Já Carlos Henrique Bezerra Leite, após aludir que o recurso de revista é uma impugnação a um acórdão regional eivado de determinados vícios⁹³, é sucinto e enfático ao definir o recurso da seguinte forma⁹⁴:

[...] o recurso de revista é uma modalidade recursal que objetiva corrigir a decisão que violar a literalidade da lei ou da Constituição Federal e a uniformizar a jurisprudência nacional concernente à aplicação dos princípios e regras de direito objetivo (direito do trabalho, direito processual do trabalho, direito constitucional, direito civil, direito processual civil etc.) que guardem alguma vinculação com a atividade jurisdicional da Justiça do Trabalho.

Diante disso, conceituamos o Recurso de Revista como um recurso eminentemente técnico destinado a garantir a supremacia do direito nacional no âmbito de competência da Justiça do Trabalho.

2.1 PRINCÍPIOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS

O objetivo deste tópico não é analisar todos os princípios recursais existentes, mas sim os princípios aplicáveis ao processo do trabalho, pois os mesmos permitem a efetiva realização do sistema recursal na esfera trabalhista.

⁹⁰ SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. *Curso de direito processual do trabalho*. 11. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014, p. 571.

⁹¹ FREDIANI, Yone. *Direito do Trabalho*. Barueri: Manole, 2011, Coleção sucesso concursos públicos e OAB/ José Roberto Neves Amorim (coordenador), p. 106.

⁹² FREDIANI, Yone. *Processo de conhecimento e de execução*. São Paulo: LTr, 2004, p. 65.

⁹³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1008.

⁹⁴ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1009.

Contudo, observa-se que os recursos trabalhistas seguem, em grande parte, as pedras de toque dos princípios recursais dispostos na Constituição Federal e no Código de Processo Civil.

Outrossim, Mauro Schiavi⁹⁵ lembra que a CLT e a legislação extravagante preceituam a taxatividade dos recursos processuais trabalhistas, sendo inaplicável eventual recurso disposto no NCPC mas não previsto na Consolidação em tela – portanto, é inadmissível a inclusão de novos recursos, embora haja a possibilidade de se valer da regulamentação da matéria para suprimir omissões, com fulcro no art. 769, da CLT (*Nos casos omissos, o direito processual comum será fonte subsidiária do direito processual do trabalho, exceto naquilo em que for incompatível com as normas deste Título*).

2.1.1 PRINCÍPIO DO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO

Em linhas gerais, o princípio do duplo grau jurisdicional quer dizer que a decisão judicial de um órgão jurisdicional inferior pode ser impugnada por um órgão jurisdicional superior.

Desse modo, é um princípio que, em tese, possibilitaria o controle de eventuais abusos propagados por determinados magistrados.

Entretanto, o princípio pode acarretar também na demora do cumprimento de determinada obrigação, em virtude do trâmite demorado do processo.

Do art. 5º, LV, da CRFB/88⁹⁶, inferimos os direitos fundamentais ao contraditório e a ampla defesa, além dos recursos inerentes aos princípios em tela.

Pois bem, enquanto determinados autores preferem se filiar a corrente que diz ser o “duplo grau de jurisdição” um princípio constitucional, e apesar de Carlos Henrique Bezerra Leite⁹⁷ argumentar com propriedade que se trata de um direito fundamental e humano (apesar de não ser absoluto), preferimos cerrar-nos ao entendimento proposto por Mauro Schiavi⁹⁸, para quem o “duplo grau de jurisdição” é um princípio infraconstitucional, pois a CRFB/88 não o prevê taxativamente e muito

⁹⁵ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 845.

⁹⁶ O art. 5º, LV, da CRFB/88 preceitua o seguinte: “Aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”.

⁹⁷ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 866-867.

⁹⁸ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 847.

menos decorre do devido processo legal, inafastabilidade da jurisdição ou do contraditório.

Assim sendo, é certo que a recorribilidade é um direito que somente será exercido quando existir lei que crie e regule a questão. Nesse sentido, é também a lição de Wagner Drdla Giglio⁹⁹, ao esclarecer que o “legislador ordinário não tem a obrigação imposta pela regra constitucional [...] de estipular recursos para todos os processos; havendo recurso previsto em lei, sua utilização é garantida pela regra constitucional.”

Por fim, face à possibilidade de lei federal determinar os pressupostos para conhecimento e admissibilidade dos recursos, as Súmulas n. 303 e n. 356, ambas do TST, restringem o duplo grau de jurisdição:

Súmula nº 303 do TST: FAZENDA PÚBLICA. REEXAME NECESSÁRIO (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 211/2016, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.08.2016. I - Em dissídio individual, está sujeita ao reexame necessário, mesmo na vigência da Constituição Federal de 1988, decisão contrária à Fazenda Pública, salvo quando a condenação não ultrapassar o valor correspondente a: a) 1.000 (mil) salários mínimos para a União e as respectivas autarquias e fundações de direito público; b) 500 (quinhentos) salários mínimos para os Estados, o Distrito Federal, as respectivas autarquias e fundações de direito público e os Municípios que constituam capitais dos Estados; c) 100 (cem) salários mínimos para todos os demais Municípios e respectivas autarquias e fundações de direito público. II – Também não se sujeita ao duplo grau de jurisdição a decisão fundada em: a) súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Tribunal Superior do Trabalho em julgamento de recursos repetitivos; c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência; d) entendimento coincidente com orientação vinculante firmada no âmbito administrativo do próprio ente público, consolidada em manifestação, parecer ou súmula administrativa. III - Em ação rescisória, a decisão proferida pelo Tribunal Regional do Trabalho está sujeita ao duplo grau de jurisdição obrigatório quando desfavorável ao ente público, exceto nas hipóteses dos incisos anteriores. (ex-OJ nº 71 da SBDI-1 - inserida em 03.06.1996). IV - Em mandado de segurança, somente cabe reexame necessário se, na relação processual, figurar pessoa jurídica de direito público como parte prejudicada pela concessão da ordem. Tal situação não ocorre na hipótese de figurar no feito como impetrante e terceiro interessado pessoa de direito privado, ressalvada a hipótese de matéria administrativa. (ex-OJs nºs 72 e 73 da SBDI-1 – inseridas, respectivamente, em 25.11.1996 e 03.06.1996). **Súmula nº 356 do TST: ALÇADA RECURSAL. VINCULAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.** O art. 2º, § 4º, da Lei nº 5.584, de 26.06.1970, foi recepcionado pela CF/1988, sendo lícita a fixação do valor da alçada com base no salário mínimo.

⁹⁹ GIGLIO, Wagner Drdla; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 442.

2.1.2 PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE

O princípio da taxatividade consiste no fato de que os recursos são os enumerados pela lei processual trabalhista (CLT e legislação extravagante), em rol exaustivo. Os recursos trabalhistas, portanto, são *numerus clausus*, ou seja, não permitem a integração, seja por interpretação extensiva ou analógica.

No Processo Laboral, conforme a sistematização da CLT (arts. 709, § 1º e 894 a 897-A) e a Lei n. 5.584/70 (art. 2º, § 1º), são admissíveis os seguintes recursos: *Agravo Regimental*, *Recurso Ordinário*, *Recurso de Revista*, *Embargos para o TST*, *Agravo de Instrumento*, *Agravo de Petição*, *Embargos de Declaração* e *Pedido de revisão ao valor atribuído à causa*.

Mauro Schiavi¹⁰⁰ destaca que também são aplicáveis ao Processo do Trabalho o *Recurso Extraordinário* (art. 102, da CRFB/88) e a *Remessa ex officio* (art. 496, NCPC e Decreto-Lei n. 779/69).

Ademais, Carlos Henrique Bezerra Leite¹⁰¹ e Homero Batista Mateus da Silva¹⁰² defendem, com razão, o cabimento do recurso adesivo no processo laboral, por força do permissivo do art. 769, da CLT, e da Súmula 283, do TST.

Finalmente, Julio César Bebbber¹⁰³, em lição exemplar, destaca as características do princípio da taxatividade e sua interpretação restritiva:

[...] a) não possui previsão legal expressa. Sua adoção decorre do sistema recursal previsto pelo direito processual brasileiro; b) enuncia que somente são considerados recursos aqueles expressamente enumerados pela lei federal. Somente a lei federal pode criar, extinguir ou modificar recursos, uma vez que é da União a competência privativa para legislar sobre a matéria processual (CF, art. 22, I). O art. 893 [...] relaciona taxativamente os recursos sistematizados no seu texto (*embargos*, *ordinário*, *revista*, *agravo*). Além deles, admitem-se, ainda, os recursos de *revisão* (Lei n. 5.584/70, art. 2º, § 1º); de *agravo interno* (CPC, 557, § 1º), *extraordinário* (CF, art. 102, III; CPC, art. 508) e de *embargos de divergência* (CPC, art. 508).

2.1.3 PRINCÍPIO DA SINGULARIDADE OU UNIRRECORRIBILIDADE

¹⁰⁰ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 850.

¹⁰¹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 898.

¹⁰² SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 188.

¹⁰³ BEBBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 236-237.

O princípio em destaque é consubstanciado no fato de que cabe apenas um recurso adequado para cada decisão recorrível, donde se infere que a interposição de um recurso é sucessiva – não podendo ser interpostos recursos de maneira simultânea.

Contudo, Wagner Drdla Giglio¹⁰⁴ aduz que no processo do trabalho existem decisões que podem justificar mais de um recurso:

Existe, contudo, a possibilidade de uma mesma decisão ensejar embargos declaratórios e recurso, seja este ordinário, de revista, embargos de divergência ou extraordinário. Neste caso, aguarda-se a solução dos embargos de declaração para, em seguida, processar o outro recurso, se porventura ou inadvertência a parte apresentá-lo concomitantemente.

Todavia, Mauro Schiavi¹⁰⁵ não concorda com o entendimento apresentado pelo autor acima, visto alegar que na hipótese de interposição de embargos de declaração, a parte deve aguardar a decisão para protocolar o recurso ordinário.

2.1.4 PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE

O princípio da fungibilidade foi concebido em virtude da instrumentalidade do processo, possibilitando o conhecimento de recurso interposto erroneamente, dês que inexistia erro grosseiro, haja dúvida objetiva acerca do recurso adequado à situação concreta e sejam respeitados os pressupostos exigidos para o recurso que seria apropriado.

Para Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁰⁶, ocorrendo a hipótese de interposição errônea do recurso, no âmbito processual trabalhista, os juízos *a quo* e *ad quem* devem conhecer do expediente, não por um favor à parte indignada, mas sim em homenagem aos princípios da *simplicidade* e da *instrumentalidade das formas*. E arremata¹⁰⁷:

De lege ferenda, contudo, o ideal seria que não se fizesse qualquer distinção quanto à nomenclatura dos recursos trabalhistas, a fim de possibilitar que a parte manifestasse a sua contrariedade à decisão que lhe foi desfavorável sem preocupar-se em escolher qual, dentre tantos, seria o remédio cabível; a adoção de um sistema caracterizado pela inespecificidade (ou “indiferença”) dos recursos seria congruente com a tantas vezes invocada simplicidade do processo especializado e respeitante do *ius postulandi* que ele outorga às

¹⁰⁴ GIGLIO, Wagner Drdla; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 443.

¹⁰⁵ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 851.

¹⁰⁶ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1213.

¹⁰⁷ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1213-1214.

partes. [...] Esclareça-se que a simplicidade do processo trabalhista não significa que se deva fazer tábua rasa das regras elementares e estruturais do procedimento, cuja observância atende à necessidade de segurança das partes, além do que traçam os caminhos a serem percorridos pelo juiz, na qualidade de reitor do processo; tais regras são componentes do *due process of law*, que compreende, também, o do trabalho.

Concluindo, a título de exemplificação, a Orientação Jurisprudencial n. 152, da SBDI-II, do TST, preceitua como erro grosseiro a interposição de Recurso de Revista contra decisão proferida pelo TRT em ação de sua competência originária, visto que o correto seria recorrer através de Recurso Ordinário (art. 895, II, da CLT):

152. AÇÃO RESCISÓRIA E MANDADO DE SEGURANÇA. RECURSO DE REVISTA DE ACÓRDÃO REGIONAL QUE JULGA AÇÃO RESCISÓRIA OU MANDADO DE SEGURANÇA. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. INAPLICABILIDADE. ERRO GROSSEIRO NA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. (DEJT divulgado em 03, 04 e 05.12.2008). A interposição de recurso de revista de decisão definitiva de Tribunal Regional do Trabalho em ação rescisória ou em mandado de segurança, com fundamento em violação legal e divergência jurisprudencial e remissão expressa ao art. 896 da CLT, configura erro grosseiro, insuscetível de autorizar o seu recebimento como recurso ordinário, em face do disposto no art. 895, “b”, da CLT.

2.1.5 PRINCÍPIO DA PROIBIÇÃO DA REFORMA PARA PIOR (*REFORMATIO IN PEJUS*)

Trata-se de princípio emanado do art. 1.013, *caput*, do NCPC¹⁰⁸, cujo sentido é atribuído a vedação de uma decisão recursal mais desfavorável ao único recorrente, com exceção apenas às matérias de ordem pública, que devem ser conhecidas *ex officio* (como, por exemplo, as matérias constantes no preceito do art. 337, § 5º, do NCPC¹⁰⁹).

Desse modo, o objeto do recurso consiste tão somente na matéria realmente impugnada, acrescida das questões que devam ser conhecidas de ofício pelo juiz – isso porque à parte privada que não recorreu da sentença operou-se o trânsito em julgado, ao passo que se o juiz julgar além do pedido da única parte que recorreu, o princípio dispositivo será violado.

Mauro Schiavi¹¹⁰ traz à baila o entendimento de que não pode haver o conhecimento das matérias de ofício nos recursos de natureza extraordinária (Recurso

¹⁰⁸ O art. 1.013, *caput*, do NCPC preceitua o seguinte: “A apelação devolverá ao tribunal o conhecimento da matéria impugnada.”

¹⁰⁹ São os dizeres do art. 337, § 5º, do NCPC: “Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumerada neste artigo.”

¹¹⁰ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 855.

de Revista, Recurso Especial e Recurso Extraordinário), pois tais recursos têm a finalidade de uniformizar a interpretação da legislação e salvaguardar as legislações constitucional e federal, bem como são (recursos) pautados na vinculação de fundamentação específica – dependem de prequestionamento da(s) matéria(s).

2.1.6 PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE

Em vista desse princípio, a parte recorrente deverá explicitar o porquê do recurso, juntamente com os capítulos decisórios que almeja o reexame, para possibilitar o exercício do contraditório e da ampla defesa à parte contrária.

Tanto é assim que o art. 1.010, do NCPC, disciplina o princípio em debate da seguinte maneira:

Art. 1.010. A apelação, interposta por petição dirigida ao juízo de primeiro grau, conterá: I - os nomes e a qualificação das partes; II - a exposição do fato e do direito; III - as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade; IV - o pedido de nova decisão. § 1º O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. § 2º Se o apelado interpuser apelação adesiva, o juiz intimará o apelante para apresentar contrarrazões. § 3º Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º, os autos serão remetidos ao tribunal pelo juiz, independentemente de juízo de admissibilidade.

Já a CLT, disciplina em seu art. 899, *caput*, que “os recursos serão interpostos por simples petição”, o que poderia levar a crer que a petição poderia ser protocolada sem a apresentação das razões do inconformismo do recorrente – calcado também no *jus postulandi* constante do art. 791, *caput*, da CLT.

Entretanto, tal entendimento não é o mais apropriado, visto que são as razões que delimitarão a matéria de apreciação pelo Tribunal e o efetivo exercício do contraditório e da ampla defesa pela parte adversa – embora o recurso por simples petição possa ser aplicado também na Justiça Laboral, mais especificamente nos recursos cuja fundamentação seja livre e quando a parte não dispor de advogado

No mesmo sentido é o entendimento de Julio César Bebbber¹¹¹, novamente em lição primordial, que merece a transcrição integral:

O princípio da dialeticidade dos recursos: a) possui previsão legal expressa (CPC, arts. 514, 524, 541; CLT, 899) e está amparado no princípio do contraditório (CF, art. 5º, LV); b) enuncia a necessidade de as razões recursais possuírem motivação pertinente para viabilizarem o conhecimento

¹¹¹ BEBBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 249.

do recurso. Vale dizer: as razões dos recursos devem ser dialéticas, discursivas. Em outras palavras, devem guardar simetria com a decisão impugnada (Súmula TST n. 422). Ao recorrente, portanto, incumbe declarar expressamente a sua insatisfação (*elemento volitivo*) e os motivos desta (*elemento de razão ou descritivo*), sob cominação de não conhecimento do recurso interposto. A simples repetição de peças ou razões já rechaçadas não atende à dialeticidade e, por conseguinte, à regularidade formal. É imprescindível que o recorrente contraste, impugne os fundamentos que suportam a conclusão do juízo (Súmula STJ n. 182), uma vez que a tônica do recurso é remover o obstáculo criado pela decisão e não reavivar razões já repelidas.

A jurisprudência majoritária também é favorável à aplicação do princípio da dialeticidade no processo do trabalho, consoante ementas a seguir:

RECURSO ORDINÁRIO. AUSÊNCIA DE ATAQUE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. REPETIÇÃO DOS TERMOS DA INICIAL. NÃO CONHECIMENTO. Insurgindo-se o reclamante em sede recursal com a adoção dos mesmos fundamentos expendidos na petição inicial relativos ao pedido liminar e cabimento de mandado de segurança coletivo em face de portarias expedidas pelo Ministro do trabalho e Emprego que determinou a instalação de ponto eletrônico, quando a sentença julgou extinta a ação sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, IV, do CPC, por entender não ser competente para apreciar a pretensão, competência esta do Superior Tribunal de Justiça, conforme disposição do art. 105, II, “b”, da CF/88, não há como conhecer o apelo, posto não haver cumprido a regra do art. 514, II, do CPC, atraindo a aplicação da Súmula n. 44 do C. TST.” (TRT/SP – 00003999520115020023 – RO – Ac. 10ª T. – 20120345107 – relª Sônia Aparecida Gindro – DOE 30.3.2012); Recurso ordinário não conhecido. Alegação recursal genérica que não ataca os fundamentos da sentença não devolve ao Tribunal o conhecimento da matéria. Inteligência dos arts. 505 e 514, II do CPC e Súmula n. 422 do C. TST, por analogia. (TRT/SP – 00011991520105020038 – RO – Ac. 15ª T. – 2-120297218 – relª Silvana Abramo Margherito Ariano – DOE 27.3.2012).

2.1.7 PRINCÍPIO DA VARIABILIDADE

O princípio em destaque consubstancia-se na possibilidade da parte recorrente variar o recurso já interpolado, dêse que dentro do prazo recursal, objetivando a interposição da medida correta/cabível para impugnar a decisão de que não concorda.

Mauro Schiavi¹¹² entende que o princípio da variabilidade não é aplicável ao processo laboral, diante da preclusão consumativa que ocorre quando da interposição do recurso escolhido – ainda que o prazo não tenha se esgotado, pois a sistemática processual hodierna (leia-se CLT e o NCPC) não prevê regra concernente à variabilidade do recurso.

¹¹² SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 855.

Manoel Antônio Teixeira Filho¹¹³, contudo, leciona em sentido contrário. Para tanto, remete ao CPC de 1939, cujo art. 809 previa, expressamente, o princípio legal da variabilidade do meio recursal – faculdade conferida à parte recorrente para modificar o recurso interposto, dès que a alteração estivesse em consonância com o prazo (previsto em lei) do recurso cabível. Aduz, ainda, que muito embora o CPC de 1973 e o NCPC sejam omissos à possibilidade de variação do recurso (por inexistência de previsão legal nos respectivos textos processuais), subsiste a possibilidade de o recorrente variar o recurso já interposto – contanto que a interposição deste último se dê dentro do prazo recursal estabelecido para recurso cabível. Para o autor, portanto, a regra contida no art. 809, do CPC de 1939, foi recepcionada tacitamente pelos Códigos Processuais de 1973 e de 2015 – e, por conseguinte, pelo processo do trabalho, conforme excerto a seguir:

Disponha o CPC de 1939, na primeira parte do art. 809, [...] com todas as letras, o princípio legal da *variabilidade* do meio recursal que permitia à parte alterar, tornar diverso, o remédio antes interposto, desde que essa modificação ocorresse dentro do prazo fixado em lei. [...] O CPC de 1973 não repetiu a regra constante do Código revogado, fato que provocou uma certa disputa doutrinária quanto à possibilidade de poder-se, pela lei nova, *variar* de recurso. O CPC atual também é omissos quanto ao tema. [...] entendemos que, a despeito da omissão do texto processual vigente, subsiste a faculdade que era outorgada pela lei antiga, contanto que a variação ocorra *dentro* do prazo para a interposição do recurso cabível. Por outras palavras, a regra do art. 809, do CPC de 1939, foi tacitamente recepcionada pelos Códigos de 1973 e de 2015; logo, também pelo processo do trabalho.

E finaliza argumentando que o processo laboral pauta-se, dentre outros princípios, pelo da *simplicidade*, ao que restringir a possibilidade de a parte alterar o seu recurso para interposição da pretensão correta (quando remanescente o prazo recursal adequado ao caso e atendidos os requisitos de admissibilidade), seria uma afronta a um princípio muito caro à esfera jurídica Processual do Trabalho¹¹⁴.

Entretanto, compactuamos com o entendimento de Mauro Schiavi, que estabelece a impossibilidade de aplicação do princípio da variabilidade à esfera processual juslaborista, devido à ocorrência da preclusão consumativa quando da interposição de determinado recurso e em virtude da inexistência de previsão/cabimento do princípio em destaque às normas aplicáveis/atinentes à esfera processual do trabalho.

¹¹³ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1213.

¹¹⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1213.

2.1.8 PRINCÍPIO DA IRRECORRIBILIDADE IMEDIATA DAS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS

Sendo o processo do trabalho, em essência, um procedimento oral, o princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias se acentua neste ramo da árvore jurídica, em vista das peculiaridades inerentes a esta última.

O princípio em destaque busca conferir/garantir a celeridade processual e a consequente observância da razoável duração do processo. De igual sorte, atende aos preceitos dos arts. 765 e 878, *caput*, ambos da CLT¹¹⁵, que estabelecem maiores poderes ao juiz para conduzir o processo.

Decisão interlocutória, conforme disposição do § 2º, art. 203, do NCPC, é “todo pronunciamento judicial de natureza decisória que não se enquadre no § 1º” – o § 1º, do art. 203, do NCPC, trata do conceito de sentença, que é o pronunciamento do juiz que põe fim à fase cognitiva do procedimento comum, além de extinguir a execução. Portanto, decisão interlocutória é a decisão proferida no curso do processo e que, por conseguinte, não põe fim ao mesmo.

No entanto, o fato da decisão interlocutória ser irrecorrível imediatamente não quer dizer que ela seja absoluta, mas sim que o momento apropriado para sua impugnação será na ocasião de eventual recurso em face da decisão definitiva. É nesse momento que o recorrente suscitará (como preliminar das razões recursais) todas as decisões interlocutórias proferidas no curso do processo – dê-se que, sob pena de preclusão, tenha protestado nos autos, nos termos do art. 795, *caput*, *in fine*, da CLT.

A dicção do art. 893, § 1º, da CLT¹¹⁶, bem como do art. 799, § 2º, também da Consolidação¹¹⁷, evidenciam o princípio em tela.

Nessa senda, idêntica é a lição de Manoel Antônio Teixeira Filho¹¹⁸, para quem:

Mesmo nos tempos modernos, seria sobremaneira prejudicial à celeridade do procedimento se fosse permitida a interposição de recursos dessa espécie de decisão, proferida interlocutoriamente (= no curso do processo). Sendo assim,

¹¹⁵ Esculpidos na CLT, os arts. 765 e 878, *caput*, preceituam, respectivamente, o seguinte: “Os Juízos e Tribunais do Trabalho terão ampla liberdade na direção do processo e velarão pelo andamento rápido das causas, podendo determinar qualquer diligência necessária ao esclarecimento delas.”; “A execução poderá ser promovida por qualquer interessado, ou ex officio pelo próprio Juiz ou Presidente ou Tribunal competente, nos termos do artigo anterior.”

¹¹⁶ Art. 893, § 1º, da CLT: “Os incidentes do processo são resolvidos pelo próprio Juízo ou Tribunal, admitindo-se a apreciação do merecimento das decisões interlocutórias somente em recursos da decisão definitiva.”

¹¹⁷ Art. 799, § 2º, da CLT: “Das decisões sobre exceções de suspeição e incompetência, salvo, quanto a estas, se terminativas do feito, não caberá recurso, podendo, no entanto, as partes alegá-las novamente no recurso que couber da decisão final.”

¹¹⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1204.

as questões por ela abrangidas somente poderão ser contrariadas ao ensejo do recurso que vier a ser interposto da sentença de fundo, que compuser a lide. Esta é a regra cristalina insculpida no art. 893, § 1º, da CLT, que não se restringe, como se possa pensar, às hipóteses lá previstas.

Contudo, o processo do trabalho comporta exceções ao princípio da irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias; como exemplos de exceções legais, temos o disposto no art. 2º, da Lei n. 5.584/70 (que trata de decisão proferida pelo juiz para fixar o valor da causa, quando indeterminado pela parte), bem como a decisão mencionada no art. 897, *b*, da CLT (que denega a interposição de outro recurso).

Além das exceções legalmente previstas, o TST editou a Súmula n. 214¹¹⁹, cujo teor versa sobre hipóteses de cabimento de recurso imediato de decisões interlocutórias; uma dessas hipóteses diz respeito à admissibilidade de Recurso de Revista. A respeito dessa hipótese, Carlos Henrique Bezerra Leite¹²⁰ aduz que:

Andou bem o TST ao permitir a interposição imediata de recurso de decisões dos TRTs contrárias às Súmulas ou Orientações Jurisprudenciais. Trata-se de homenagem aos princípios da economia e celeridade processuais, pois evita que o processo retorne à Vara do Trabalho quando a decisão atacada (do TRT) esteja em desconformidade com o entendimento sumulado, reiterado e atual do TST.

Exemplo de jurisprudência acerca da aplicabilidade da Súmula n. 214 do TST, e do consequente cabimento de Recurso de Revista de decisão interlocutória, em face da exceção prevista na alínea “a”, é a seguinte:

RECURSO DE REVISTA. PRELIMINAR DE NÃO CONHECIMENTO ARGUIDA PELA RECLAMANTE EM CONTRARRAZÕES. DECISÃO REGIONAL QUE AFASTA A PRESCRIÇÃO TOTAL E DETERMINA O RETORNO DOS AUTOS À VARA DO TRABALHO. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. RECORRIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA EXCEÇÃO CONTIDA NA ALÍNEA “A” DA SÚMULA N. 214 DO TST. Consoante entendimento da alínea “a” da Súmula 214 desta Corte, quando a decisão de Tribunal Regional do Trabalho contraria Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, é suscetível a interposição imediata do recurso de revista, constituindo em uma das hipóteses de exceção

¹¹⁹ **Súmula n° 214 do TST. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA. IRRECORRIBILIDADE (nova redação) - Res. 127/2005, DJ 14, 15 e 16.03.2005.** Na Justiça do Trabalho, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, as decisões interlocutórias não ensejam recurso imediato, salvo nas hipóteses de decisão: a) de Tribunal Regional do Trabalho contrária à Súmula ou Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho; b) suscetível de impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; c) que acolhe exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT.

¹²⁰ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 898.

à irrecorribilidade imediata das decisões interlocutórias. No caso dos autos, embora o Regional tenha afastado a prescrição total e determinado o retorno dos autos à origem, o reclamado, nas razões do recurso de revista, sustenta a existência de contrariedade à Súmula 294 do TST, pretendendo que seja declarada a prescrição total do pleito relativo às diferenças decorrentes da supressão dos anuênios e da diminuição dos percentuais de promoção, sob a alegação de que tais parcelas não estão asseguradas por preceito de lei. Preliminar rejeitada (...) (TST-RR 123200-82.2004.5.04.0029, j. 1º-12-2010, Rel. Min. Augusto César Leite de Carvalho, 6 T., DEJT 10-12-2010).

Acerca dos acórdãos dos TRTs com natureza jurídica de decisão interlocutória, mas que não contrariam Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST, lecionam Kátia Magalhães Arruda e Rubem Milhomem¹²¹:

Em todos os casos nos quais não é cabível de imediato o recurso de revista, ante a natureza jurídica da decisão recorrida, subsiste que, após o exame dos pedidos no primeiro grau de jurisdição, pode ser interposto novo recurso ordinário (para impugnar o acolhimento ou a rejeição das pretensões) e, em seguida, novo recurso de revista por meio do qual poderão ser impugnados, direta e simultaneamente, sem nenhum prejuízo processual, o primeiro acórdão do TRT do qual não se pôde recorrer de imediato e o segundo acórdão da Corte Regional no qual foram apreciadas as matérias remanescentes.

Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro¹²² traz também a possibilidade de no mesmo acórdão ser proferida decisão com natureza jurídica mista, ou seja, com teor de decisão final e de decisão interlocutória. Nessa hipótese apenas caberia Recurso de Revista se houvesse correspondência à alínea “a” da Súmula n. 214 do TST, devendo prevalecer o caráter interlocutório do acórdão, ante a impossibilidade de fracionamento da natureza jurídica da decisão colegiada.

Tal caso ocorreria quando o acórdão, além de devolver os autos ao 1º grau, também enfrentasse questões de mérito, de modo definitivo. Exemplo disso seria o acórdão Regional que declarou vínculo de emprego e reconheceu a responsabilidade subsidiária, em que a discussão das duas questões, por meio do recurso de revista, só caberia após novo julgamento pela vara do trabalho e pelo respectivo TRT.

O TST já decidiu nesse sentido, consoante julgado a seguir:

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA – SÚMULA N. 214 DESTA CORTE – APLICAÇÃO. Na Justiça do Trabalho são suscetíveis de recurso imediato as seguintes decisões interlocutórias; a) as proferidas por TRT em confronto com Súmula ou Orientação Jurisprudencial desta Corte; b) as suscetíveis de

¹²¹ ARRUDA, Kátia Magalhães; MILHOMEM, Rubem. *A jurisdição Extraordinária do TST na Admissibilidade do Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2012, p. 60.

¹²² MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 67-68.

impugnação mediante recurso para o mesmo Tribunal; e c) as que acolhem exceção de incompetência territorial, com a remessa dos autos para Tribunal Regional distinto daquele a que se vincula o juízo excepcionado, consoante o disposto no art. 799, § 2º, da CLT. Inteligência da Súmula n. 214 desta Corte. A decisão do Regional que declara o vínculo de emprego, assim como a responsabilidade subsidiária e determina o retorno dos autos à Vara do Trabalho, para exame dos demais pedidos, não se insere em recurso de revista, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, c/c a súmula em foco. Agravo de instrumento não provido. (AIRR-4405-43.2010.5.06.0000, DEJT-17.6.2011. Ministro Milton de Moura França).

2.2 PRESSUPOSTOS GENÉRICOS DOS RECURSOS

Os pressupostos genéricos dos recursos são divididos em extrínsecos (ou objetivos) e intrínsecos (ou subjetivos). Haja vista que os pressupostos genéricos configuram-se em verdadeiros elementos de validade e desenvolvimento do recurso, eventual ausência de qualquer desses pressupostos importa na inadmissibilidade do recurso pelo mesmo órgão judicial prolator da decisão (*juízo a quo*), ou por outro hierarquicamente superior (*juízo ad quem*). Portanto, (os pressupostos genéricos) são autênticos pressupostos processuais e condições da ação quando de determinada pretensão recursal.

Corroborando esse entendimento, José Augusto Rodrigues Pinto¹²³ conceitua os pressupostos recursais como:

[...] adjetivo qualificado de algo que se conjectura fazer. O direito passa a ter significado substantivo de ‘circunstância ou fato considerado antecedente de outro’. Neste último sentido, exato, restrito, devem ser compreendidos pressupostos recursais em qualquer sistema processual, inclusive o trabalhista, uma vez que todo recurso tem seu processamento e seu conhecimento invariavelmente sujeitos ao exame de atendimento de antecedentes imediatos sem os quais a interposição se torna inoperante.

Nelson Nery Júnior¹²⁴ esclarece que os requisitos de admissibilidade dos recursos não são aptos a influir no julgamento do mérito do recurso, pois apenas possibilitam (ou não) o exame do mesmo.

Nessas pegadas, Gustavo Filipe Barbosa Garcia, após esclarecer que “no juízo de admissibilidade são examinados os requisitos ou pressupostos para que se possa

¹²³ PINTO, José Augusto Rodrigues. *Manual dos Recursos nos Dissídios do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006, p. 99.

¹²⁴ NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 240.

apreciar o ‘mérito do recurso’”¹²⁵, classifica os pressupostos processuais em subjetivos (intrínsecos) e objetivos (extrínsecos)¹²⁶:

Os pressupostos recursais subjetivos são a legitimidade (ou legitimação), a capacidade e o interesse. Os pressupostos recursais objetivos são a recorribilidade do ato, a previsão legal do recurso, a adequação (cabimento), a inexistência de ato extintivo ou impeditivo de recorrer, a tempestividade, a regularidade formal, a regularidade de representação e o preparo.

Assim sendo, embora haja divergência doutrinária em alguns pontos, preferimos adotar a classificação do autor acima, em que organizamos os pressupostos recursais em intrínsecos e extrínsecos. Enquanto estes se subdividem em *cabimento* (que engloba a *recorribilidade do ato*, a *previsão legal do recurso* e a *adequação*), *inexistência de fato extintivo ou impeditivo de recorrer*, *tempestividade*, *regularidade formal*, *regularidade de representação* e *preparo*, aqueles se subdividem em *legitimidade*, *capacidade* e *interesse*.

Passa-se, então, à análise dos pressupostos recursais.

2.2.1 PRESSUPOSTOS EXTRÍNSECOS

Nelson Nery Júnior¹²⁷ conceitua os pressupostos extrínsecos como:

Os pressupostos *extrínsecos* respeitam aos fatores externos à decisão judicial que se pretende impugnar, sendo normalmente posteriores a ela. Neste sentido, para serem aferidos não são relevantes os dados que compõem o conteúdo da decisão recorrida, mas sim fatos a ela supervenientes.

Portanto, são pressupostos que versam sobre aspectos exteriores ao recurso objetivado. Passemos à análise deles.

2.2.1.1 CABIMENTO - RECORRIBILIDADE DO ATO, PREVISÃO LEGAL DO RECURSO E ADEQUAÇÃO

¹²⁵ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 577.

¹²⁶ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 578.

¹²⁷ NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 266.

Primeiramente, deve-se verificar se existe a possibilidade do ato judicial impugnado ser objeto de recurso. Assim, somente se admite o recurso se não houver, no ordenamento jurídico, óbice ao direito de recorrer naquela hipótese.

Se da análise do órgão julgador constatar-se veto legal à recorribilidade almejada, o juízo *a quo* deverá não *admitir* o recurso, enquanto o juízo *ad quem* deverá não *conhecer* da pretensão.

Em segundo lugar, averigua-se a existência de previsão legal do recurso objetivado.

Outrossim, apenas será admitido o recurso que esteja em conformidade com a lei, possibilitando a impugnação do ato judicial no caso concreto – do contrário não se conhecerá do recurso. Observa-se, no entanto, que a adequação deve ser analisada em sintonia com o princípio da fungibilidade (vide item “2.1.4” deste trabalho).

Ademais, os tribunais têm exigido que o advogado subscreva o recurso interposto, sob pena de considerá-lo inexistente. A OJ n. 120, da SDI-I, do C. TST, modificada pelo NCPD, entende que o recurso será reputado inadmissível, apesar de assegurar a validade do mesmo quando assinado na petição de apresentação ou em suas razões:

120. RECURSO. ASSINATURA DA PETIÇÃO OU DAS RAZÕES RECURSAIS. ART. 932, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC DE 2015. (alterada em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016. I - Verificada a total ausência de assinatura no recurso, o juiz ou o relator concederá prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o recurso será reputado inadmissível (art. 932, parágrafo único, do CPC de 2015). II - É válido o recurso assinado, ao menos, na petição de apresentação ou nas razões recursais.

Por fim, colhe-se o seguinte julgado, que considerou inexistente o recurso apócrifo:

RECURSO APÓCRIFO – NÃO ADMISSIBILIDADE. Conforme a inteligência dos arts. 159 e 169 do CPC, em conjunto com os arts. 769 e 840, § 1º, da CLT, a assinatura é requisito essencial e formal à validade das petições, atos e termos do processo, tendo como escopo apontar a sua autoria, assegurar a sua inalterabilidade e sobretudo a segurança jurídica. Portanto, deve ser considerado apócrifo o apelo que apresenta assinatura xerocada nas razões do recurso, enquanto na petição de encaminhamento apresenta assinatura distinta daquela firmada pelo procurador da recorrente em todas as suas manifestações os autos, o que acarreta a sua não admissibilidade, nos termos do entendimento consolidado na OJ 120 da SDI-1 do colendo TST (TRT 3ª R., RO 898/2008-082-03-00.6, 2ª T., Rel. Juiz conv. João Bosco Pinto Lara, DEJT 20-4-2010).

2.2.1.2 INEXISTÊNCIA DE FATO EXTINTIVO OU IMPEDITIVO DE RECORRER

Constitui-se em pressuposto processual negativo, evidenciando que a apreciação de mérito do recurso só será possível se inexistirem atos impeditivos ou extintivos do direito de recorrer, quais sejam, a aquiescência quanto à decisão, a renúncia e a desistência¹²⁸.

A desistência ocorre após a interposição do recurso, em que a parte utiliza-se do disposto no art. 998, do NCPC (“O recorrente poderá, a qualquer tempo, sem a anuência do recorrido ou dos litisconsortes, desistir do recurso.”), embora o Parágrafo Único do dispositivo em apreço permita a continuidade de apreciação da questão de repercussão geral já conhecida e nas hipóteses de RE ou REsp repetitivos (“A desistência do recurso não impede a análise de questão cuja repercussão geral já tenha sido reconhecida e daquela objeto de julgamento de recursos extraordinários ou especiais repetitivos.”).

Na esfera processual, por conseguinte, não poderia haver desistência de Recurso de Revista repetitivo.

Já a renúncia ao direito de recorrer da decisão acontece antes da interposição do recurso, por meio de manifestação, e independe da aceitação da outra parte, nos termos do art. 999, do NCPC.

Do mesmo modo, a aquiescência pode ser total ou parcial, além de expressa ou tácita, donde se estabelece a preclusão lógica do direito de recorrer (efeitos meramente processuais, portanto) e independente de homologação judicial. O art. 1.000, do NCPC, preceitua que a parte que aceitar a decisão (ainda que tacitamente) não poderá recorrer, e o Parágrafo Único do artigo em tela considera a aceitação tácita como a prática, sem ressalvas, de ato incompatível com o anseio de recorrer – por exemplo, o pagamento, sem ressalvas, de obrigação pecuniária objeto de condenação.

Percebe-se, por conseguinte, que os fatores acima não têm correspondência com a decisão que se quer impugnar; são fatores alheios a decisão em si, e, dessa forma, caracterizam-se verdadeiramente como pressupostos objetivos.

Contudo, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro¹²⁹ classifica a *inexistência de fato extintivo ou impeditivo do direito de recorrer* como um pressuposto

¹²⁸ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 579-580.

¹²⁹ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 84; 99; 112-114.

intrínseco, por entender que cabe à parte (recorrente) não ter praticado nenhum fato impeditivo ou extintivo do direito ao recurso.

2.2.1.3 TEMPESTIVIDADE

É o pressuposto que determina a observância do prazo constante da lei que versa sobre o recurso apropriado ao caso concreto.

Regra geral, tem-se que os recursos trabalhistas são interpostos no prazo de 8 (oito) dias, consoante o art. 6º, da Lei n. 5.584/70, que unificou os prazos recursais no processo do trabalho – “Será de 8 (oito) dias o prazo para interpor e contra-arrazoar qualquer recurso”.

Como exceção à regra acima, temos o Recurso Extraordinário, Agravo em RE e Embargos de Divergência no STF, que, conforme o art. 1.003, § 5º, do NCPC, possuem prazo recursal de 15 (quinze) dias, além dos embargos de declaração, cujo prazo para recorrer é de 5 (cinco) dias – nos termos do art. 897-A, da CLT, e art. 1.023, do NCPC.

Na contagem dos prazos recursais, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento (conforme art. 775, da CLT). Nesse diapasão é o seguinte julgado:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. TEMPESTIVIDADE. FERIADO LOCAL OU SUSPENSÃO DOS PRAZOS PROCESSUAIS PELO TRIBUNAL *A QUO*. MOMENTO DA COMPROVAÇÃO. 1. Agravo de instrumento apresentado após expirado o prazo recursal. 2. A tempestividade do recurso, em face de eventual feriado local ou suspensão dos prazos processuais pelo Tribunal *a quo*, deve ser comprovada no momento de sua interposição. Agravo regimental a que se nega provimento. (AG. REG. No AI 532.872-6 SP – STF – Eros Grau – Ministro relato. DJU de 3.8.2007) (DT – Setembro/2007 – vol. 158, p. 203).

Importa ressaltar ainda que, até junho de 2015, através da Súmula n. 434, do TST¹³⁰, o Tribunal Superior do Trabalho entendia que a interposição de recurso antes do início da contagem do prazo implicava em não conhecimento do recurso.

Contudo, a Resolução n. 198/2015, observando o disposto no art. 218, § 4º, do NCPC¹³¹, cancelou a referida Súmula do C. TST, além de que os arts. 769, da CLT, c/c

¹³⁰ **Súmula nº 434 do TST RECURSO. INTERPOSIÇÃO ANTES DA PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO IMPUGNADO. EXTEMPORANEIDADE.** (cancelada) – Res. 198/2015, republicada em razão de erro material – DEJT divulgado em 12, 15 e 16.06.2015. I) É extemporâneo recurso interposto antes de publicado o acórdão impugnado. (ex-OJ nº 357 da SBDI-1 – inserida em 14.03.2008). II) A interrupção do prazo recursal em razão da interposição de embargos de declaração pela parte adversa não acarreta qualquer prejuízo àquele que apresentou seu recurso tempestivamente.

¹³¹ Reza o art. 218, § 4º, do NCPC: “Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º. Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.”

o arts. 15, do NCPC, permitem a aplicação do dispositivo em destaque – corroborando-se a tempestividade do recurso interposto antes da abertura do prazo.

Por fim, a Súmula n. 434, do TST, prejudicava absurdamente o recorrente e desprestigiava o princípio da instrumentalidade das formas, ao passo que Julio César Bebber¹³² já fazia duras críticas às suas disposições:

Parece-me equivocado, exagerado e extremamente formalista esse entendimento. Se a decisão não existe juridicamente antes de sua publicação, o pressuposto que falta é a recorribilidade [...] e não a tempestividade. Além disso: - confunde publicidade com publicação. A decisão adquire publicidade e passa a ter existência como ato jurídico quando se torna pública. E se torna pública quando é redigida em sessão de julgamento ou entregue na secretaria do juízo. Tornada pública a decisão, as partes serão dela intimadas mediante publicação no órgão oficial. Assim, se com a publicação se dá existência jurídica à decisão, a partir dela permite-se a impugnação, independentemente da sua publicação no órgão oficial. Interposto o recurso, então, tem-se por antecipada a intimação da parte; - não leva em consideração as particularidades do julgamento dos recursos pelos tribunais. Embora o acórdão somente venha a ser redigido posteriormente, as partes, a partir da sessão de julgamento, têm ciência dos fundamentos adotados para conhecer, não conhecer, dar ou negar provimento ao recurso; - exigir ratificação do ato da interposição do recurso após a publicação da decisão no órgão oficial é de uma inutilidade inconcebível.

2.2.1.4 REGULARIDADE FORMAL

Gustavo Filipe Barbosa Garcia¹³³ leciona no sentido de que a regularidade formal exige a apresentação das razões recursais através de petição escrita.

Apesar do art. 1.010, do NCPC, tratar do conteúdo obrigatório da apelação, é correto aplicar o dispositivo aos demais recursos; infere-se da norma que a interposição de apelação ao juízo de 1º grau deve conter *os nomes e a qualificação das partes, a exposição do fato e do direito, as razões do pedido de reforma ou de decretação de nulidade e o pedido de nova decisão*.

Não obstante, a própria CLT disciplina, em seu art. 899, que os “recursos serão interpostos por simples petição e terão efeito meramente devolutivo, salvo as exceções previstas neste Título, permitida a execução provisória até a penhora.” E o teor do artigo em questão leva parte da doutrina a afirmar que o recorrente, no exercício de *jus postulandi*, poderia simplesmente manifestar o intuito de recorrer, por escrito – sem a necessidade das razões recursais, portanto.

¹³² BEBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 122-123.

¹³³ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 584.

Contudo, entendemos que esse posicionamento não deve prosperar, em virtude do *princípio da dialeticidade* que informa o processo trabalhista, sendo necessário que qualquer recurso nesta esfera jurídica esteja fundamentado, ao menos com algum tipo de argumentação capaz de justificar o recurso – para mais detalhes, consultar o item “2.1.6” do presente trabalho.

Ademais, os limites dos recursos são elencados na(s) matéria(s) impugnadas, podendo ocorrer o trânsito em julgado das matérias que não foram questionadas pelas partes.

Dessa forma, a inexistência de impugnação recursal específica ou a simples repetição da petição inicial (ou da contestação) pela parte, sem atacar os fundamentos da decisão de que não concorda, acarretam o não conhecimento do recurso por irregularidade formal ou ausência de dialeticidade. Nesse sentido é a jurisprudência atual e reiterada do TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INTERVALO INTRAJORNADA. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA DIALETICIDADE RECURSAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 422 DO TST. Do cotejo do despacho denegatório com as razões do agravo de instrumento, verifica-se que o agravante não logra êxito em desconstituir os fundamentos da decisão agravada. Assim, constatada a irregularidade formal quanto à impugnação, uma vez que na minuta do agravo de instrumento o recorrente não impugna a questão processual que foi fundamento da negativa de seguimento do recurso de revista, qual seja, a irregularidade formal da interposição do recurso de revista, nos termos do art. 514, II, do CPC e da Súmula n. 422 do TST. Dessa forma, o recurso mostra-se sem fundamentação adequada, sendo pertinente a incidência da Súmula n. 422 do TST, segundo a qual não se conhece de recurso para o TST, pela ausência do requisito de admissibilidade inscrito no art. 514, II, do CPC, quando as razões do recorrente não impugnem os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que fora proposta. Agravo de instrumento não conhecido (TST-AIRR 1208003520085020442, Rel. Min. Alexandre de Souza Agra Belmonte, 3ª T., *DEJT* 21-11-2014).

Entretanto, em sentido contrário e com fulcro no art. 899, da CLT, há autores que defendem a desnecessidade de o recorrente apresentar suas razões, tampouco os tópicos de que não concorda. Isso porque, sendo o recurso protocolado através de simples petição, o Tribunal deveria apreciar todos os tópicos prejudiciais ao apelante, em vista da proibição da reforma para pior e do efeito devolutivo amplo. Nessa esteira é a lição de Wagner Drdla Giglio¹³⁴:

¹³⁴ GIGLIO, Wagner Drdla; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 436.

[...] a autorização contida no art. 899, da CLT, de interposição dos recursos por simples petição, significa exatamente o que diz: basta uma simples petição para desencadear a revisão do julgado. Mesmo que não se denunciem os motivos da irrisignação, o mero pedido de reexame, despido de qualquer fundamentação, é hábil para provocar novo pronunciamento judicial.

Pelos motivos expostos anteriormente, contudo, não concordamos com essa tese.

Além do mais, há recursos trabalhistas que exigem a demonstração de pressupostos específicos, além dos gerais, como é o caso do Recurso de Revista. Por ser um recurso extremamente técnico (devido à necessidade de demonstração dos pressupostos específicos de admissibilidade constantes dos arts. 896 e 896-A, ambos da CLT), não é concebível que se permita a interposição de recurso por simples petição.

Felizmente, nos casos de recursos para o TST, o entendimento predominante tem sido no sentido de exigência de apresentação dos fundamentos do apelo pela parte recorrente, para inclusive possibilitar a manifestação da parte contrária (efetivo exercício do contraditório). Confira-se o teor da Súmula n. 422, do TST, que trata do assunto:

Súmula n° 422 do TST RECURSO. FUNDAMENTO AUSENTE OU DEFICIENTE. NÃO CONHECIMENTO (redação alterada, com inserção dos itens I, II e III) - Res. 199/2015, DEJT divulgado em 24, 25 e 26.06.2015. Com errata publicado no DEJT divulgado em 01.07.2015. I – Não se conhece de recurso para o Tribunal Superior do Trabalho se as razões do recorrente não impugnaram os fundamentos da decisão recorrida, nos termos em que proferida. II – O entendimento referido no item anterior não se aplica em relação à motivação secundária e impertinente, consubstanciada em despacho de admissibilidade de recurso ou em decisão monocrática. III – Inaplicável a exigência do item I relativamente ao recurso ordinário da competência de Tribunal Regional do Trabalho, exceto em caso de recurso cuja motivação é inteiramente dissociada dos fundamentos da sentença.

2.2.1.5 REGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO

O pressuposto em apreço diz respeito ao exercício do *jus postulandi* e, no caso de recurso interposto por advogado, à existência de mandato, expresso ou tácito, nos autos – desnecessária a juntada de procuração ao processo no mandato tácito¹³⁵, conforme era o entendimento da (cancelada) Súmula n. 164, do TST¹³⁶.

¹³⁵**Súmula n° 164 do TST. PROCURAÇÃO. JUNTADA (cancelada) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30.06.2016 e 01 e 04.07.2016.** O não-cumprimento das determinações dos §§ 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 8.906, de 04.07.1994 e do art. 37, parágrafo único, do Código de Processo Civil importa o não-conhecimento de recurso, por inexistente, exceto na hipótese de mandato tácito.

¹³⁶O mandato tácito é verificado quando o advogado atuou, sem procuração expressa, em diversos atos processuais em primeiro grau.

Entretanto, o art. 76, do NCPC, permite ao juiz conceder prazo para regularização da representação processual, bem como o art. 104, § 1º, também do NCPC, possibilita o oferecimento tardio da procuração. Todavia, conforme novo entendimento da Súmula n. 383, do TST, essas regras são mitigadas à fase recursal:

Súmula nº 383 do TST. RECURSO. MANDATO. IRREGULARIDADE DE REPRESENTAÇÃO. CPC DE 2015, ARTS. 104 E 76, § 2º (nova redação em decorrência do CPC de 2015) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30.06.2016 e 01 e 04.07.2016. I – É inadmissível recurso firmado por advogado sem procuração juntada aos autos até o momento da sua interposição, salvo mandato tácito. Em caráter excepcional (art. 104 do CPC de 2015), admite-se que o advogado, independentemente de intimação, exiba a procuração no prazo de 5 (cinco) dias após a interposição do recurso, prorrogável por igual período mediante despacho do juiz. Caso não a exiba, considera-se ineficaz o ato praticado e não se conhece do recurso. II – Verificada a irregularidade de representação da parte em fase recursal, em procuração ou substabelecimento já constante dos autos, o relator ou o órgão competente para julgamento do recurso designará prazo de 5 (cinco) dias para que seja sanado o vício. Descumprida a determinação, o relator não conhecerá do recurso, se a providência couber ao recorrente, ou determinará o desentranhamento das contrarrazões, se a providência couber ao recorrido (art. 76, § 2º, do CPC de 2015).

Ademais, não seria razoável deixar de aplicar o disposto o art. 104, do NCPC (oferecimento tardio da procuração), na hipótese de interposição de recurso como ato urgente, como nos casos de indeferimento de mandado de segurança ou liminar em ação rescisória, bem como quando o advogado é contratado após a sentença.

Outrossim, conforme verificamos no item “2.2.1.1”, os tribunais têm exigido a assinatura do recurso interposto por advogado, sob pena de não conhecimento – remetemos o leitor para o tópico aludido.

Sendo assim, apesar do processo do trabalho notabilizar-se pela informalidade e possibilitar o exercício do *jus postulandi*, quando ocorrer a representação por advogado, (ressalvadas as mitigações supracitadas) será necessária a regularidade da representação para apreciação do mérito recursal.

2.2.1.6 PREPARO

Com fulcro na lição de Gustavo Filipe Barbosa Garcia¹³⁷, o *preparo* consiste na exigência de recolhimento e comprovação (pelo recorrente) das custas e despesas processuais relativas ao recurso interposto – em que a inobservância dessas medidas acarreta na deserção deste último.

¹³⁷ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 589.

Acerca do *preparo*, no processo do trabalho merecem relevo as *custas* e o *depósito recursal*.

No que diz respeito às *custas*, é importante frisar o prazo para pagamento e comprovação, observando-se os preceitos do art. 789, § 1º, da CLT (“As custas serão pagas pelo vencido, após o trânsito em julgado da decisão. No caso de recurso, as custas serão pagas e comprovado o recolhimento dentro do prazo recursal”), donde se infere que no recurso é impreterível a comprovação do pagamento e do seu respectivo recolhimento dentro do prazo recursal, em geral, de 8 (oito) dias – como visto no item “2.2.1.3” deste trabalho.

Os arts. 2º e 3º, da Instrução Normativa n. 27/2005, do TST, também merecem ser observados, posto preverem (respectivamente) a observância da sistemática recursal e das custas, constantes da CLT.

Em caso de recurso, o prazo para pagamento das *custas* (sob pena de deserção) é contado da intimação do cálculo (como aduzem a Súmula n. 53 e as OJs n. 104, da SBDI-I, e n. 148, da SBDI-II, todas do TST).

Ainda, a Orientação Jurisprudencial n. 33, da SBDI-I, do TST, determina que a comprovação do recolhimento das *custas* se dá por guia própria, bem como o art. 1.007, § 7º, do NCPC, em ressonância com o princípio da *instrumentalidade das formas*, possibilita corrigir vício no preenchimento das custas – sem a imediata aplicação da pena de deserção, por conseguinte.

Por fim, o pagamento de *custas* e *emolumentos* na esfera processual do trabalho, deve ser realizado, exclusivamente, através de Guia de Recolhimento da União Judicial, em 4 (quatro) vias, além de que o correto preenchimento cabe à parte interessada – nos termos da atual redação (DEJT 13.12.2013) do item I, da Instrução Normativa n. 20/2002.

Já no que concerne ao *depósito recursal*¹³⁸, o mesmo é sempre exigido quando da ocorrência de condenação em pecúnia, nos processos de dissídios individuais, visto sua natureza de garantia do juízo – consoante o art. 899, § 1º, da CLT¹³⁹, e art. 40, da Lei n. 8.177/1991 (com redação determinada pelo art. 8º da Lei n. 8.542/1992)¹⁴⁰.

¹³⁸Tratado nos §§ 1º a 8º, do art. 899, da CLT.

¹³⁹Art. 899, § 1º, da CLT: “Sendo a condenação de valor até 10 (dez) vezes o salário-mínimo regional, nos dissídios individuais, só será admitido o recurso inclusive o extraordinário, mediante prévio depósito da respectiva importância. Transitada em julgado a decisão recorrida, ordenar-se-á o levantamento imediato da importância de depósito, em favor da parte vencedora, por simples despacho do juiz”.

¹⁴⁰Art. 40, da Lei n. 8.177/1991: “O depósito recursal de que trata o art. 899 da Consolidação das Leis do Trabalho fica limitado a Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), nos casos de interposição de recurso ordinário, e de Cr\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de cruzeiros), em se tratando de recurso de revista, embargos

Nesse sentido é também a Súmula n. 161, do TST:

Súmula nº 161 do TST. DEPÓSITO. CONDENAÇÃO A PAGAMENTO EM PECÚNIA (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Se não há condenação a pagamento em pecúnia, descabe o depósito de que tratam os §§ 1º e 2º do art. 899 da CLT (ex-Prejulgado nº 39).

O depósito recursal, como assegurador de futura execução, diferencia-se das *custas e emolumentos*, pois sua natureza não é de taxa judiciária, mas sim de garantia do juízo recursal.

Acerca do prazo para comprovação do depósito recursal, a Súmula n. 245, do TST, institui o seguinte:

Súmula nº 245 do TST. DEPÓSITO RECURSAL. PRAZO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. O depósito recursal deve ser feito e comprovado no prazo alusivo ao recurso. A interposição antecipada deste não prejudica a dilação legal.

Ademais, hodiernamente, na fase de conhecimento dos processos de dissídios individuais trabalhistas, há um limite para o valor do depósito recursal divulgado pelo TST, destacando-se que, uma vez depositado o valor total da condenação, nenhum outro depósito será exigido nos recursos das decisões posteriores. Justamente por ser uma garantia do juízo, em vista de eventual futura execução da condenação em obrigação de pagar, é que não se exige qualquer outro valor, salvo ampliação do valor condenatório. Corroborar essa tese a Súmula n. 128, do TST:

Súmula nº 128 do TST. DEPÓSITO RECURSAL (incorporadas as Orientações Jurisprudenciais nºs 139, 189 e 190 da SBDI-1) - Res. 129/2005, DJ 20, 22 e 25.04.2005. I - É ônus da parte recorrente efetuar o depósito legal, integralmente, em relação a cada novo recurso interposto, sob pena de deserção. Atingido o valor da condenação, nenhum depósito mais é exigido para qualquer recurso. (ex-Súmula nº 128 - alterada pela Res. 121/2003, DJ 21.11.03, que incorporou a OJ nº 139 da SBDI-1 - inserida em 27.11.1998). II - Garantido o juízo, na fase executória, a exigência de depósito para recorrer de qualquer decisão viola os incisos II e LV do art. 5º da CF/1988. Havendo, porém, elevação do valor do débito, exige-se a complementação da garantia do juízo. (ex-OJ nº 189 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000). III - Havendo condenação solidária de duas ou mais empresas, o depósito recursal efetuado por uma delas aproveita as demais, quando a empresa que efetuou o depósito não pleiteia sua exclusão da lide. (ex-OJ nº 190 da SBDI-1 - inserida em 08.11.2000).

Todavia, Gustavo Filipe Barbosa Garcia¹⁴¹ lembra que, se o valor do primeiro depósito recursal, correspondente ao limite legal, for inferior ao valor condenatório, deve-se complementar o depósito em recurso posterior – atendendo-se aos limites legais do novo recurso e ao valor nominal remanescente da condenação.

Assim já era a lição de Amauri Mascaro Nascimento¹⁴², para quem:

“[...] os tetos previstos para cada recurso são integralmente exigidos em cada recurso. O único limite é não o valor estipulado para depósito no recurso, mas o total da condenação. É uma forma de interpretar a lei no sentido de levar o recorrente a, recorrendo sucessivamente, depositar o valor total da condenação e não apenas as diferenças dos quantitativos estabelecidos para cada recurso. Os valores-limites são reajustados por Ato do Presidente do TST.”

Havendo acréscimo ou redução do valor condenatório em grau recursal, será arbitrado novo valor à condenação, em consonância com a Instrução Normativa n. 3, do TST, item II, *d*, para possibilitar a exigência de depósito ou de sua complementação, no caso de recurso posterior, ou para liberar valor exorbitante à condenação.

Outrossim, enquanto o pagamento de *custas* e *emolumentos*, na justiça laboral, é efetivado através da GRU Recursal, o depósito recursal (na mesma esfera jurídica) é efetuado por meio da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, com previsão na Súmula n. 426, do TST:

Súmula n° 426 do TST. DEPÓSITO RECURSAL. UTILIZAÇÃO DA GUIA GFIP. OBRIGATORIEDADE (editada em decorrência do julgamento do processo TST-IUJEEDRR 91700-09.2006.5.18.0006) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. Nos dissídios individuais o depósito recursal será efetivado mediante a utilização da Guia de Recolhimento do FGTS e Informações à Previdência Social – GFIP, nos termos dos §§ 4º e 5º do art. 899 da CLT, admitido o depósito judicial, realizado na sede do juízo e à disposição deste, na hipótese de relação de trabalho não submetida ao regime do FGTS.

Finalmente, resta mencionar que a OJ n. 140, da SBDI-I, do TST, preceitua que o recolhimento das *custas* e do *depósito recursal* deve ser exato, sob pena de deserção do recurso:

140. DEPÓSITO RECURSAL E CUSTAS. DIFERENÇA ÍNFINA. DESERÇÃO. OCORRÊNCIA (nova redação) - DJ 20.04.2005.

¹⁴¹ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 596-597.

¹⁴² NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 703.

Ocorre deserção do recurso pelo recolhimento insuficiente das custas e do depósito recursal, ainda que a diferença em relação ao "quantum" devido seja ínfima, referente a centavos.

Nesse ponto, preferimos adotar o posicionamento de Mauro Schiavi¹⁴³, para quem a deserção do recurso, em face da diferença de centavos no depósito recursal, só deveria ser decretada após a intimação da parte para integralizar o valor (apesar de não haver previsão legal para tanto); até porque, a diferença ínfima do depósito recursal configura um defeito formal do recurso – sanável mediante a aplicação da norma do art. 932, Parágrafo Único, do NCPC (“Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 [...] dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível.”).

Nesse diapasão é o seguinte julgado:

RECURSO DE REVISTA. DEPÓSITO RECURSAL. RECOLHIMENTO EM VALOR INFERIOR AO DEVIDO. DIFERENÇA ÍNFIMA SEM EXPRESSÃO MONETÁRIA. INOCORRÊNCIA DE DESERÇÃO. À luz do entendimento prevalecente no âmbito deste Tribunal, a diferença a menor de depósito recursal que se circunscreve à casa dos centavos de real não possui expressão monetária suficiente a ponto de justificar o decreto de deserção do recurso ordinário. Inteligência da Orientação Jurisprudencial n. 140 da colenda SBDI-1. Recurso de revista conhecido e provido. (TST – 1ª T. – RR n. 577.934/1999-2 – rel. Altino P. dos Santos – DJ 12.11.04 – p. 743) (RDT n. 12 – Dezembro de 2004).

Por fim, destaca-se a elucidação apresentada por Carlos Henrique Bezerra Leite¹⁴⁴, com a qual concordamos, no sentido de que “a interpretação lógica que se extrai dos §§ 1º a 6º do art. 899 da CLT aponta [...] que somente o empregador condenado em obrigação de pagar poderá ser o responsável pelo depósito recursal”, em vista da finalidade garantidora (ainda que parcial) do juízo da execução.

2.2.2 PRESSUPOSTOS INTRÍNSECOS

Nelson Nery Júnior¹⁴⁵ conceitua os pressupostos intrínsecos como:

Os pressupostos *intrínsecos* são aqueles que dizem respeito à decisão recorrida em si mesma considerada. Para serem aferidos, levam-se em

¹⁴³ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 887.

¹⁴⁴ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 925.

¹⁴⁵ NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 266.

consideração o conteúdo e a forma da decisão impugnada. De tal modo que, para se proferir o juízo de admissibilidade, toma-se o ato judicial impugnado no momento e da maneira como foi prolatado. São eles o *cabimento*, a *legitimação para recorrer* e o *interesse em recorrer*. Justamente porque o recurso é manifestação, no curso do procedimento, do direito de ação, repete-se aqui, analogicamente, a exigência das ‘condições da ação’: à possibilidade jurídica do pedido corresponde o cabimento; à legitimação para a causa a legitimidade para recorrer; e ao interesse processual corresponde o interesse em recorrer.

Júlio César Bebber¹⁴⁶ trata dos pressupostos intrínsecos como “os que dizem respeito à decisão impugnada em si mesma considerada. Relacionam-se diretamente com o conteúdo e com a forma da decisão”.

Portanto, são pressupostos que concernem à subjetividade das partes. Como mencionamos acima (tópico “2.2”), adotamos a classificação dos pressupostos, tanto extrínsecos como intrínsecos, de Gustavo Filipe Barbosa Garcia. Assim, passemos à análise dos pressupostos subjetivos.

2.2.2.1 LEGITIMIDADE

A *legitimidade* para interposição de recurso é entendida como a pertinência subjetiva concernente às partes, aos terceiros e ao Ministério Público do Trabalho, para recorrer (conforme interpretação das normas expressas no art. 996, do NCPC, c/c art. 83, inciso VI, da LC n. 75/1993).

Para Júlio César Bebber¹⁴⁷, no âmbito do processo de conhecimento, a legitimidade é:

[...] a pertinência subjetiva da ação, ou seja, quais pessoas têm uma qualidade especial para postular em juízo, pois têm ligação direta com a pretensão posta em juízo. No processo de conhecimento, a legitimidade deve ser aferida no plano abstrato. Desse modo, está legitimado aquele que se afirma titular do direito em face de quem o direito é postulado.

Com a devida licença, não concordamos com a opinião acima, visto que, o NCPC c/c a LC n. 75/93 determinam quem pode recorrer.

Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁴⁸, afirma que no processo do trabalho, as *partes* podem ser entendidas de duas formas: em sentido estrito e em sentido amplo; a primeira consiste no empregador e no empregado (este, na maioria dos casos, como autor). Já em

¹⁴⁶ BEBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 97.

¹⁴⁷ BEBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 87.

¹⁴⁸ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1214.

sentido amplo, as partes são todas aquelas vinculadas a certa relação trabalhista, além dos dissídios cuja solução seja oriunda da Justiça do Trabalho.

Para Júlio César Bebbber¹⁴⁹, *partes* são todos aqueles que intervêm e permanecem na relação jurídica processual, como autor ou réu – donde decorreria a legitimidade recursal.

Disso, infere que os *terceiros* são determinados por exclusão, sendo aqueles que não são partes do processo no momento em que a sentença foi proferida, mas que teria interesse jurídico para impugnar a decisão¹⁵⁰.

Outro não poderia ser o entendimento de *terceiro*, visto que o art. 996, do NCPD, em seu Parágrafo único, deixa claro que cabe a este expressar a interdependência entre a relação jurídica em que é parte e aquela em discussão no processo. Seria o exemplo do sujeito que poderia ter intervindo como assistente a fase de conhecimento, por ter interesse jurídico, mas que não o fez – tendo, por conseguinte, legitimidade para interpor recurso como terceiro interessado.

Nesse sentido é também o posicionamento do TST, no que diz respeito à *assistência*, consoante a Súmula n. 82, do referido Tribunal – “A *intervenção assistencial, simples ou adesiva, só é admissível se demonstrado o interesse jurídico e não o meramente econômico*”.

Acerca da legitimidade do Ministério Público, além da disposição expressa constante da norma do art. 996, *caput*, do NCPD, a mesma é objeto das Orientações Jurisprudenciais n. 237 e n. 350, todas da SBDI-I, do C. TST, conforme transcrição a seguir:

237. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. LEGITIMIDADE PARA RECORRER. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. EMPRESA PÚBLICA (incorporada a Orientação Jurisprudencial nº 338 da SBDI-I) - Res. 210/2016, DEJT divulgado em 30.06.2016 e 01 e 04.07.2016. I - O Ministério Público do Trabalho não tem legitimidade para recorrer na defesa de interesse patrimonial privado, ainda que de empresas públicas e sociedades de economia mista. II – Há legitimidade do Ministério Público do Trabalho para recorrer de decisão que declara a existência de vínculo empregatício com sociedade de economia mista ou empresa pública, após a Constituição Federal de 1988, sem a prévia aprovação em concurso público, pois é matéria de ordem pública; **350. MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO. NULIDADE DO CONTRATO DE TRABALHO NÃO SUSCITADA PELO ENTE PÚBLICO NO MOMENTO DA DEFESA. ARGUIÇÃO EM PARECER. POSSIBILIDADE (alterada em decorrência do julgamento do processo TST IUJERR 526538/1999.2) - Res. 162/2009,**

¹⁴⁹ BEBBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 99-100.

¹⁵⁰ BEBBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011, p. 99-100.

DEJT divulgado em 23, 24 e 25.11.2009. O Ministério Público do Trabalho pode arguir, em parecer, na primeira vez que tenha de se manifestar no processo, a nulidade do contrato de trabalho em favor de ente público, ainda que a parte não a tenha suscitado, a qual será apreciada, sendo vedada, no entanto, qualquer dilação probatória.

Ademais, Gustavo Filipe Barbosa Garcia¹⁵¹ adverte que o MPT possui legitimidade para recorrer nos processos em que é parte e naqueles que oficiou como fiscal da ordem jurídica.

2.2.2.2 CAPACIDADE

Capacidade processual exprime que não basta ao recorrente ter legitimidade; é essencial a capacidade para estar em juízo – correspondente à capacidade para defender judicialmente os seus direitos.

Na hipótese de não possuir capacidade para estar em juízo (tão somente possuindo capacidade para gozar dos direitos), o recorrente deve ser representado ou assistido.

Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁵² recorda que, nos termos do CC/2002, os menores de 16 anos são substituídos em juízo (pois são incapazes de exercerem, pessoalmente, os atos da vida civil, nos termos do art. 3º, I); já os maiores de 16 anos e menores de 18 anos serão representados quando da hipótese de figurarem em juízo (tendo em vista que são relativamente incapazes – art. 4º, I). Ao atingir 18 (dezoito) anos de idade, contudo, adquire-se a capacidade plena para o exercício dos respectivos direitos trabalhistas e civis.

2.2.2.3 INTERESSE

O *interesse recursal* expressa a necessidade e utilidade do recurso interposto; em linhas gerais, é a sucumbência – em que o interesse consiste na lesividade, visto a sucumbência da parte.

Para Amauri Mascaro Nascimento¹⁵³, o pressuposto subjetivo em destaque é:

[...] a relação necessária entre o bem jurídico indeferido e o benefício em tese que o recorrente teria com o deferimento. O interesse pode estar presente não

¹⁵¹ GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015, p. 579.

¹⁵² TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1215.

¹⁵³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 698-699.

só na parte vencida como em terceiros que de algum modo possam ser afetados pela decisão, do mesmo modo que pela intervenção no processo terceiros podem ingressar numa relação jurídica processual.

Há *interesse recursal*, portanto, quando a decisão não propiciou tudo que a parte teria direito.

Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁵⁴, a respeito do *interesse recursal*, sustenta com inteira razão que:

O interesse de processual, no qual se insere o de recorrer, é desprovido, modernamente, de qualquer *adjetivação*, pois o CPC em vigor não reproduziu a exigência formulada pelo art. 2º, *caput*, do Código de 1939, de que o interesse deva ser, além de *legítimo*, também *econômico* ou *moral*; basta, portanto, o interesse considerado em si mesmo (CPC atual, art. 17). Com isso, o novo Código sepultou, em boa hora, o conceito civilista unitário da ação, consagrado no texto revogado, passando a reconhecê-la, ainda que de maneira implícita, como um direito público subjetivo. Somente do terceiro é que se exigirá a demonstração de estar o seu interesse relacionado à *res in iudicio deducta* (CPC, art. 996, parágrafo único), e que deverá ser de natureza *jurídica* (e não meramente econômica) quando se referir à intervenção assistencial, simples ou adesiva (Súmula n. 82 do TST). A afirmação de que o requisito do interesse é destituído de qualquer qualificativo econômico, jurídico ou moral, deve ser entendida, em matéria de recurso, segundo o seu exato significado; a não ser desse modo, poderia levar à conclusão de que estamos sustentando a possibilidade de se recorrer da *motivação* da sentença, o que é inadmissível, visto que somente o *decisum* pode ser impugnado. Dessa forma, a mencionada assertiva só faz sentido quando conjugada com o disposto no art. 504, I, do CPC, que declara não fazer coisa julgada a fundamentação da sentença. Aliás, a considerar o que temos lido, a doutrina e a jurisprudência são uníssonas quanto à impossibilidade de fazer-se destinatários dos recursos os *motivos* (ou fundamentos) da decisão impugnada. No que estão, por princípio, certos.

Assim sendo, o interesse não pode ser visto sob a ótica econômica ou patrimonial, mas sim pelo aspecto jurídico, que corresponde a qualquer situação desfavorável.

Ademais, não terá *interesse recursal* na justiça do trabalho a parte que aceita a decisão – seja de maneira tácita ou expressa – consoante art. 1.000, do NCPC c/c art. 769, da CLT.

2.3 PRESSUPOSTOS ESPECÍFICOS DO RECURSO DE REVISTA NA FASE DE CONHECIMENTO

Sendo o Recurso de Revista um recurso de natureza extraordinária, além dos pressupostos genéricos – atinentes a todos os recursos (vistos no item “2.2” e

¹⁵⁴ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1216.

respectivos subitens) –, devem ser observados os seus pressupostos específicos e peculiares.

Tais características levam os doutrinadores a classificarem os recursos com base em sua fundamentação – livre ou vinculada.

Enquanto nos recursos de fundamentação livre não é necessária a vinculação a certos vícios ou defeitos das decisões – bastando apenas a irresignação da parte – nos recursos de fundamentação vinculada a lei exige a indicação de algum vício na decisão impugnada. Desse modo, verifica-se que o recurso de revista (disciplinado no art. 896, da CLT) se encaixa nos recursos com fundamentação vinculada, ante a necessidade de demonstração de divergência ou de violação literal de dispositivo de lei federal ou afronta direta e literal à CRFB/88¹⁵⁵.

Antes dessa necessária demonstração de divergência ou de violação literal de dispositivo de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal, é necessário, contudo, a observância dos pressupostos genéricos e específicos do Recurso de Revista. Destarte, passamos a análise dos pressupostos específicos e peculiares deste recurso de natureza extraordinária, quais sejam o prequestionamento, a impossibilidade de reexame de matéria fático-probatória, a transcendência e a observância de certas formalidades (definidas como ônus processual do recorrente).

2.3.1 PREQUESTIONAMENTO

O prequestionamento refere-se ao fato de que a matéria ventilada no recurso deve, obrigatoriamente, ter sido discutida na instância ordinária.

Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁵⁶, acerca do pressuposto intrínseco em questão aponta o seguinte:

Conquanto o vocábulo *pré-questionamento* não se encontre dicionarizado, esse neologismo significa, na terminologia processual, o ato de discutir-se, de perante o órgão *a quo*, determinada matéria ou tema, a fim de que o tribunal possa reexaminá-lo, em grau de recurso. A cláusula do *pré-questionamento* surgiu no direito norte-americano, por meio do *Judiciary Act*, de 24 de setembro de 1789. Esse *Act*, adaptando o *writ of error* do direito inglês às singularidades da organização da Colônia, permitiu recurso para a Suprema Corte. No Brasil, a primeira alusão ao prévio questionamento foi feita pelo Decreto n. 510, de 22 de junho de 1890, do Governo Provisório, cujo art. 59 inspirou-se no mencionado *Judiciary Act*. A exigência de que a parte

¹⁵⁵ MIESSA, Élisson. *Recursos Trabalhistas*: De acordo com a Lei n. 13.105/14. Contém referências ao projeto do Novo CPC. Salvador: Editora Juspodivm, 2015, p. 250.

¹⁵⁶ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1234.

interessada ventile a questão, no âmbito do juízo emissor do acórdão a ser impugnado mediante recurso de natureza extraordinária, decorre, em tese, da necessidade de o órgão *ad quem* poder, em face disso, subsumir o tema à moldura legal e, em consequência, formular sobre o mesmo um juízo de valor.

Contudo, até o advento da Lei 13.015/14, não havia qualquer disposição legal tratando do prequestionamento, o que levou o TST a editar a Súmula n. 297¹⁵⁷:

Súmula n° 297 do TST. PREQUESTIONAMENTO. OPORTUNIDADE. CONFIGURAÇÃO (nova redação) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. I. Diz-se prequestionada a matéria ou questão quando na decisão impugnada haja sido adotada, explicitamente, tese a respeito. II. Incumbe à parte interessada, desde que a matéria haja sido invocada no recurso principal, opor embargos declaratórios objetivando o pronunciamento sobre o tema, sob pena de preclusão. III. Considera-se prequestionada a questão jurídica invocada no recurso principal sobre a qual se omite o Tribunal de pronunciar tese, não obstante opostos embargos de declaração.

Essa exigência de que a questão recorrida ao menos tenha sido suscitada previamente, a fim de que o TST possa reexaminá-la, através do conhecimento do Recurso de Revista, trata-se de um requisito formal intrínseco ao recurso em tela.

No entanto, na hipótese de o TRT limitar-se a adotar os fundamentos da decisão de primeiro grau (sem explicar as suas razões de decidir), resta desatendido o pressuposto do prequestionamento. Nesse diapasão é o teor da Súmula n. 151, da SBDI-I, do TST:

151. PREQUESTIONAMENTO. DECISÃO REGIONAL QUE ADOTA A SENTENÇA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO (inserida em 27.11.1998). Decisão regional que simplesmente adota os fundamentos da decisão de primeiro grau não preenche a exigência do prequestionamento, tal como previsto na Súmula n° 297.

Restaria à parte opor Embargos de Declaração, para sanar essa omissão, consoante *nota de rodapé n. 156* deste trabalho.

Nesse compasso é a doutrina de Homero Batista Mateus da Silva¹⁵⁸, que afirma a existência de duas novidades no NCPC aptas a esclarecer o pressuposto específico em apreço:

O prequestionamento poderá eventualmente ser agilizado se o processo do trabalho admitir a aplicação subsidiária do CPC/2015 no tocante à

¹⁵⁷ A Súmula n. 297, do TST, garante, ainda, que no caso do respectivo TRT negar pronúncia sobre o tema, caberá Embargos de Declaração para sanar a omissão; se mantida esta última, a matéria restará prequestionada.

¹⁵⁸ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 181.

proclamação dos votos vencidos e à incorporação das razões dos embargos de declaração ao teor do acórdão. São as propostas encontradas em dispositivos da legislação processual civil que talvez dissipem algumas dúvidas sobre o alcance do prequestionamento. Segundo o art. 941, § 3.º, ‘o voto vencido será necessariamente declarado e considerado parte integrante do acórdão para todos os fins legais, inclusive de prequestionamento. E, por sua vez, o art. 1.025 estatui: “Consideram-se incluídos no acórdão os elementos que o embargante suscitou, para fins de prequestionamento, ainda que os embargos de declaração sejam inadmitidos ou rejeitados, caso o tribunal superior considere existentes erro, omissão, contradição ou obscuridade’.

Certo é que o NCPC ao estabelecer a necessidade do voto vencido integrar o acórdão (em seu art. 941, § 3º), homenageou o princípio da *motivação das decisões judiciais* (art. 93, IX, da CRFB/88), além de conferir a possibilidade de que o voto em questão possa servir para colmatar o requisito prequestionamento.

Em tais hipóteses, portanto, foi acolhida a tese do prequestionamento ficto – isto é, passou-se a considerar inclusos no acórdão as questões suscitadas pelo embargante, mesmo nos casos de inexistência de adequada resposta pelo órgão julgador, mediante a constatação, pelo órgão revisor, da ocorrência de erro, omissão, contradição ou obscuridade.

Ademais, cabe salientar que a obrigatoriedade de prequestionamento é tão custosa aos recursos de natureza extraordinária que é reconhecida mesmo em matéria de incompetência absoluta, conforme OJ n. 62, da SBDI-I:

62. PREQUESTIONAMENTO. PRESSUPOSTO DE ADMISSIBILIDADE EM APELO DE NATUREZA EXTRAORDINÁRIA. NECESSIDADE, AINDA QUE SE TRATE DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA (republicada em decorrência de erro material) - DEJT divulgado em 23, 24 e 25.11.2010. É necessário o prequestionamento como pressuposto de admissibilidade em recurso de natureza extraordinária, ainda que se trate de incompetência absoluta.

Isso porque o Recurso de Revista se inicia na instância ordinária, tendo em vista que o Regional apenas vincula-se às discussões ocorridas nas petições do Recurso Ordinário e das contrarrazões, de modo que “se a violação da Lei ou da Constituição Federal não for abordada quando da elaboração da peça na instância ordinária, ficará prejudicada qualquer análise em sede de Recurso de Revista”¹⁵⁹.

Por seu turno, o NCPC, no art. 932, inciso III, reforça a necessidade de impugnação específica dos fundamentos constantes da decisão objeto de recurso.

¹⁵⁹ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 117.

Sendo assim, é imprescindível que o recorrente indique (transcreva), nas razões do Recurso de Revista, o trecho da decisão recorrida que evidencie a resposta do tribunal de origem acerca do tema – isto é, o prequestionamento, o pronunciamento anterior à matéria e que pretenda a reapreciação.

Cláudio Brandão¹⁶⁰, em lição primorosa, evidencia a forma como deve ser feito o pedido de reforma, que restará limitado ao que for indicado:

Não é suficiente, pois, revelar que a decisão merece reforma, mas apontar (revelar, designar, enunciar, mencionar) em qual passagem dos fundamentos adotados pela Corte de origem se encontra contemplada a argumentação que pretende ver reformada. Essa exigência estará atendida não apenas se houver a transcrição específica do trecho, destacado da ementa ou do corpo do acórdão, conforme a hipótese, como também pode a parte destacá-lo, sublinhando-o ou o negritando, por exemplo. Em qualquer caso, o exame comparativo das teses jurídicas se restringirá ao que houver sido apontado.

O NCPC, ao alterar as disposições do art. 896, da CLT (que trata do Recurso de Revista) passou a adotar a aplicação do princípio da *impugnação específica*, que já vinha sendo observado pelo TST. Essa transformação, conforme adverte Cláudio Brandão¹⁶¹, “busca evitar que seja do órgão julgador a tarefa de interpretar a decisão impugnada para dela deduzir a tese veiculada e a fundamentação que ampara a pretensão recursal”, naquilo que especificamente representaria a observância dos pressupostos que permitem o conhecimento do recurso.

Nesse sentido, colhem-se os seguintes julgados, confirmando o entendimento consolidado de todas as Turmas do TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO DE REVISTA REGIDO PELA LEI Nº 13.015/14. INOBSERVÂNCIA DE REQUISITO FORMAL DE ADMISSIBILIDADE PREVISTO NO ART. 896, §1º-A, I, DA CLT. Nos termos do art. 896, § 1º-A, I, da CLT, com a redação dada pela Lei nº 13.015/2014: "Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista". Na hipótese vertente, o recurso de revista não observou o referido requisito formal. Agravo de instrumento a que se nega provimento. Processo: AIRR - 1277-87.2012.5.09.0670, Data de Julgamento: 11/03/2015, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2015; **AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. DURAÇÃO DO TRABALHO. INTERVALO INTRAJORNADA. INTERVALO 15 MINUTOS MULHER.**

¹⁶⁰ BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 107.

¹⁶¹ BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 107.

HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. PRESSUPOSTOS RECURSAIS. INOBSERVÂNCIA. FALTA DE INDICAÇÃO EXPLÍCITA E FUNDAMENTADA DO TRECHO DA DECISÃO RECORRIDA QUE COMPROVA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA, DOS PRECEITOS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS REPUTADOS VIOLADOS. NÃO COMPROVADA A SEMELHANÇA ENTRE A DECISÃO RECORRIDA E AS DECISÕES PARADIGMAS TRAZIDAS A CONFRONTO DE TESES. REQUISITOS LEGAIS INSCRITOS NO ART. 896, § 1º-A, I, II E III, E § 8º DA CLT, COM A REDAÇÃO CONFERIDA PELA LEI Nº 13.015/2014. De acordo com o § 1º-A do artigo 896 da CLT, com a redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.015/2014, sob pena de não conhecimento do recurso de revista, é ônus da parte: "I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte". No caso dos autos, a parte não transcreveu, no seu recurso de revista, o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia (item I), de forma que as exigências processuais contidas no referido dispositivo não foram satisfeitas. Nesse contexto, o conhecimento do recurso de revista encontra óbice no art. 896, § 1º-A, I, II e III, e § 8º da CLT. Agravo de instrumento não provido. Processo: AIRR - 102-83.2013.5.04.0663, Data de Julgamento: 15/04/2015, Relator Ministro: Douglas Alencar Rodrigues, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 24/04/2015; **AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. CONDENAÇÃO EM PERCENTUAL SUPERIOR AO POSTULADO. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INOCORRÊNCIA.** 1. É incontroverso que o reclamante, motorista de ônibus, postulou o pagamento de adicional de insalubridade, em decorrência da "exposição a agentes físicos - ruído - acima dos parâmetros fixados pela Lei nº 6.514/77, Portaria 3.214/78 e NR 15", em grau médio. 2. Não obstante, não se mostra *extra petita* a decisão mediante a qual condenada a reclamada ao pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, pois o Tribunal Regional não extrapolou os limites da lide, apenas conferindo aos fatos narrados o enquadramento jurídico que considerou pertinente, à luz da prova produzida. 3. Ademais, não se pode exigir do trabalhador conhecimento suficiente a identificar o agente insalubre e/ou grau de insalubridade a que está submetido. 4. Nesse sentido é o entendimento cristalizado na Súmula 293/TST ("A verificação mediante perícia da prestação de serviços em condições nocivas, considerado agente insalubre diverso do apontado na inicial, não prejudica o pedido de adicional de insalubridade"), analogicamente aplicável. 5. Intacto, assim, o art. 460 do CPC. **ADICIONAL DE INSALUBRIDADE E HORAS EXTRAORDINÁRIAS. TRANSCRIÇÃO INTEGRAL DO ACÓRDÃO REGIONAL QUANTO A ESSES TEMAS. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO TRECHO QUE CONSUBSTANCIA O PREQUESTIONAMENTO DA CONTROVÉRSIA OBJETO DO RECURSO DE REVISTA. DESCUMPRIMENTO DO INCISO I, DO § 1º-A, DO ARTIGO 896 DA CLT.** Inadmissível o recurso de revista interposto na vigência da Lei nº 13.015/2014, quando a parte recorrente não cumpre os requisitos impostos pelo § 1º-A, do art. 896 da CLT, ao efetuar a transcrição da íntegra do Acórdão, relativo aos temas adicional de insalubridade e horas extraordinárias, sem, contudo, apontar especificamente os trechos referentes ao objeto de seu recurso, com indicação precisa do fundamento do julgado Regional que estaria em confronto analítico com os dispositivos que invoca. Agravo de instrumento a que se nega provimento. **MULTA POR OPOSIÇÃO DE EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS.**

DESCUMPRIMENTO DO INCISO I, DO §1º-A, DO ART. 896, DA CLT. O recurso de revista, quando interposto na vigência da Lei n.º 13.015/2014, não se mostra admissível, na hipótese em que a parte recorrente deixa de indicar o trecho da decisão Regional que consubstancia o prequestionamento da tese recursal, conforme o § 1º-A, do art. 896, da CLT. Por conseguinte, afigurando-se deficiente a fundamentação da revista no que toca à multa por oposição de embargos de declaração protelatórios, por ausência do requisito formal retromencionado, não alcança provimento o agravo de instrumento destinado a viabilizar o seu trânsito, no particular'. Agravo de instrumento conhecido e não provido. Processo: AIRR - 416-76.2013.5.15.0128, Data de Julgamento: 16/12/2015, Redator Ministro: Hugo Carlos Scheuermann, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 08/01/2016.

Entretanto, quando a violação emergir na decisão recorrida, admite-se o processamento do Recurso de Revista sem o prequestionamento, consoante a OJ n. 119, da SBDI-I, do TST. Como exemplos, teríamos os casos em que a violação surgiu da decisão recorrida de julgamentos “*ultra*”, “*extra*” ou “*citra*” *petita*, visto que a parte não poderia ter alegado essas questões quando da interposição do Recurso Ordinário¹⁶². Segue o teor da Súmula em tela:

119. PREQUESTIONAMENTO INEXIGÍVEL. VIOLAÇÃO NASCIDA NA PRÓPRIA DECISÃO RECORRIDA. SÚMULA Nº 297 DO TST. INAPLICÁVEL (inserido dispositivo) - DEJT divulgado em 16, 17 e 18.11.2010. É inexigível o prequestionamento quando a violação indicada houver nascido na própria decisão recorrida. Inaplicável a Súmula n.º 297 do TST.

Não obstante, cabe ressaltar a crítica trazida pela doutrina a respeito do prequestionamento, que na verdade decorreu de criação jurisprudencial, com a finalidade de obstar o aumento do já exacerbado número de processos dirigidos aos Tribunais Superiores – incluindo o TST, por conseguinte.

Dentre as críticas existentes, Estêvão Mallet¹⁶³ foi feliz em aduzir que o prequestionamento é inconciliável com a liberdade do juiz na qualificação dos fatos, conforme excerto a seguir, em que estabelece:

[...] a impossibilidade de se conciliar o prequestionamento com a liberdade dada ao juiz na qualificação jurídica dos fatos, em conformidade com a velha máxima do *iura novit curia*. Realmente, se, como diz José Alberto dos Reis, “o juiz não está sujeito às alegações das partes no tocante à indagação, interpretação e aplicação das regras de direito, evidente não ficar descaracterizada a ofensa à lei, que autoriza a interposição de recurso, pela simples circunstância de não haver sido esta mesma lei invocada pela parte interessada. Daí assinalar Pontes de Miranda, de modo enfático, que ‘em sistema jurídico que tem o princípio *iura novit curia*, seria absurdo que se

¹⁶² MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 119.

¹⁶³ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 96-98.

não desse o recurso extraordinário contra decisão do tribunal que, sem alegação contrária, deixou de aplicar regra jurídica federal, ou aplicou regra jurídica, não referida, por entender não ser contrária à Constituição, ou à lei federal, a despeito de não se lhe haver “contestado” a validade”. O importante é, pois, apenas a violação da regra; o não haver sido ela invocada é sem pertinência, em face da reconhecida possibilidade de atuar o juiz com liberdade em matéria de qualificação jurídica dos fatos alegados pelas partes. Na verdade, como adverte Rosenberg, tem o juiz não apenas a prerrogativa como “o dever de examinar de um de seus possíveis pontos de vista jurídicos o estado de fato apresentado pelo demandante”, dever ser subsiste “mesmo quando o autor não haja afirmado nenhum ponto de vista jurídico”. Assim, em matéria de definição da regra aplicável, a omissão das partes não exime o juiz de decidir em conformidade com o direito vigente, nem faz com que sua decisão, quando contrária a texto expresso de lei, torne-se insusceptível de impugnação. Por isso mesmo é que, consoante sublinha Chiovenda ao escrever sobre o recuso de revista [...] “se pode denunciar (por esse recurso) a violação de lei mesmo quando conforme às alegações das partes em primeira ou segunda instância: em virtude do princípio *iura novit curia*, efetivamente, o juiz deve de ofício aplicar a norma de lei cabível no caso, e a demanda do particular não o vincula nesta matéria”. [...] “o descumprimento de regra jurídica não invocada, mas aplicável à hipótese não é menos grave, para a integridade do ordenamento jurídico, do que o descumprimento de regra invocada”.

Além da incompatibilidade da liberdade do juiz na qualificação dos fatos com o prequestionamento, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro¹⁶⁴ defende que a limitação do processamento do Recurso de Revista com base em pressupostos do prequestionamento permite a violação, em instância ordinária, das Leis e da Constituição da República Federativa Brasileira, o que acarreta no afastamento da real finalidade para a qual foi concebido o TST, qual seja a uniformização jurisprudencial – impedindo-se que os processos que efetivamente discutam matérias abarcadas pelo exame da instância extraordinária sejam processados.

2.3.2 IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE FATOS E PROVAS

Constatada a finalidade do Recurso de Revista (a supremacia do direito objetivo e a uniformização jurisprudencial, pelos TRTs, das leis e da Constituição), averigua-se que essa modalidade recursal não se presta ao reexame fático-probatório (vale dizer, não se prestam à correção de eventual justiça/injustiça da decisão de que se recorre). Aliás, tal compreensão é extraída das Súmulas n. 279, do STF¹⁶⁵, n. 7, do STJ¹⁶⁶, e n. 126, do TST¹⁶⁷.

¹⁶⁴ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 122.

¹⁶⁵ *Súmula n° 279, do STF*. Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.

¹⁶⁶ *Súmula n° 7, do STJ*. A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.

¹⁶⁷ *Súmula n° 126 do TST. RECURSO. CABIMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003*. Incabível o recurso de revista ou de embargos (arts. 896 e 894, "b", da CLT) para reexame de fatos e provas.

Desse modo, observa-se que o reexame de fatos e provas constitui-se em pressuposto negativo do processamento do Recurso de Revista, de modo que, havendo a necessidade de análise das provas e fatos controversos, inviável é o conhecimento do recurso – isso porque o direito subjetivo (das partes) não é discutido em recursos em sede de instância extraordinária – como é o TST –, mas tão somente o direito objetivo. Nesse sentido é também a didática lição de Estêvão Mallet¹⁶⁸:

[...] a finalidade para a qual se instituiu o recurso de revista não foi a tutela do direito subjetivo dos litigantes, mas a preservação da integridade do direito objetivo, tanto com a garantia de observância da lei posta como com a busca de uniformização jurisprudencial, verdadeira decorrência do princípio constitucional da igualdade. Decorre daí ser desprocedente a reapreciação, em recurso de revista, do aspecto fático da controvérsia, uma vez que o julgamento em que se apreciou mal a prova, podendo causar lesão ao direito das partes, em nada abala o ordenamento jurídico. Trata-se de *sententia lata contra ius litigatoris*, injusta com certeza, mas cuja correção não se mostra viável por meio de recurso de revista, e que não se confunde com a *sententia contra ius in thesi*, essa sim passível de reforma por meio de impugnação extraordinária, dado incorrer o juiz em erro na interpretação ou na aplicação do direito objetivo.

Ainda, Estêvão Mallet¹⁶⁹ afirma não constituírem matéria de fato (admitindo-se, portanto, reapreciação em recurso de revista):

[...] a interpretação da norma aplicável, a definição de seu alcance ou conteúdo, bem como o problema de sua aplicação ou não à situação sob julgamento. Tampouco é matéria de fato a qualificação jurídica dos fatos apurados ou mesmo controvérsia em torno do ônus da prova. Já a valoração concreta da prova colhida, se não existe, no caso, regra de prova legal (p. ex. art. 464, da CLT), é matéria tipicamente de fato, insuscetível de viabilizar recurso de revista.

Já Kátia Magalhães Arruda e Rubem Milhomem¹⁷⁰, em doutrina ímpar, fazem a distinção de “*reexame de fatos e provas*” do “*reenquadramento jurídico de fatos*”, em face da finalidade do Recurso de Revista, além de explicitarem as respectivas soberanias dos TRTs e do TST, de modo que:

[...] cabe à Corte Superior rever a tese jurídica adotada no acórdão recorrido, a partir de premissas fático-probatórias já assentadas, bem ou mal, pelo TRT. A Corte Regional é soberana na apreciação do conteúdo da prova e na respectiva valoração, assim como tem a última palavra quando se trata de afirmar ou negar a existência de um fato controvertido. Há duplo grau de

¹⁶⁸ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 99-100.

¹⁶⁹ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 83-88.

¹⁷⁰ ARRUDA, Kátia Magalhães; MILHOMEM, Rubem. *A jurisdição Extraordinária do TST na Admissibilidade do Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2012, p. 71.

jurisdição, quanto aos fatos e provas, nas instâncias ordinárias. O TST não é terceiro grau de jurisdição, mas grau especial, extraordinário. O TRT analisa os fatos e provas e lhes dá enquadramento jurídico. A Corte Superior verifica se deve permanecer ou não o enquadramento jurídico dado aos fatos e provas na decisão recorrida. Em síntese, se o recorrente pretende discutir a conclusão do TRT a respeito da valoração do conjunto fático-probatório, o caso não é, materialmente, de tese jurídica a ser confrontada. A matéria de direito a ser examinada no TST, pressupõe que as premissas fático-probatórias levadas em conta pela Corte regional não sejam objeto de inconformismo do recorrente na Corte Superior, quer dizer, é preciso que, partindo dos fatos e provas produzidas, esteja em debate somente o enquadramento jurídico do caso concreto.

Em vista desse assentamento promovido pelos TRTs, os Tribunais Regionais não devem apenas expor os fundamentos do seu convencimento; devem explicitar a totalidade da matéria fática discutida pelas partes, para que a estas seja possível rediscutir o correto enquadramento jurídico (aplicação da Lei) ao caso concreto – através do Recurso de Revista.

Ademais, importa destacar que a valoração de prova não é tida como matéria de direito, em decorrência da livre apreciação do juiz (art. 371, do NCPC¹⁷¹), restando vedada, por conseguinte, a rediscussão em sede de recurso de natureza extraordinária. No entanto, o correto enquadramento jurídico dos fatos não se traduz na valoração da prova, mas sim na verificação de violação ao dispositivo legal

Assim sendo, não há retrocesso à fase de instrução para estudo das provas, nem contrariedade à Súmula n. 126, do TST, mas tão somente o enquadramento jurídico apropriado, haja vista a limitação a que está adstrito o Tribunal Superior do Trabalho. Kátia Magalhães Arruda e Rubem Milhomem¹⁷² resumem brilhantemente a questão:

[...] a sistemática é a seguinte: se o TRT diz que houve a prova do fato, não pode o TST afirmar que a prova não teria sido produzida – isso é discussão vedada pela Súmula n. 126 do TST; diferentemente, se a Corte regional decide que houve a prova do fato, e, daí, interpretando a norma em debate, reconhece o efeito jurídico “A”, pode o TST concluir, levando em conta as premissas fático-probatórias constantes na decisão recorrida, que a interpretação da norma em debate leva ao reconhecimento do efeito jurídico “B”. [...] Exemplo: [...] estando em discussão uma norma coletiva, se o TRT diz que ela não prevê o direito alegado pelo reclamante, e não a transcreve no acórdão recorrido (ou não faz o resumo fático do seu conteúdo), o TST não pode chegar a conclusão contrária. Mas, se o conteúdo da norma coletiva consta da decisão recorrida (seja mediante transcrição, seja mediante o resumo fático registrado pela Corte regional), pode o TST examinar a matéria, tanto no que diz respeito ao sentido e ao alcance do ajuste coletivo

¹⁷¹ Art. 371, do NCPC: “O juiz apreciará a prova constante dos autos, independentemente do sujeito que a tiver promovido, e indicará na decisão as razões da formação de seu convencimento.”

¹⁷² ARRUDA, Kátia Magalhães; MILHOMEM, Rubem. *A jurisdição Extraordinária do TST na Admissibilidade do Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2012, p. 75-76.

firmado (art. 896, 'b', da CLT), quanto no que se refere ao controle da sua legalidade (art. 896, 'c', da CLT), sem óbice da Súmula n. 126 do TST.

Outrossim, registre-se que o TST pode levar em consideração o voto vencido para o adequado enquadramento jurídico dos fatos. Na hipótese de o julgador não declarar o aludido voto, cabe a parte opor embargos de declaração para declarar-se o voto vencido (com fulcro no princípio da *motivação das decisões judiciais*), sob pena de negativa de prestação jurisdicional – até porque, o voto vencido compõe o acórdão Regional.

Por fim, a título de exemplificação, colhe-se o seguinte julgado do TST, que impossibilitou o reexame de fatos controvertidos por aquela instância extraordinária:

RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAORDINÁRIAS. MOTORISTA DE CAMINHÃO. RASTREAMENTO DO VEÍCULO VIA SATÉLITE. CONTROLE DA JORNADA DE TRABALHO. ÔNUS DA PROVA. I - É firme o entendimento deste Tribunal de uniformização no sentido de que o rastreamento via satélite, diferentemente do tacógrafo, viabiliza o controle da jornada de trabalho do empregado motorista, porquanto se realiza por meio de aparelho que capta sinais de GPS e permite a transmissão de dados como a localização exata do veículo, tempo no qual ficou parado, bem como a velocidade em que trafega. II - Nesse contexto, a recorrente não pretende obter nova qualificação jurídica dos fatos da causa, mas, sim, reabrir o debate em torno da convicção judicial de que o sistema de rastreamento via satélite não servia apenas para segurança do trabalhador, do caminhão e da carga, mas permitia ao empregador controlar a jornada do reclamante. III - Ocorre que, em recurso de revista, os fatos controvertidos não podem ser objeto de reexame em grau recursal de natureza extraordinária, a teor da Súmula nº 126 deste Tribunal Superior. IV - Divergência jurisprudencial não configurada (CLT, art. 896, -a-, Súmulas nº 296, I, e 333, do TST). Recurso de revista de que não se conhece. (RR - 121500-11.2010.5.23.0004, Relator Ministro: Walmir Oliveira da Costa, Data de Julgamento: 20/11/2013, 1ª Turma, Data de Publicação: DEJT 22/11/2013).

2.3.3 TRANSCENDÊNCIA

Carlos Henrique Bezerra Leite¹⁷³ faz duras críticas a esse pressuposto de admissibilidade prévia do Recurso de Revista, alegando que foi nítida a intenção de dificultar a interposição do referido recurso, além da patente subjetividade conceitual. Para o autor em apreço, a *transcendência* quer significar algo de extrema importância, donde seria necessário um julgamento completo pelo TST.

¹⁷³ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1019-1021.

Criado pela Medida Provisória n. 2.226/2001, que acrescentou o art. 896-A¹⁷⁴ à CLT, o pressuposto da *transcendência* ainda não foi regulamentado pelo TST – o que parece torná-lo fadado ao desuso.

Homero Batista Mateus da Silva¹⁷⁵ elucida o porquê da experiência frustrante da *transcendência* no recurso de revista:

[...] Não há consenso, nem mesmo entre os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, a respeito do uso da transcendência como forma de restrição de acesso ao recurso de revista. Não houve elaboração de projeto de lei a respeito, nem foi votada qualquer norma a respeito. Para piorar ainda mais, o dispositivo surgiu no bojo da imensa MedProv 2.226/2001, faltando 48 horas para ser promulgada a EC 32/2001, que vetou o uso dessa fonte de direito para regular matéria processual. Mesmo antes da Emenda 32/2001, já era altamente questionável que uma matéria sobre recurso de revista pudesse ser considerada urgente e relevante, o que provocava a ira de muitos estudiosos do direito constitucional em geral e do direito do trabalho em particular. Teria sido um caso de requisito da repercussão geral antes mesmo de sua inserção no texto da Constituição Federal – via Emenda 45/2004 – e antes mesmo de sua disciplina pelo art. 543-A do CPC/1973, que cuida do recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal – com correspondência ao art. 1.035 no CPC/2015.

E prossegue, argumentando que a MP n. 2.226/2001 não forneceu indicações seguras para a análise da *transcendência*, mas que simplesmente remeteu (através do art. 2º¹⁷⁶) ao próprio TST a regulamentação da norma; e assim permanece desde 2001, visto não haver regulamentação pelo TST através do seu Regimento Interno (RITST), o que impossibilita a efetividade do art. 896-A, da CLT¹⁷⁷.

Não obstante, a transcendência nos parece um pressuposto intrínseco a todos os recursos de natureza extraordinária (no Recurso Extraordinário, por exemplo, teria a denominação de *repercussão geral*), visto que o que está em jogo da análise do Recurso de Revista, é a análise do direito objetivo, e não o direito subjetivo da partes – vale dizer, são questões efetivamente ultra-partes.

Para Carlos Henrique Bezerra Leite, entretanto, o pressuposto em destaque criará novos obstáculos à celeridade processual, pois: “estimulará sobremaneira a

¹⁷⁴Art. 896-A, da CLT: “O Tribunal Superior do Trabalho, no recurso de revista, examinará previamente se a causa oferece transcendência com relação aos reflexos gerais de natureza econômica, política, social ou jurídica.”

¹⁷⁵SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 199-200.

¹⁷⁶Art. 2º, da Medida Provisória n. 2.226/2001: “O Tribunal Superior do Trabalho regulamentará, em seu regimento interno, o processamento da transcendência do recurso de revista, assegurada a apreciação da transcendência em sessão pública, com direito a sustentação oral e fundamentação da decisão.”

¹⁷⁷SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 200.

discussão da ‘matéria de fundo que forneça transcendência’; o aumento de sustentações orais no TST, o que exigirá a diminuição dos processos em pauta; a ploriferação de aditamentos ao recurso de revista [...] etc.”¹⁷⁸. Questiona, ainda, se tal pressuposto seria apto a conceder uma solução justa aos conflitos ou se apenas causaria a extinção formal dos processos¹⁷⁹.

Por fim, cabe ressaltar que Manoel Antônio Teixeira Filho¹⁸⁰ defende a inconstitucionalidade da Medida Provisória n. 2.226/2001, com base no disposto em texto Constitucional (art. 62, § 1º, I, “b”, da CRFB/88), em que há a vedação de MP que disponha acerca de direito processual civil – para este efeito também na esfera processual do trabalho, o autor entende que o mesmo está inserido no direito processual civil.

2.3.4 ÔNUS PROCESSUAL DO RECORRENTE E O PROCESSAMENTO DO RECURSO

Existem determinadas formalidades que devem ser observadas pelo recorrente quando da interposição do Recurso de Revista, sob pena de não conhecimento; tidas como *ônus processual do recorrente*, essas formalidades foram inseridas na CLT, através da Lei n. 13.015/2014, que criou o § 1º-A, do art. 896 da Consolidação, disposto a seguir:

Art. 896. [...] § 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

De nossa parte, apesar do rigor excessivo, parecem congruentes os ônus processuais estabelecidos no art. 896, § 1º, da CLT, visto sua aplicação limitada apenas aos recursos de natureza extraordinária – caso do Recurso de Revista.

¹⁷⁸ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1021.

¹⁷⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1021.

¹⁸⁰ TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho*: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015). São Paulo: LTr, 2015, p. 1235.

Além do mais, a Súmula n. 23, do TST¹⁸¹, já determinava ao recorrente o ônus de expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos presentes na decisão recorrida – previsão incorporada pelo art. 896, § 1º-A, III, da CLT.

Assim também parece ser o entendimento do TST, ao atribuir ao recorrente o ônus de transcrever o trecho da decisão adotada pelo magistrado de primeira instância que comprove o prequestionamento da discussão objeto do apelo:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA EM FACE DE DECISÃO PUBLICADA A PARTIR DA VIGÊNCIA DA LEI Nº 13.015/2014. SUMARÍSSIMO. HORAS EXTRAS. MINUTOS QUE ANTECEDEM E SUCEDEM A JORNADA DE TRABALHO. TEMPO À DISPOSIÇÃO. ATOS PREPARATÓRIOS. DEDUÇÃO DE VALORES. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO EFETIVO PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE DE TRANSCRIÇÃO DO TRECHO DA SENTENÇA, QUANDO MANTIDA PELO TRIBUNAL PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. REQUISITO PREVISTO NO ARTIGO 896, § 1º-A, I, DA CLT. Dentre as alterações promovidas à sistemática recursal pela Lei nº 13.015/2014 encontra-se a criação de pressuposto intrínseco do recurso de revista consistente na indicação (transcrição) do fragmento da decisão recorrida que revele a resposta do tribunal de origem sobre a matéria objeto do apelo. O requisito encontra-se previsto no artigo 896, § 1º-A, I, da CLT, cujo teor dispõe que: 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista. Cumpre esclarecer que, em se tratando de processo submetido ao rito sumaríssimo, no qual o Tribunal Regional, na certidão de julgamento, se limita a confirmar a sentença pelos seus próprios fundamentos - conforme permissivo contido na parte final do artigo 895, § 1º, da CLT -, caberá à recorrente transcrever o trecho da decisão adotada pelo magistrado de primeira instância que comprove o prequestionamento da discussão objeto do apelo, pois, caso contrário, estará desatendida a disciplina contida no aludido dispositivo legal, que lhe atribui tal ônus. Agravo de instrumento a que se nega provimento. (AIRR - 794-78.2014.5.03.0080, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 05/08/2015, 7ª Turma, Data de Publicação: DEJT 07/08/2015).

No passo das mudanças promovidas pela Lei n. 13.015/14, verifica-se também a inserção do § 11 ao art. 896, da CLT: “Quando o recurso tempestivo contiver defeito formal que não se repete grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.”

Trata-se da valorização da essência do ato processual (o recurso) em detrimento da forma – apreço pela decisão de mérito e prevalência do Direito Material.

¹⁸¹ *Súmula nº 23 do TST. RECURSO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.* Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

Assim sendo, em determinado Recurso de Revista que contenha defeito formal não reputado grave, o relator do processo poderá tomar duas medidas (calcado nos princípios da *instrumentalidade*¹⁸² e da *proteção*¹⁸³, além do seu prudente arbítrio): 1) ignorar a falha e dar continuidade ao processo; ou 2) mandar sanar o defeito em prazo determinado, e, atendido, retomar o andamento do processo até julgá-lo. Até porque, a função uniformizadora do TST faz com que ele deva excetuar o defeito para analisar a relevância da matéria do recurso – pois constitui a competência do órgão.

Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro¹⁸⁴ entende o *defeito formal não reputado grave* como “a ausência da observância de um pressuposto específico, que analisado concretamente, possa ser dispensado ou o equívoco no cumprimento de um pressuposto objetivo do recurso, como ocorre com o preenchimento equivocado das guias do preparo”.

Por sua vez, Cláudio Brandão¹⁸⁵ aduz que o defeito formal remete a maneira em que foi praticado o ato jurídico, “seja no que diz respeito ao elemento externo à vontade manifestada – como a vontade foi exteriorizada –, seja em relação aos requisitos indicados na lei como imprescindíveis para ser considerado existente ou válido.” Já com relação ao termo “*que não se repute grave*”, disposto no § 11, do art. 896, da CLT, leciona o seguinte¹⁸⁶:

Trata-se de regra propositadamente redigida de forma aberta, característica predominante nos textos legais contemporâneos, para, por primeiro permitir a sua constante atualidade; segundo, ser dotada de amplo alcance e, finalmente, pela impossibilidade de o legislador disciplinar todas as situações de sua incidência. Contém, por isso, conceito jurídico indeterminado, assim compreendido como o uso intencional de uma *fattispecie* (tipificação completa e rigorosa), repita-se, caracterizada pela sua natureza vaga e incompleta; possui definição aberta. [...] Não se tratou, por conseguinte, de imperfeição ou deslize do legislador, mas de acurado zelo na redação de regra consentânea com a moderna técnica legislativa.

¹⁸²O princípio da instrumentalidade (moderador das nulidades processuais) possibilita que se considerem válidos os atos que, apesar de realizados de maneira diversa, lhe preencham a finalidade essencial, além de estar insculpido no art. 277, *in fine*, do NCPC, cuja redação integral é a seguinte: “Quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, lhe alcançar a finalidade.”

¹⁸³O princípio da proteção (moderador das nulidades processuais) aduz que, diante da possibilidade de sanar a falta ou repetir o ato, não se declara a nulidade do mesmo. Está previsto no art. 796, *a*, da CLT – “A nulidade não será pronunciada: a) quando for possível suprir-se a falta ou repetir-se o ato”, e no art. 282, § 2º, do NCPC – “Quando puder decidir o mérito a favor da parte a quem aproveite a decretação da nulidade, o juiz não a pronunciará nem mandará repetir o ato ou suprir-lhe a falta.”

¹⁸⁴MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 122.

¹⁸⁵BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 171.

¹⁸⁶BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 174-177.

De nossa parte, a possibilidade conferida ao TST de desconsiderar eventual defeito formal (não reputado grave) e apreciar o mérito do Recurso de Revista só existe em face do atendimento aos pressupostos recursais, ainda que de maneira diversa da estabelecida na lei – não se admitiria o recurso sem os pressupostos recursais, portanto.

Nesse sentido vem sendo o entendimento do TST:

DESERÇÃO - INOCORRÊNCIA. Não ocorre deserção quando, embora tenha havido equívoco no preenchimento do código da guia DARF, foi alcançada a sua finalidade processual, considerando-se que a importância, devidamente identificada quanto ao processo e as partes, foi recolhida aos cofres do Tesouro Nacional. (RR - 788724-66.2001.5.12.5555, Relator Ministro: Milton de Moura França, Data de Julgamento: 13/11/2002, 4ª Turma, Data de Publicação: DJ 29/11/2002); **DESERÇÃO DO RECURSO DE REVISTA. GUIA GFIP. ILEGIBILIDADE DA AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA. PETICIONAMENTO ELETRÔNICO (E-DOC).** Sobre a matéria, o entendimento desta Corte é no sentido de que não há como reputar ilegível a autenticação mecânica constante na guia GFIP juntada aos autos, e, com isso, considerar deficiente o preparo do recurso, quando no documento indicado verifica-se que na autenticação mecânica encontram-se registrados o banco recebedor e a data do recolhimento, além de, no campo 42 da guia, constar o valor do depósito. Se o Banco efetuou a autenticação da GFIP é porque o valor recolhido é o efetivo lançado no campo 42 do aludido documento, razão pela qual a ilegibilidade parcial da guia não compromete a aferição do requisito atinente à garantia do Juízo. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Havendo indícios nos autos de existência de possível contrariedade à Súmula 219/TST, no que se refere ao deferimento de honorários advocatícios na Justiça do Trabalho, deve ser dado provimento ao Agravo de Instrumento para destrancar o recurso de revista neste aspecto. (RR - 2722-29.2012.5.11.0010, Data de Julgamento: 17/12/2014, Relator Desembargador Convocado: Américo Bedê Freire, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 19/12/2014).

De igual sorte é a inteligência da OJ n. 257, da SBDI-I, que renega o formalismo exacerbado no recurso de revista, fundado em violação legal:

257. RECURSO DE REVISTA. FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DE LEI. VOCÁBULO VIOLAÇÃO. DESNECESSIDADE (alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei nº 11.496/2007) - Res. 182/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012. A invocação expressa no recurso de revista dos preceitos legais ou constitucionais tidos como violados não significa exigir da parte a utilização das expressões "contrariar", "ferir", "violar", etc.

O Recurso de Revista será interposto no juízo “*a quo*” (Tribunal Regional do Trabalho), onde ocorrerá o primeiro juízo de admissibilidade, consoante o art. 896, § 1º, da CLT¹⁸⁷. Nos termos do art. 682, IX, da CLT¹⁸⁸, a competência para apreciação do

¹⁸⁷ Art. 896, § 1º, da CLT: “O recurso de revista, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.”

recurso é do Presidente do Tribunal (podendo ser delegada ao Vice-Presidente Judicial, conforme haja disposição no Regimento Interno do respectivo Tribunal Regional do Trabalho).

Esse juízo de admissibilidade, por sua vez, será exercido diante da análise das hipóteses de cabimento e da presença dos pressupostos genéricos e específicos (do recurso de revista). Vale dizer, portanto, que além da presença desses pressupostos gerais (cabíveis a todos os recursos, sejam ordinários ou de natureza extraordinária) e do preenchimento dos pressupostos específicos do recuso de revista, é necessário observar que a matéria a ser debatida será restrita – limitada às hipóteses de cabimento do recurso em apreço.

Diante disso, ocorre que a decisão do processamento ou conhecimento do recurso não estará desvinculada de verificação prévia do mérito – sem análise do mérito, portanto. Não se adentra ao conteúdo da matéria, mas tão somente verifica-se a existência ou não da violação “em tese” do mérito.

Até porque, a competência para adentrar ao conteúdo e na profundidade da matéria é da Turma do TST¹⁸⁹, ou do seu Relator, de forma monocrática, nas hipóteses permitidas pela lei.

Acontece que com a edição da Instrução Normativa n. 40/2016, a Súmula n. 285, do TST¹⁹⁰, que dispunha sobre o primeiro juízo de admissibilidade do recurso de revista, foi cancelada.

A IN n. 40/2016¹⁹¹, do TST, por sua vez, passou a estabelecer o seguinte, em seu art. 1º e respectivos parágrafos:

Art. 1º Admitido apenas parcialmente o recurso de revista, constitui ônus da parte impugnar, mediante agravo de instrumento, o capítulo denegatório da

¹⁸⁸Art. 682, IX, da CLT: “Competem privativamente aos Presidentes dos Tribunais Regionais, além das que forem conferidas neste e no título e das decorrentes do seu cargo, as seguintes atribuições: [...] IX - despachar os recursos interpostos pelas partes.”

¹⁸⁹Anteriormente, o Art. 702, § 2º, II e III, da CLT, tratava da competência das Turmas, especificamente acerca do Recurso de Revista. Com o advento da Lei n. 7.701/88, o dispositivo da Consolidação foi revogado tacitamente. Desse modo, a matéria passou a ser tratada pelo art. 5º, em suas alíneas “a” e “b”, a saber: “As Turmas do Tribunal Superior do Trabalho terão, cada uma, a seguinte competência: a) julgar os recursos de revista interpostos de decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho, nos casos previstos em lei; b) julgar, em última instância, os agravos de instrumento dos despachos de Presidente de Tribunal Regional que denegarem seguimento a recurso de revista, explicitando em que efeito a revista deve ser processada, caso providos.”

¹⁹⁰**Súmula n° 285 do TST. RECURSO DE REVISTA. ADMISSIBILIDADE PARCIAL PELO JUIZ-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO. EFEITO (cancelada) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21.03.2016.** O fato de o juízo primeiro de admissibilidade do recurso de revista entendê-lo cabível apenas quanto a parte das matérias veiculadas não impede a apreciação integral pela Turma do Tribunal Superior do Trabalho, sendo imprópria a interposição de agravo de instrumento.

¹⁹¹Que conforme o seu preâmbulo, “Dispõe sobre o cabimento de agravo de instrumento em caso de admissibilidade parcial de recurso de revista no Tribunal Regional do Trabalho e dá outras providências.”

decisão, sob pena de preclusão. § 1º Se houver omissão no juízo de admissibilidade do recurso de revista quanto a um ou mais temas, é ônus da parte interpor embargos de declaração para o órgão prolator da decisão embargada supri-la (CPC, art. 1024, § 2º), sob pena de preclusão. § 2º Incorre em nulidade a decisão regional que se abster de exercer controle de admissibilidade sobre qualquer tema objeto de recurso de revista, não obstante interpostos embargos de declaração (CF/88, art. 93, inciso IX e § 1º do art. 489 do CPC de 2015). § 3º No caso do parágrafo anterior, sem prejuízo da nulidade, a recusa do Presidente do Tribunal Regional do Trabalho a emitir juízo de admissibilidade sobre qualquer tema equivale à decisão denegatória. É ônus da parte, assim, após a intimação da decisão dos embargos de declaração, impugná-la mediante agravo de instrumento (CLT, art. 896, § 12), sob pena de preclusão. § 4º Faculta-se ao Ministro Relator, por decisão irrecorrível (CLT, art. 896, § 5º, por analogia), determinar a restituição do agravo de instrumento ao Presidente do Tribunal Regional do Trabalho de origem para que complemente o juízo de admissibilidade, desde que interpostos embargos de declaração.

Disso se infere que caberá Agravo de Instrumento (conforme art. 897, “b”, da CLT¹⁹²) de decisão que denega o seguimento do Recurso de Revista, endereçado ao Presidente do Tribunal, para que exerça ou não o juízo de retratação. Nesta última hipótese, a parte contrária será intimada para responder aos recursos (de Agravo e de Revista) para posterior remessa dos autos ao TST¹⁹³.

Ademais, a IN n. 40/2016, do TST, em consonância com o art. 1.022, *caput*, do NCPC (“cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial [...]”), também cancelou a OJ n. 377, da SBDI-I, do TST¹⁹⁴, que entendia pelo descabimento de embargos de declaração em face de decisão denegatória de recurso de revista. Contudo, a IN n. 39/2016¹⁹⁵ tratou de estabelecer a aplicação do disposto nos arts. 1.022 a 1.025 (com exceção do § 1º, do art. 1.023) e §§ 2º a 4º, do art. 1.026, todos do NCPC, ao processo laboral.

Por fim, no que concerne à admissão dos recursos de natureza extraordinária, não se aplica a sistemática do NCPC ao Recurso de Revista, devido ao modo de tramitação deste último estar expresso na CLT. De igual sorte, não se aplica o disposto no art. 1.042, do NCPC¹⁹⁶, em virtude do teor do art. 897, “b”, da CLT (portanto, da

¹⁹²Art. 897, b, da CLT: “Cabe agravo, no prazo de 8 (oito) dias: [...] b) de instrumento, dos despachos que denegarem a interposição de recursos.”

¹⁹³MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 139-140.

¹⁹⁴**377. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO DENEGATÓRIA DE RECURSO DE REVISTA EXARADO POR PRESIDENTE DO TRT. DESCABIMENTO. NÃO INTERRUÇÃO DO PRAZO RECURSAL. (cancelada) - Res. 204/2016, DEJT divulgado em 17, 18 e 21.03.2016**
Não cabem embargos de declaração interpostos contra decisão de admissibilidade do recurso de revista, não tendo o efeito de interromper qualquer prazo recursal.

¹⁹⁵Que conforme o seu preâmbulo, “Dispõe sobre as normas do Código de Processo Civil de 2015 aplicáveis e inaplicáveis ao Processo do Trabalho, de forma não exaustiva.”

¹⁹⁶Art. 1.042, do NCPC: “Cabe agravo contra decisão do presidente ou do vice-presidente do tribunal recorrido que inadmitir recurso extraordinário ou recurso especial, salvo quando fundada na aplicação de entendimento firmado

denegação do recurso de revista, cabe agravo de instrumento, e não agravo, no prazo de oito dias).

3 HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE REVISTA

Atendidos os pressupostos genéricos e específicos de admissibilidade vistos no capítulo anterior, o Recurso de Revista será cabível nas hipóteses elencadas no art. 896, *caput*, em suas alíneas “a”, “b” e “c”, e §§ 2º, 9º e 10 da CLT:

Art. 896 - Cabe Recurso de Revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quando: a) derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da que lhe houver dado outro Tribunal Regional do Trabalho, no seu Pleno ou Turma, ou a Seção de Dissídios Individuais do Tribunal Superior do Trabalho, ou contrariarem súmula de jurisprudência uniforme dessa Corte ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal; b) derem ao mesmo dispositivo de lei estadual, Convenção Coletiva de Trabalho, Acordo Coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea a; c) proferidas com violação literal de disposição de lei federal ou afronta direta e literal à Constituição Federal. [...] § 2º Das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença, inclusive em processo incidente de embargos de terceiro, não caberá Recurso de Revista, salvo na hipótese de ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal. [...] § 9º Nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou a súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da Constituição Federal. § 10. Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa à Constituição Federal nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), criada pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011.

Da leitura dos dispositivos legais acima, verifica-se que: 1) em se tratando de ação que tramita pelo rito ordinário, as hipóteses de cabimento estão contempladas nas alíneas “a”, “b” e “c”, do *caput*, do art. 896, da CLT, donde se infere que cabe Recurso de Revista das decisões colegiadas dos Tribunais Regionais do Trabalho que julgaram Recurso Ordinário (questões que serão pormenorizadas nos itens subseqüentes a este trabalho); 2) em se tratando de ação já na fase de execução, as hipóteses previstas estão dispostas nos §§ 2º e 10, do art. 896, da CLT, constatando-se que é admissível o Recurso de Revista das decisões colegiadas dos Tribunais Regionais do Trabalho fundadas em ofensa direta e literal do texto constitucional (quando do julgamento do Agravo de Petição, que seria como um Recurso Ordinário na fase de execução), do exame das controvérsias (em execução) relacionadas à Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, e em execução fiscal – ante a violação a lei federal, divergência jurisprudencial, ofensa à Constituição Federal e decisão contrária à jurisprudência

consolidada do TST; 3) em se tratando de ação que tramita pelo rito sumaríssimo, as hipóteses estão elencadas no § 9º, do art. 896, da CLT, verificando-se o cabimento do Recurso de Revista de decisões colegiadas dos Tribunais Regionais do Trabalho que contrariam súmula de jurisprudência uniforme do TST, súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal e por violação direta da CRFB/88 – portanto, não há cabimento da Revista por violação de lei, o que tolheu uma das funções fundamentais do TST, qual seja o controle de legalidade.

Kátia Magalhães Arruda e Rubem Milhomem¹⁹⁷ aduzem que o art. 896, *caput*, da CLT, abarca as questões referentes a conflitos contra acórdãos proferidos em grau de Recurso Ordinário, e não propriamente se limita ao aspecto da impugnação do acórdão em recurso ordinário, donde também seria cabível de Agravo de Petição (na fase de execução):

[...] o *caput* do art. 896 da CLT não limita o cabimento do recurso de revista à impugnação de acórdão em recurso ordinário, mas, sim, refere-se à insurgência contra acórdão proferido em grau de recurso ordinário – o que guarda correspondência com o § 2º, o qual cita as decisões colegiadas da Corte regional na fase de execução, quando se examina no segundo grau de jurisdição o agravo de petição.

O Recurso de Revista, no procedimento ordinário (ou comum), portanto, é cabível nas hipóteses de divergência jurisprudencial de interpretação (art. 896, “a” e “b”, da CLT) e por violação de Lei ou da Constituição Federal (art. 896, “c” da CLT).

O que vai estabelecer o rito no processo laboral é o valor da causa, em que as ações cujo valor seja superior a quarenta salários mínimos, e não estejam sujeitas ao rito especial (como o *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data*, etc.), terão o seu trâmite pelo rito ordinário. O procedimento ordinário, portanto, é aplicável quando não houver a incidência dos demais tipos de procedimento ao caso concreto – isto é, quando não se aplicarem o procedimento sumário (ou de alçada)¹⁹⁸, ou sumaríssimo¹⁹⁹ ou especial.

¹⁹⁷ ARRUDA, Kátia Magalhães; MILHOMEM, Rubem. *A jurisdição Extraordinária do TST na Admissibilidade do Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2012, p. 44.

¹⁹⁸ São objetos do procedimento sumário aquelas causas cujo valor não excedam a 2 (dois) salários mínimos, nos termos do art. 2º, § 3º, da Lei n. 5.584/70, conforme redação a seguir: “Art 2º Nos dissídios individuais, proposta a conciliação, e não havendo acórdão, o Presidente, da Junta ou o Juiz, antes de passar à instrução da causa, fixar-lhe-á o valor para a determinação da alçada, se este fôr indeterminado no pedido. [...] § 3º Quando o valor fixado para a causa, na forma deste artigo, não exceder de 2 (duas) vezes o salário-mínimo vigente na sede do Juízo, será dispensável o resumo dos depoimentos, devendo constar da Ata a conclusão da Junta quanto à matéria de fato.”

¹⁹⁹ São objetos do procedimento sumaríssimo as causas cujo valor seja superior a dois salários mínimos e não superior a 40 (quarenta) salários mínimos, conforme hermenêutica do art. 2º, § 3º, da Lei n. 5.584/70 (vide nota nº 201) c/c o art. 852-A, da CLT – cuja redação é a seguinte: “Os dissídios individuais cujo valor não exceda a quarenta

Importa reiterar, ainda, a constatação da função do TST da simples leitura das alíneas decorrentes do *caput*, do art. 896, da CLT, qual seja a de uniformizar a jurisprudência e controlar a correta aplicação da Lei Federal e da CRFB/88.

Para Cláudio Brandão²⁰⁰, das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais em agravo regimental, também é cabível recurso de revista:

[...] apesar da referência contida no *caput* do artigo a ‘decisões proferidas em grau de recurso ordinário’, é **cabível o recurso de revista de decisão proferida pelo TRT em agravo regimental** por se tratar, na essência, da apreciação em momento diferido da pretensão nele contida, inicialmente sob exame de forma monocrática. Ou seja, o agravo assume a natureza do próprio recurso ordinário cujo seguimento foi denegado ou, o que é mais significativo, a análise do seu próprio mérito, desta vez pelo órgão colegiado. O mesmo entendimento se aplica aos agravos regimentais interpostos de decisões monocráticas que apreciaram agravos de petição, desde que constatada ‘ofensa direta e literal de norma da Constituição Federal’ (art. 896, § 2º, da CLT).

Concordamos com a inteligência do autor acima. Contudo, devemos ressaltar o teor da Súmula n. 218 do TST²⁰¹, que dispõe ser incabível recurso de revista das decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho que julgam Agravo de Instrumento – até porque, inexistente lei dispondo acerca do cabimento, mas tão somente a literalidade do *caput*, do art. 896, da CLT.

O Recurso de Revista também não encontra cabimento em decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do TST, consoante a Súmula n. 333 do Colendo Tribunal²⁰².

Também é descabido o Recurso de Revista proposto pelo ente público quando não apresentado recurso ordinário voluntário, ressalvado quanto à hipótese de agravamento da condenação imposta na segunda instância, segundo a inteligência da OJ n. 334, da SBDI-I, do TST²⁰³.

vezes o salário mínimo vigente na data do ajuizamento da reclamação ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.”

²⁰⁰ BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 104.

²⁰¹ **Súmula n° 218 do TST. RECURSO DE REVISTA. ACÓRDÃO PROFERIDO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.** É incabível recurso de revista interposto de acórdão regional prolatado em agravo de instrumento..

²⁰² **Súmula n° 333 do TST. RECURSOS DE REVISTA. CONHECIMENTO (alterada) - Res. 155/2009, DEJT 26 e 27.02.2009 e 02.03.2009.** Não ensejam recurso de revista decisões superadas por iterativa, notória e atual jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho.

²⁰³ **334. REMESSA "EX OFFICIO". RECURSO DE REVISTA. INEXISTÊNCIA DE RECURSO ORDINÁRIO VOLUNTÁRIO DE ENTE PÚBLICO. INCABÍVEL (DJ 09.12.2003).** Incabível recurso de revista de ente público que não interpôs recurso ordinário voluntário da decisão de primeira instância, ressalvada a hipótese de ter sido agravada, na segunda instância, a condenação imposta.

Ademais, das decisões interlocutórias (em princípio, recorríveis de imediato), não cabe o Recurso de Revista, nos termos do art. 893, § 1º, da CLT, salvo se constituírem-se em autênticas decisões terminativas do feito (art. 799, § 2º, da CLT) ou nas hipóteses contempladas pela Súmula 214 do TST (vide item 2.1.8 deste trabalho).

Desse modo, feitos os esclarecimentos iniciais, e tendo em vista que pretendemos tratar tão somente das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista em ações que tramitam pelo rito ordinário (excluindo-se, por conseguinte, a análise das hipóteses relativas ao procedimento sumaríssimo e à fase de execução), passemos à análise das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista na fase de conhecimento, especificamente, no que diz respeito ao rito comum.

3.1. ALÍNEA “A” – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A primeira hipótese de cabimento do Recurso de Revista está no art. 896, *caput*, alínea “a”, da CLT. Da leitura do dispositivo, infere-se que é cabível recurso de revista para Turma do Tribunal Superior do Trabalho, das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídios individuais, pelos Tribunais Regionais do Trabalho que derem ao mesmo dispositivo de lei federal interpretação diversa da proferida por outro TRT, ou decisão da Seção de Dissídios Individuais do TST, ou Súmula do TST ou súmula vinculante do STF – portanto, trata-se de hipótese de cabimento recursal pautado em divergência jurisprudencial de Lei Federal.

Élisson Miessa²⁰⁴ destaca a abrangência do termo “Lei Federal”, bem como ressalta a observância aos dizeres constantes na OJ n. 25, da SBDI-II, do TST²⁰⁵, que não corresponderiam à terminologia em questão, conforme passagem a seguir:

Entende-se por lei federal a Constituição Federal, emenda constitucional, lei ordinária, lei complementar, medida provisória, decreto-lei e lei delegada. O entendimento predominante não inclui as portarias do Poder Executivo no conceito de lei federal (OJ nº 25 da SDI-II do TST). Isso acontece porque, em princípio, ela não constitui fonte formal de direito, faltando-lhe abstração, generalidade e impessoalidade.

²⁰⁴ MIESSA, Élisson. *Recursos Trabalhistas*: De acordo com a Lei n. 13.105/14. Contém referências ao projeto do Novo CPC. Salvador: Editora Juspodivm, 2015, p. 266.

²⁰⁵ **25. AÇÃO RESCISÓRIA. REGÊNCIA PELO CPC DE 1973. EXPRESSÃO “LEI” DO ART. 485, V, DO CPC DE 1973. NÃO INCLUSÃO DO ACT, CCT, PORTARIA, REGULAMENTO, SÚMULA E ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DE TRIBUNAL. (atualizada em decorrência do CPC de 2015) Res. 212/2016, DEJT divulgado em 20, 21 e 22.09.2016.** Não procede pedido de rescisão fundado no art. 485, V, do CPC de 1973 quando se aponta contrariedade à norma de convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho, portaria do Poder Executivo, regulamento de empresa e súmula ou orientação jurisprudencial de tribunal. (ex-OJ 25 da SDI-2, inserida em 20.09.2000 e ex-OJ 118 da SDI-2, DJ 11.08.2003).

Maurício Delgado Godinho²⁰⁶, após destacar que as Portarias, Avisos, Instruções e Circulares não se constituem, inicialmente, em fontes formais do Direito, por faltarem qualidades da lei em acepção material (generalidade, abstração e impessoalidade) destaca a possibilidade técnica de que esses diplomas sejam alçados ao estatuto de fonte normativa, criando direitos e obrigações na realidade trabalhista e assumindo a qualidade de fonte (normativa) do direito.

Por conseguinte, da hermenêutica promovida pelo autor, permite-se compreender a abrangência terminológica de *Lei Federal*, em que esta não quer referir-se apenas à Constituição Federal, à emenda constitucional, à lei ordinária, à lei complementar, à medida provisória, ao decreto-lei e à lei delegada, mas também aos Avisos, às Portarias, às Instruções e às Circulares, dêis que sejam expressamente referidos pela lei ou decreto a que se reportam, conforme brilhante excerto a seguir²⁰⁷:

[...] há a possibilidade técnica de esses diplomas serem alçados ao estatuto de fonte normativa, assumindo aquelas qualidades e criando direitos e obrigações na vida trabalhista. É o que se passa quando expressamente referidos pela lei ou regulamento normativo (decreto) a que se reportam, passando a integrar o conteúdo desses diplomas. Tal hipótese não é incomum no Direito do Trabalho, principalmente pela ocorrência de certa superposição, em alguns segmentos – como da saúde e segurança do trabalho – de normas de Direito Administrativo do Trabalho e Direito Individual do Trabalho. Desse modo, as atividades ou operações consideradas perigosas, na lei brasileira, deverão ser especificadas em portaria do Ministério do Trabalho (art. 193, CLT); igualmente Serpa portaria ministerial que indicará os níveis de tolerância para exercício de trabalho em circunstâncias insalubres (art. 192, CLT). Em tais casos, o tipo jurídico inserido na respectiva portaria ganhará o estatuto de regra geral, abstrata, impessoal, regendo *ad futurum* situações fático-jurídicas, com qualidade de lei em sentido material.

Mauro Schiavi²⁰⁸, entretanto, apoiado por Carlos Henrique Bezerra Leite²⁰⁹, afirma que, embora a interpretação da expressão “*lei federal*” deva ser ampliativa, abrangendo o disposto no art. 59, da CRFB/88²¹⁰, somente as espécies normativas contidas no dispositivo constitucional em questão poderão ser consideradas *lei federal* –

²⁰⁶ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015, p. 160.

²⁰⁷ DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015, p. 160-161.

²⁰⁸ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 949-950.

²⁰⁹ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1034.

²¹⁰ Art. 59, da CRFB/88: “O processo legislativo compreende a elaboração de: I - emendas à Constituição; II - leis complementares; III - leis ordinárias; IV - leis delegadas; V - medidas provisórias; VI - decretos legislativos; VII - resoluções.”

e dêz que referentes à matéria cuja competência seja da Justiça do Trabalho, conforme trecho abaixo:

A expressão ‘lei federal’ não deve ser interpretada de forma restritiva, como sendo apenas o instrumento normativo, de competência da União, elaborado pelo poder legislativo que estabelece uma regra de conduta, mas todo ato normativo de natureza federal, elabora por órgão que detenha competência para tal finalidade. Desse modo, a expressão ‘lei federal’ abrange as espécies normativas previstas no art. 59 da Constituição Federal [...], desde que se refiram à matéria da competência da Justiça do Trabalho. A lei objeto de violação pode ser tanto de direito material como processual. Não necessita ser legislação trabalhista, apenas que a matéria nela versada seja da competência da Justiça do Trabalho (at. 114 da CF).

Esclarecida a abrangência do termo “Lei Federal” disposta no art. 896, *caput*, alínea “a”, da CLT, importa destacar que “a divergência de interpretação deve ser de resultado da interpretação, e não de argumentos”²¹¹. Até porque, o mesmo resultado pode ser obtido através de duas decisões que contenham suas razões diversas uma da outra – em que argumentos distintos levaram ao mesmo resultado final no acórdão proferido.

A alínea “a” do dispositivo celetista em análise foi incluída pela Lei n. 9.756/98 (que dispunha sobre o processamento de recursos no âmbito dos Tribunais), substituindo os preceitos do inciso I, do art. 896, da CLT. A alteração acarretou na impossibilidade de cabimento de Recurso de Revista por divergência oriunda do mesmo Tribunal Regional – anteriormente havia a previsão de hipóteses de divergência tanto do *mesmo* quanto de *outro* Regional.

Estêvão Mallet²¹², antes da vigência da Lei n. 9.756/98, inclusive sustentava a possibilidade de acórdão proveniente da mesma Turma do respectivo Tribunal Regional servir de paradigma, diante da observância aos seguintes argumentos:

Demonstrável o dissídio, [...] ainda que com arestos oriundos de idêntica Turma, [...] até decisões extraídas do mesmo processo podem dar ensejo à interposição de revista por dissídio jurisprudencial. Considere-se este exemplo: condenada a reclamada pela Junta de Conciliação e Julgamento, seu recurso ordinário, em que se invoca preliminar de cerceamento de defesa, é interposto sem a realização de depósito recursal, porque inexigível, no entender da reclamada, na hipótese. O reclamante, em suas contra-razões, fala em deserção do recurso, contestando a isenção pretendida pela reclamada. A Turma julgadora rejeita a alegação de deserção, acolhendo a preliminar de cerceamento, anulando a sentença e mandando que outra seja

²¹¹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 945.

²¹² MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 134.

proferida. Baixando os autos, nova decisão condenatória é prolatada e ao impugná-la deixa a reclamada, uma vez mais, de efetuar o depósito recursal. Voltando a causa ao Tribunal, a mesma Turma, que antes houvera considerado inexigível o depósito, agora, composta por juízes distintos, muda de orientação, não conhecendo do recurso da reclamada. Terá inquestionável cabimento a revista em tal situação, diante da divergência interpretativa, não a prejudicando a circunstância de promanarem do mesmo processo as decisões divergentes.

Outrossim, em consonância com a alteração legislativa promovida pela Lei n. 9.756/98 é a OJ n. 111, da SBDI-I, do TST, cujo conteúdo é o seguinte:

111. RECURSO DE REVISTA. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ARESTO ORIUNDO DO MESMO TRIBUNAL REGIONAL. LEI Nº 9.756/98. INSERVÍVEL AO CONHECIMENTO (nova redação) - DJ 20.04.2005. Não é servível ao conhecimento de recurso de revista aresto oriundo de mesmo Tribunal Regional do Trabalho, salvo se o recurso houver sido interposto anteriormente à vigência da Lei nº 9.756/98.

Essa alteração, por conseguinte, incumbiu os Tribunais Regionais da sua uniformização jurisprudencial interna, o que acabou não ocorrendo na prática, motivando o legislador a editar a Lei n. 13.015/14 para abarcar essa questão.

Tal fato desaguou em infindáveis recursos no âmbito do TST, visto ser o órgão pacificador pátrio quanto à correta aplicação da Lei Federal – além da uniformização de divergência jurisprudencial ser uma das funções precípua do órgão.

Contudo, não se pode confundir o TST como uma terceira instância, por ser o órgão incumbido dessa uniformização de divergência jurisprudencial – vale dizer, essa confusão contribui para a morosidade da justiça.

Ademais, da leitura do preceito estabelecido no art. 896, *caput*, alínea “a”, não caracteriza a divergência os acórdãos do mesmo Tribunal Regional ou de Turmas do TST – aqui é necessário que o acórdão seja emanado pela Seção de Dissídios Individuais.

Homero Batista Mateus da Silva²¹³ elucida o porquê de ser incabível revista de divergência jurisprudencial de Turmas do TST, em excerto colacionado abaixo:

Um acórdão localizado no âmbito de uma das turmas do Tribunal Superior do Trabalho não representa a voz autorizada daquela corte, porque ainda está sujeito ao crivo do recurso de embargos para a Seção Especializada em Dissídios Individuais. O acórdão da SDI pode ser considerado, sim, a última palavra em matéria de direito do trabalho infraconstitucional no Brasil. Logo,

²¹³ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 178.

está correto o legislador ao retirar turmas do Tribunal Superior do Trabalho do rol dos acórdãos que podem servir de paradigma para a divergência jurisprudencial. É comum esse tipo de confusão quando se faz uma leitura apressada do art. 896, *a*, por se acreditar que a localização de um acórdão de uma turma do Tribunal Superior do Trabalho tenha um peso decisivo no cotejo com o acórdão que se pretende reformar. Engano. O acórdão da turma pode ter sido revisado posteriormente por acórdão da SDI, de tal forma que, na dúvida se isso ocorreu ou não, o legislador o retira da lista dos acórdãos servíveis.

Além do mais, constata-se do teor do art. 896, alínea “a”, da CLT, que não há disposição expressa do cabimento de revista de divergências às Orientações Jurisprudenciais. No entanto, o artigo em apreço menciona caber o Recurso de Revista de interpretação de Lei Federal divergente à proferida pela Seção de Dissídios Individuais do TST. Sendo a SBDI-I o órgão responsável pela edição das OJs, o TST pacificou o raciocínio no sentido de que a divergência com Orientações Jurisprudenciais também é apta a ensejar o Recurso de Revista, conforme OJ n. 219, da SBDI-I, do TST, transcrita na sequência:

219. RECURSO DE REVISTA OU DE EMBARGOS FUNDAMENTADO EM ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DO TST (inserida em 02.04.2001). É válida, para efeito de conhecimento do recurso de revista ou de embargos, a invocação de Orientação Jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho, desde que, das razões recursais, conste o seu número ou conteúdo.

Prosseguindo com a análise da alínea “a”, verifica-se que a Lei n. 13.015/14 inseriu a possibilidade das Súmulas Vinculantes do STF servirem de acórdão paradigma – mas restou silente acerca das decisões proferidas pelos demais Tribunais Superiores, o que impossibilita a utilização destas para caracterizar a divergência de interpretação.

Entretanto, antes da atual dicção do art. 896, *a*, da CLT (decorrente da Lei n. 13.015/14), o TST já havia concebido a possibilidade de admissão do cabimento de recurso de revista fundado em contrariedade à Súmula Vinculante do STF, conforme o julgado a seguir:

RECURSO DE REVISTA. PROCEDIMENTO SUMARÍSSIMO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE. BASE DE CÁLCULO. EDIÇÃO DE SÚMULA VINCULANTE-STF-4. INCORPORAÇÃO À JURISPRUDÊNCIA UNIFORME DO TST. SUSPENSÃO LIMINAR DA SÚMULA-TST-228. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DO ARTIGO 192 DA CLT SEM DECLARAÇÃO DE NULIDADE. Inicialmente, cumpre salientar que, apesar de não estar prevista na letra do artigo 896 da CLT, a hipótese de contrariedade expressa à Súmula Vinculante do excelso STF como causa de

admissibilidade do recurso de revista não pode deixar de ser considerada. Com efeito, o artigo 103-A da Constituição Federal preceitua que - *O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei* - (sem grifo no original). Destarte, a súmula vinculante, a partir de sua publicação, por expressa previsão constitucional, passa automaticamente a integrar a jurisprudência dos órgãos do Poder Judiciário, devendo ser considerada, no caso específico do Tribunal Superior do Trabalho, para efeito de admissibilidade de recurso de revista. Outrossim, nos termos do r. despacho do e. Presidente do excelso Pretório, fixando a inteligência do julgamento que ensejou a edição da Súmula Vinculante-STF-4, - *o adicional de insalubridade deve continuar sendo calculado com base no salário mínimo, enquanto não superada a inconstitucionalidade do art. 192 da CLT, por meio de lei ou convenção coletiva* - (Rcl-6266-DF). Precedentes deste colendo Tribunal. Recurso de revista conhecido e provido. Processo: RR - 70300-28.2009.5.04.0521, Data de Julgamento: 29/02/2012, Relator Ministro: Horácio Raymundo de Senna Pires, 3ª Turma, Data de Publicação: DEJT 02/03/2012.

Seguindo a análise da divergência de interpretação apta a admitir o cabimento do Recurso de Revista, há a necessidade de observância aos requisitos da *atualidade* e da *especificidade*, previstos respectivamente no § 7º, do art. 896, da CLT, e no item I da Súmula n. 296, do TST.

Tratemos primeiramente da *atualidade*.

Reza o § 7º do art. 896, da CLT, conforme redação dada pela Lei n. 13.015/14, que “*A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula do Tribunal Superior do Trabalho ou do Supremo Tribunal Federal, ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho*”; é o que se extrai também do teor da Súmula n. 333, do TST (conforme visto na introdução deste capítulo).

Do conceito de *atualidade*, Amauri Mascaro Nascimento²¹⁴ já destacava, antes mesmo da Lei n. 13.015/14, que:

Jurisprudência ultrapassada não é apta a fundamentar a revista. A divergência apta a ensejar o recurso de revista deve ser atual, não se considerando como tal a ultrapassada por súmula ou superada por iterativa e notória jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho [...]. Desatualizada será aquela que já foi ultrapassada por decisões posteriores em sentido contrário, sumulada ou não, esta última a iterativa, vale dizer, reiterada.

²¹⁴ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 732.

Sendo assim, a *atualidade* capaz de ensejar o cabimento do Recurso de Revista por divergência de interpretação tem a ver com o posicionamento atual pautado em entendimento (jurisprudencial) adotado pelo TST – vale dizer, não tem relação com datas, podendo uma jurisprudência antiga ser considerada atual.

Resta afastada, com isso, a possibilidade de conhecimento de recurso meramente procrastinador, na hipótese de o recorrente indicar julgados internos paradigmas do TST, mas que não correspondam aos posicionamentos atuais do Colendo Tribunal.

Por conseguinte, verifica-se que os acórdãos de turmas não são aptos a caracterizar a comprovação de divergência, embora possam representar papel relevante para indicar a atualidade de um acórdão paradigma de outro Tribunal, bem como os acórdãos provenientes de uma Turma de determinado TRT, contrários a Súmulas Regionais, não se mostram atuais – em homenagem ao propósito de homogeneizar a jurisprudência interna do respectivo TRT (e dos demais Regionais)²¹⁵.

Já em relação ao pressuposto da *especificidade*, constante do item I, da Súmula n. 296, do TST (que assinala que “A *divergência jurisprudencial* ensejadora da *admissibilidade, do prosseguimento e do conhecimento do recurso* há de ser *específica, revelando a existência de teses diversas na interpretação de um mesmo dispositivo legal, embora idênticos os fatos que as ensejaram*”), extrai-se a profundidade do seu significado através da Súmula n. 23, do TST, *in verbis*:

Súmula nº 23 do TST. RECURSO (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003. Não se conhece de recurso de revista ou de embargos, se a decisão recorrida resolver determinado item do pedido por diversos fundamentos e a jurisprudência transcrita não abranger a todos.

Nas palavras de Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²¹⁶ “não é suficiente, portanto, a similitude entre a decisão recorrida e o acórdão paradigma. Ambos devem ter tratado do mesmo assunto e utilizado dos mesmos fundamentos, sob pena do não conhecimento do recurso de revista”.

Em outros dizeres, a divergência jurisprudencial estaria caracterizada quando, diante do mesmo fato, a conclusão acerca da norma legal aplicável, divergiu. Por isso que a divergência deve ser *específica* – vale dizer, deve-se demonstrar a utilização específica de teses diferenciadas perante fatos idênticos.

²¹⁵ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 149.

²¹⁶ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 151.

Além do item I, da Súmula 296, do TST, também se extrai do art. 896, § 1º-A, inciso III, da CT, a exigência de *especificidade*, posto que a norma preceitua ser incumbência da parte demonstrar, de forma analítica, a divergência com lei, com a CRFB/88, com súmula ou com OJ (“*Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: [...] III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.*”).

Assim sendo, a *especificidade* configura autêntico requisito para o conhecimento do Recurso de Revista pautado em divergência de interpretação, mas só estará caracterizada quando o acórdão paradigma tiver analisado a matéria sob os mesmos fundamentos que o acórdão recorrido analisou – é dizer, se os fundamentos sob os quais a matéria foi analisada forem diversos, não estará presente a *especificidade*.

Disso decorre a importância do acórdão Regional examinar todos os fundamentos trazidos pelas partes no recurso – embora em 1º grau, não se exija a apreciação de todos os fundamentos, em vista do efeito devolutivo amplo.

Em conformidade com o aqui exposto, Homero Batista Mateus da Silva²¹⁷ bem esclarece que a divergência deve ser completa – e não apenas parcial – e oferece o exemplo de um julgado que possui dois fundamentos, ressaltando que mesmo que houvesse o confronto de uma das razões por outro acórdão (paradigma), restaria o outro item da motivação, ao que finaliza afirmando: “Como não se exige de nenhum julgado que carregue uma profusão de fundamentos, o recurso de revista se torna uma peça inútil se seu propósito for o de remover um ângulo de apreciação. No recurso de revista, então, a regra é ou tudo ou nada.” Portanto, é fundamental que o acórdão paradigma confronte especificamente todos os fundamentos da decisão de que se recorreu – o que constitui a *especificidade* (quanto à tese e ao dispositivo alegados).

Outrossim, restando fundamentos a serem analisados no recurso apresentado pela parte, caberá Embargos de Declaração, haja vista a omissão do Regional em analisar todas as razões alegadas.

Se da interposição de Embargos de Declaração persistir a omissão, configurada estará a negativa de prestação jurisdicional, que deve ser alegada em preliminar de

²¹⁷ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 179.

Recurso de Revista, por desobediência ao art. 93, IX, da CRFB/88²¹⁸, ao art. 489, I, II e III, do NCPC²¹⁹ e ao art. 832, da CLT²²⁰.

Nesse sentido é a inteligência da Súmula n. 459, do TST:

Súmula nº 459 do TST. RECURSO DE REVISTA. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL (conversão da Orientação Jurisprudencial nº 115 da SBDI-1) – Res. 197/2015, DEJT divulgado em 14, 15 e 18.05.2015. O conhecimento do recurso de revista, quanto à preliminar de nulidade por negativa de prestação jurisdicional, supõe indicação de violação do art. 832 da CLT, do art. 458 do CPC ou do art. 93, IX, da CF/1988.

Corroborando o que apresentamos, colaciona-se recente julgado do C. TST:

AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RECURSO DE REVISTA. NULIDADE. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. A arguição de nulidade de decisão judicial por negativa de prestação jurisdicional requer a identificação dos pontos que não foram enfrentados, a fim de viabilizar a análise da entrega da efetiva tutela jurisdicional, pois a mera alegação genérica de sua ocorrência torna impossível sua aferição. Para a declaração de nulidade, há de se mostrar omissa a decisão, mesmo após a provocação por intermédio de embargos declaratórios, para que reste demonstrada a negativa de prestação jurisdicional ensejadora do conhecimento do recurso de revista. Se o Regional deixou de manifestar-se sobre questões importantes para deslinde da controvérsia quanto às horas extras, mesmo após a provocação do Reclamante por intermédio de embargos declaratórios, vislumbra-se eventual negativa de prestação jurisdicional ensejadora do conhecimento do recurso de revista, por violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal. Agravo de instrumento a que se dá provimento. **RECURSO DE REVISTA. NULIDADE POR NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO DO REGIONAL TRABALHISTA SOBRE ASPECTOS IMPORTANTES PARA O DESLINDE DA CONTROVÉRSIA. VIOLAÇÃO AO ARTIGO 93, IX, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. MULTA POR EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PROTETATÓRIOS. VIOLAÇÃO À SÚMULA 297, II DESTA CORTE.** Se a decisão oriunda do Regional Trabalhista não se manifestou sobre aspectos importantes para o deslinde da controvérsia, mesmo após a provocação da manifestação por intermédio de embargos declaratórios, mostra-se omissa, restando demonstrada a negativa de prestação jurisdicional ensejadora do conhecimento do recurso de revista, por violação ao artigo 93, IX, da Constituição Federal. Por consequência, a multa aplicada em sede de embargos de declaração, afronta a Súmula 297, II desta Corte. Recurso de revista conhecido e provido. Prejudicada a apreciação dos demais temas.

²¹⁸Art. 93, IX, da CRFB/88: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação.”

²¹⁹Art. 489, I, II e III, do NCPC: “São elementos essenciais da sentença: I - o relatório, que conterá os nomes das partes, a identificação do caso, com a suma do pedido e da contestação, e o registro das principais ocorrências havidas no andamento do processo; II - os fundamentos, em que o juiz analisará as questões de fato e de direito; III - o dispositivo, em que o juiz resolverá as questões principais que as partes lhe submeterem.”

²²⁰Art. 832, da CLT: “Da decisão deverão constar o nome das partes, o resumo do pedido e da defesa, a apreciação das provas, os fundamentos da decisão e a respectiva conclusão.”

(RR - 197-37.2012.5.02.0362, Relator Desembargador Convocado: Cláudio Armando Couce de Menezes, Data de Julgamento: 25/02/2015, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 13/03/2015).

Dando continuidade a análise proposta, falamos acima da incumbência conferida aos Tribunais Regionais para que promovam a sua uniformização jurisprudencial interna (até porque é descabida a divergência de interpretação das Turmas do próprio Regional, embora seja permitido o confronto com a turma de outro TRT).

Para promover-se a resolução das divergências jurisprudenciais internas (que, repita-se, deve ser resolvida pelo próprio TRT) foi concebida a obrigatoriedade de uniformização de jurisprudência, constante no arts. 926 e ss. do NCPC e o cabimento de incidente como procedimento autônomo voltado à uniformização interna, disposta no § 3º, do art. 896, da CLT – além da Súmula n. 111, do TST, vista alhures.

No entanto, os TRTs permaneceram inertes no seu trabalho de uniformização jurisprudencial interna, simplesmente aguardando os pronunciamentos do TST para que daí decorresse a uniformização. Contudo, a reforma promovida pelo NCPC considerou inescusável a demora dos TRTs e obrigou o retorno dos autos para esse fim, no momento em que constatada a existência de duas teses diversas adotadas pelo TRT de origem.

Para Luiz Rodrigues Wambier e Eduardo Talamini²²¹, a uniformização de jurisprudência é:

[...] um expediente que tem por objetivo evitar a desarmonia de interpretação de teses jurídicas, uniformizando, assim, a jurisprudência interna dos tribunais. [...] A uniformização de jurisprudência não é um recurso. É um incidente processual (e não uma ação incidental) de caráter preventivo, por meio do qual se quer predeterminar o conteúdo de uma decisão que ainda não foi proferida. [...] O primeiro efeito que decorre da apresentação do pedido de uniformização de jurisprudência é a suspensão do processo. Suspende-se o processo e se cinde a competência. Ao tribunal pleno ou ao órgão especial caberá decidir a tese jurídica ou a *quaestio juris* (questão de direito). O resto do recurso ou da causa será decidido pelo órgão competente para julgá-los. Decidida a *quaestio juris*, tem efeito vinculativo sobre o resto do julgamento. [...] A suscitação da uniformização de jurisprudência se fará em razões ou contrarrazões recursais, em sustentação oral ou em petição avulsa.

Aduz o § 3º, do art. 896, da CLT, que “Os Tribunais Regionais do Trabalho procederão, obrigatoriamente, à uniformização de sua jurisprudência e aplicação, nas causas da competência da Justiça do Trabalho, no que couber, o incidente de

²²¹ WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Recurso de Revista*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014, p. 820-821.

uniformização de jurisprudência previsto nos termos do Capítulo I do Título IX do Livro I da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (Código de Processo Civil).”

Da leitura do dispositivo, percebe-se a obrigação de incidente destinado a uniformizar a jurisprudência do respectivo TRT, bem como constitui autêntico pressuposto genérico para conhecimento do Recurso de Revista.

Os §§ 4º e 5º, do art. 896, da CLT²²², devem ser analisados em conjunto com a norma acima, visto atribuírem ao Ministro Relator no TST (e, mediante o retorno dos autos, ao Presidente do TRT), a imposição inafastável de decretar que a uniformização seja realizada, na hipótese de (constatarem-se) decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo TRT.

Nesse diapasão é também a inteligência do art. 2º, da IN n. 40/2016, do TST²²³, que estabeleceu subsistir o Incidente de Uniformização de Jurisprudência da CLT, ressalvados os procedimentos previstos nos Regimentos Internos dos TRTs.

No entanto, como já mencionado acima, a regra da uniformização jurisprudencial não encontrou efetividade, pois são comuns entendimentos diversificados no âmbito interno dos TRTs – haja vista, por exemplo, o número embrionário de súmulas expedidas pelos órgãos Regionais.

Cláudio Brandão²²⁴ elucida que essa variedade de teses jurídicas adotadas pelos TRTs contribuiu para a exacerbação de recursos ao TST, que, além de exercer os seus papéis precípuos – *uniformizar a jurisprudência e controlar a correta aplicação da Lei Federal e da Constituição Federal de 1988* – também passou “a exercer papel que, verdadeiramente, é atribuído ao Pleno dos TRTs ou, em alguns casos por norma regimental, ao Órgão Especial: **por via indireta, definir questões jurídicas oriundas de divergências entre turmas**”. E prossegue²²⁵:

²²²Dispõem os §§ 4º e 5º, do art. 896, da CLT, respectivamente: “Ao constatar, de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes ou do Ministério Público do Trabalho, a existência de decisões atuais e conflitantes no âmbito do mesmo Tribunal Regional do Trabalho sobre o tema objeto de recurso de revista, o Tribunal Superior do Trabalho determinará o retorno dos autos à Corte de origem, a fim de que proceda à uniformização da jurisprudência.”; “A providência a que se refere o § 4º deverá ser determinada pelo Presidente do Tribunal Regional do Trabalho, ao emitir juízo de admissibilidade sobre o recurso de revista, ou pelo Ministro Relator, mediante decisões irrecuráveis.”

²²³Art. 2º, da IN n. 40/2016: “Após a vigência do Código de Processo Civil de 2015, subsiste o Incidente de Uniformização de Jurisprudência da CLT (art. 896, §§ 3º, 4º, 5º e 6º), observado o procedimento previsto no regimento interno do Tribunal Regional do Trabalho.”

²²⁴BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 129.

²²⁵BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 130-131.

A tese fixada na decisão de incidente constitui o precedente judicial e transmitirá às comunidades interna (nos planos horizontal – todos os órgãos do Tribunal – e vertical – demais magistrados a ele vinculados) e externa (sociedade em geral, sob jurisdição do tribunal prolator da decisão) a interpretação atribuída à norma jurídica e, com isso, atenderá ao princípio da segurança jurídica [...] Se o incidente foi concebido para a uniformização das diversas correntes interpretativas adotadas pelos órgãos fracionários do tribunal e se foi definida qual deve prevalecer, a insistência no desrespeito contribuirá para incentivar novos recursos, pois se transmitirá a sensação de que poderá vir a ser acolhida a divergência, além de não se saber ao certo como se interpreta a norma.

Já o § 6º, do art. 896, da CLT, dispõe que: “Após o julgamento do incidente a que se refere o § 3º, unicamente a súmula regional ou a tese jurídica prevalecente no Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho servirá como paradigma para viabilizar o conhecimento do recurso de revista, por divergência.”

Extraí-se da norma em apreço que súmulas e teses jurídicas prevalecentes servirão de formas de pacificação, além de ser necessário ressaltar a regra do art. 927, IV, do NCPC, que atribui às súmulas do STF e do STJ o caráter de precedentes – “Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão: [...] IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.”

Cláudio Brandão²²⁶, corroborando a tese de que a regulamentação da uniformização de jurisprudência interna se restringiu aos §§ 3º a 6º, do art. 896, da CLT, à IN n. 40/2016, do TST, e aos RITRTs, conceitua *súmulas* e *tese jurídica prevalecente* (presentes no conteúdo do § 6º, do art. 896, da CLT) da seguinte forma:

[...] **súmulas**: representam a consolidação da tese jurídica no julgamento dos incidentes de uniformização de jurisprudência, desde que alcançado o quórum de maioria absoluta dos membros que integram o tribunal [...]; [...] **tese jurídica prevalecente**: a expressão pode ter mais de um significado, embora com idêntico alcance. Representa, na hipótese, o resultado do julgamento do incidente de uniformização de jurisprudência, quando não atingido o quórum para edição de súmula, ou a tese acolhida por todas as turmas do TRT e que, por isso mesmo, não autoriza a instauração de incidente, por não haver divergência interna.

Portanto, a utilização de *súmula regional* ou de *tese jurídica prevalecente* como paradigma para viabilizar o conhecimento do recurso de revista é possível, dès que não haja conflito com súmula ou OJ do TST. *Contrario sensu*, a decisão de determinado

²²⁶ BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 135.

TRT que constituir tese jurídica prevalecente ou sumular contrária a do TST, não permitirá o conhecimento de Recurso de Revista por divergência de outro acórdão regional, pois não será elemento apto a constatar a divergência de interpretação – vale dizer, os TRTs até podem editar súmulas cujo conteúdo contrarie àquelas fixadas pelo TST, mas que somente prevalecerão enquanto o Colendo Tribunal Superior do Trabalho não editar precedente sobre o mesmo tema.

Assim sendo, se determinada decisão colegiada contrariar súmula de Tribunal Regional do Trabalho, é possível o Recurso de Revista pautado nessa divergência.

O art. 4º, do Ato n. 491/14, da Presidência do TST, segue essa linha de raciocínio ao expor que:

Art. 4º A comprovação da existência da súmula regional ou da tese jurídica prevalecente no Tribunal Regional do Trabalho e não conflitante com súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho servirá para os efeitos do artigo 896, a, da CLT, desde que regularmente demonstrada sua fonte de publicação.

Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²²⁷ defende que não se trata de nova hipótese de cabimento de Recurso de Revista (a divergência de acórdão com súmula Regional), pois há a necessidade de interpretação sistemática do art. 896, “a”, da CLT, com a Lei n. 13.015/14 – que, como vimos, um dos objetivos era obrigar os TRTs a sumularem as suas decisões internas divergentes, para que as decisões dos órgãos fracionários não sejam contrárias à jurisprudência atual.

Ademais, tendo em vista que a divergência pautada em súmula ou tese Regional tem de observar que estas últimas estejam em harmonia com as OJs e Súmulas do TST, em havendo desconformidade, a hipótese de cabimento é pautada na alínea “a”, do art. 896, da CLT – isto é, não se cumula a alínea “a” com o § 6º do artigo em questão, pois esta possibilidade é restrita à decisão turmária de TRT que divergir simultaneamente de jurisprudência do TRT (em consonância com o TST) prolator do acórdão impugnado ou de jurisprudência de outro TRT.

Por fim, para interposição do Recurso de Revista mediante a hipótese de divergência de interpretação de *Lei Federal*, é fundamental observar o disposto na Súmula n. 337, do TST, *in verbis*:

²²⁷ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 154.

Súmula nº 337 do TST. COMPROVAÇÃO DE DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. RECURSOS DE REVISTA E DE EMBARGOS (redação do item IV alterada na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. I - Para comprovação da divergência justificadora do recurso, é necessário que o recorrente: a) Junte certidão ou cópia autenticada do acórdão paradigma ou cite a fonte oficial ou o repositório autorizado em que foi publicado; e b) Transcreva, nas razões recursais, as ementas e/ou trechos dos acórdãos trazidos à configuração do dissídio, demonstrando o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso, ainda que os acórdãos já se encontrem nos autos ou venham a ser juntados com o recurso. II - A concessão de registro de publicação como repositório autorizado de jurisprudência do TST torna válidas todas as suas edições anteriores. III - A mera indicação da data de publicação, em fonte oficial, de aresto paradigma é inválida para comprovação de divergência jurisprudencial, nos termos do item I, “a”, desta súmula, quando a parte pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição de trechos que integram a fundamentação do acórdão divergente, uma vez que só se publicam o dispositivo e a ementa dos acórdãos; IV - É válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente: a) transcreva o trecho divergente; b) aponte o sítio de onde foi extraído; e c) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

O conteúdo dessa súmula fez com que fosse necessária a inclusão do § 8º, do art. 896, da CLT (através da Lei n. 13.015/14). A norma em destaque estabelece o seguinte:

Art. 896, § 8º, CLT: Quando o recurso fundar-se em dissenso de julgados, incumbe ao recorrente o ônus de produzir prova da divergência jurisprudencial, mediante certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que houver sido publicada a decisão divergente, ou ainda pela reprodução de julgado disponível na internet, com indicação da respectiva fonte, mencionando, em qualquer caso, as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados.

Da leitura do dispositivo legal verifica-se que o cerne abarca a forma como será comprovada a divergência jurisprudencial e como deverá ser produzida a prova pelo recorrente.

O § 1º-A, do art. 896, da CLT, também traz a forma de realização da prova do dissenso pretoriano, estabelecendo que:

Art. 896, § 1º-A, CLT: § 1º-A. Sob pena de não conhecimento, é ônus da parte: I - indicar o trecho da decisão recorrida que consubstancia o prequestionamento da controvérsia objeto do recurso de revista; II - indicar, de forma explícita e fundamentada, contrariedade a dispositivo de lei, súmula ou orientação jurisprudencial do Tribunal Superior do Trabalho que conflite com a decisão regional; III - expor as razões do pedido de reforma, impugnando todos os fundamentos jurídicos da decisão recorrida, inclusive mediante demonstração analítica de cada dispositivo de lei, da Constituição Federal, de súmula ou orientação jurisprudencial cuja contrariedade aponte.

O ônus probatório constante do § 8º, do art. 896, da CLT, será atendido quando o recorrente juntar, alternativamente: 1) *certidão* comprobatória de publicação do acórdão; 2) *cópia ou citação do repositório de jurisprudência*, oficial ou credenciado, inclusive em mídia eletrônica, em que a decisão houver sido publicada; ou 3) *reprodução da decisão paradigma na internet*, com indicação da fonte.

Já as *circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados* deverão ser provenientes de elementos de conformidade dos casos cotejados, da maneira mais flagrante possível, para evidenciar à Turma os elementos fáticos e jurídicos de correspondência das teses embora com resultados desiguais – vale dizer, é comprovar os elementos materiais e formais, respectivamente, das teses conflitantes e dos acórdãos paradigmas.

Cláudio Brandão²²⁸ ao analisar o dispositivo legal, em conjunto com a Súmula n. 337, do TST, chega as seguintes conclusões:

a) ao utilizar a expressão ‘mencionando [...] as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados’, o legislador valeu-se de comando necessariamente genérico e valida a interpretação contida no item I, ‘b’ da [...] Súmula (demonstrar o conflito de teses que justifique o conhecimento do recurso); b) exige-se clara identificação da fonte originária do aresto paradigma e da discrepância de teses, motivo pelo qual deve ser indicada a data de publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho – DEJT ou repositório autorizado e transcrito o trecho que comprove; c) em se tratando de informações obtidas na internet, além da transcrição já mencionada, incumbe ao recorrente indicar os dados informativos do processo (número, órgão prolator do acórdão e data de publicação no DEJT, como também o sítio em que publicado) [...].

Acerca das informações obtidas na internet, e as incumbências acima referidas, colacionam-se os seguintes julgados:

EMBARGOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. VALIDADE FORMAL. JULGADO EXTRAÍDO DO SÍTIO DO TST NA INTERNET. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DA DATA DE PUBLICAÇÃO. SÚMULA 337, IV, -c-, DO TST. 1. Padece de vício formal, a inviabilizar o exame da alegada divergência jurisprudencial, aresto que, não obstante extraído do sítio oficial do Tribunal Superior do Trabalho na internet, não informa a respectiva data de publicação no DEJT, em descompasso com a diretriz sufragada na alínea -c- do item IV da Súmula nº 337 do TST. 2. Embargos de que não se conhece. (E-RR - 184-77.2011.5.06.0001, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 11/09/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais,

²²⁸ BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista*: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016, p. 148.

Data de Publicação: DEJT 19/09/2014); **AGRAVO REGIMENTAL. EMBARGOS. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. VALIDADE FORMAL. SÚMULA Nº 337 DO TST.** 1. De conformidade com a Súmula nº 337, item IV, do TST, revelam-se formalmente inválidos os arestos trazidos ao cotejo se a parte, não obstante indique o trecho divergente, aponte o sítio do TST na internet e decline o número do processo eletrônico e o órgão prolator dos arestos, cinge-se a indicar a data de publicação, sem, contudo, explicitar se a publicação dos arestos em apreço deu-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (Ag-E-ED-RR - 277-04.2012.5.08.0113, Relator Ministro: João Oreste Dalazen, Data de Julgamento: 16/10/2014, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 24/10/2014).

Já se para demonstração da divergência for utilizado aresto obtido de base de dados não conhecida como repositório autorizado de jurisprudência do TST, será tido como inservível, consoante entendimento a seguir:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO – REJEIÇÃO. O acórdão embargado consignou que o aresto de fls. 2230 se revela inservível, à luz da Súmula nº 337 do TST. Com efeito, a fonte de publicação indicada - o sítio eletrônico www.jusbrasil.com.br - não consubstancia repositório autorizado de jurisprudência desta Corte. Ademais, o acórdão paradigma acostado ao Recurso de Revista não se encontra autenticado, tampouco foi declarada sua autenticidade, ressaltando não se tratar de documento eletrônico. Desatendidos, assim, os requisitos arrolados nos itens I e IV do citado verbete. Rejeitam-se os Embargos de Declaração se inexistentes omissão, contradição ou obscuridade. (ED-RR - 89400-16.2007.5.05.0131, Relator Desembargador Convocado: João Pedro Silvestrin, Data de Julgamento: 13/08/2014, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 15/08/2014).

Outrossim, havia precedentes que exigiam a indicação precisa do endereço eletrônico que conduzisse diretamente ao acórdão paradigma, enquanto outras decisões entendiam como suficiente a menção ao sítio do tribunal. A SBDI-I, visando atenuar a dificuldade que os advogados encontravam para transcrição integral do destino eletrônico, que estavam sujeitos à transformação pelos *softwares* de digitalização, firmou a tese de que a simples indicação do endereço do tribunal na internet (por exemplo, “www.tst.jus.br”) é suficiente para atender ao requisito da *indicação do site*, como se verifica através da ementa e de trecho de voto abaixo colacionados:

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DA LEI Nº 11.496/2007. PARCELA INCENTIVO FINANCEIRO ADICIONAL. Entendo que se afigura formalmente inválido à configuração de divergência jurisprudencial o único aresto paradigma colacionado no recurso de embargos, pois o Município pretende demonstrar o conflito de teses mediante a transcrição da fundamentação do acórdão paradigma sem, contudo, apresentar a respectiva cópia autenticada. A mera indicação da fonte de publicação oficial de aresto paradigma é inválida para a comprovação de divergência jurisprudencial no caso em que a parte pretende estabelecer o confronto de teses a partir da fundamentação da decisão colacionada, pois

somente são publicadas a ementa e a parte dispositiva. Registre-se que o endereço eletrônico fornecido não remete ao inteiro teor do acórdão. Precedentes desta Subseção. Inteligência da Súmula nº 337, III, do TST. Esta e. Subseção, entretanto, por sua maioria, concluiu pela validade formal do paradigma porque transcrito o inteiro teor do acórdão nas razões do recurso, indicada a URL após a alteração da Súmula nº 337 do TST (que excluiu essa exigência) e a data de publicação no DEJT. No mérito, cinge-se a controvérsia à possibilidade de se determinar que o Município pague aos agentes comunitários de saúde vantagem pecuniária instituída por Portaria do Ministério da Saúde. A jurisprudência desta Corte Superior vem entendendo que a Portaria do Ministério da Saúde que instituiu a verba incentivo financeiro adicional e determinou seu repasse aos fundos municipais de saúde não criou vantagem pecuniária para os agentes comunitários de saúde do Município de Juiz de Fora, uma vez que somente poderia ser implementada pela edição de lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo local, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal. Precedentes desta Subseção. Recurso de embargos conhecido por divergência jurisprudencial e desprovido. **(E-RR - 1889-46.2012.5.03.0038, Relator Ministro: Alexandre de Souza Agra Belmonte, Data de Julgamento: 12/03/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 31/03/2015)**; Ressalte-se que, muito embora a Egrégia Turma, no julgamento dos embargos de declaração, tenha considerado a necessidade de indicar, de forma específica, a URL - *Universal Resource Locator* -, exigência não mais contida na Súmula nº 337 desta Corte, a decisão proferida em sede de recurso de revista mostra-se correta, ao aplicar o item III desse verbete. **(AgR-E-ED-RR - 1859-31.2011.5.02.0472, Relator Ministro: Cláudio Mascarenhas Brandão, Data de Julgamento: 15/10/2015, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 23/10/2015).**

Com relação aos demais elementos que constituem o ônus probatório do recorrente, o julgado a seguir esclarece bem a questão aqui exposta:

RECURSO DE EMBARGOS INTERPOSTO PELOS RECLAMANTES. RECURSO DE REVISTA. PETROBRAS. - COMPLEMENTO DA RMNR-. BASE DE CÁLCULO. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA DE ACORDO COLETIVO. PARCELAS COMPUTADAS NA APURAÇÃO DO RESPECTIVO MONTANTE. SÚMULA Nº 337, IV, DO TST. 1. Segundo os ditames do item IV da Súmula nº 337 desta Corte Superior, -é válida para a comprovação da divergência jurisprudencial justificadora do recurso a indicação de aresto extraído de repositório oficial na internet, desde que o recorrente: a) transcreva o trecho divergente; b) aponte o sítio de onde foi extraído; e c) decline o número do processo, o órgão prolator do acórdão e a data da respectiva publicação no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho-. 2. In casu, os embargantes não indicaram, nas razões dos embargos, a fonte de publicação dos arestos paradigmas, ou seja, o site de onde foram extraídos ou o DJ em que foram publicados. 3. Dentro deste contexto, tem-se que não foi observada a correta indicação da fonte de publicação, tendo em vista que os recorrentes deixaram de atender os ditames do verbete supramencionado. Recurso de embargos não conhecido. (E-RR - 4042-98.2011.5.12.0050, Relatora Ministra: Dora Maria da Costa, Data de Julgamento: 21/11/2013, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DEJT 29/11/2013).

Estando a decisão recorrida em conformidade com Súmula do C. TST, poderá o Ministro Relator, ao indicar a súmula, negar seguimento ao recurso. Também será denegada a revista nas hipóteses de intempestividade, deserção, falta de alçada e ilegitimidade de representação, apesar do § 12, do art. 896, da CLT²²⁹, assegurar a interposição de agravo no prazo de 8 (oito) dias.

Finalizando as disposições essenciais para o conhecimento de Recurso de Revista fundado na hipótese de divergência jurisprudencial na interpretação de Lei Federal ou da Constituição Federal, é importante salientar que não se exige a comprovação do trânsito em julgado da decisão paradigma.

Entretanto, ressalta Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²³⁰ que, na hipótese dessa decisão colacionada ser anulada ou reformada, a divergência deixará de existir, passando o recorrido a ter o ônus de comprovar esse fato, seja por simples petição ou em sede de contrarrazões ou memoriais.

Isso pode acontecer devido ao fato da divergência ser averiguada em dois momentos – o primeiro quando da interposição do recurso e o segundo quando do julgamento (podendo ser desprovido o recurso pelo motivo de inexistir ou ter sido superada a divergência inicialmente apontada).

Por fim, embora seja incabível o Recurso de Revista interposto de acórdão regional em agravo de instrumento (explicitado na introdução deste capítulo), é possível valer-se de acórdão proferido em agravo de instrumento para caracterizar a divergência – bem como utilizar-se de acórdão constante em processo de execução para comprovar a divergência jurisprudencial na fase de conhecimento (do acórdão que se pretende impugnar).

3.2 ALÍNEA “B” – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NA INTERPRETAÇÃO DE NORMA COLETIVA, LEI ESTADUAL E REGULAMENTO DE EMPRESA

A segunda hipótese de cabimento está edificada na alínea “b”, do art. 896, da CLT, e consiste na possibilidade do recurso de revista acerca das hipóteses em que dois julgados derem interpretação divergente (na forma da alínea “a”, do art. 896, da CLT) ao mesmo dispositivo de lei estadual, convenção ou acordo coletivo de trabalho, sentença normativa ou regulamento de empresa de observância obrigatória em área territorial excedente à jurisdição do TRT prolator da decisão recorrida – isto é, a alínea

²²⁹ § 12, do art. 896, da CLT: “Da decisão denegatória caberá agravo, no prazo de 8 (oito) dias.”

²³⁰ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 158.

“b” versa sobre as hipóteses de cabimento da Revista por divergência interpretativa de norma (seja de Lei Estadual, norma coletiva ou regulamento de empresa) que tenha sua vigência no âmbito territorial de mais de um TRT.

Mauro Schiavi²³¹, corroborado por Carlos Henrique Bezerra Leite²³², apregoa que é cabível o Recurso de Revista, nos termos da alínea “b”, do art. 896, da CLT, quando ocorrer divergência jurisprudencial “na interpretação de acordo coletivo, sentença normativa ou regulamento empresarial entre Tribunais Regionais do Trabalho, entre Tribunal Regional do Trabalho e Seção de Dissídios Individuais do TST, ou entre acórdão de TRT e Súmula do TST.”

A princípio, é necessário conceituar a abrangência do termo “*norma local*”; para tanto, valemo-nos da lição de Homero Batista Mateus da Silva²³³, conforme excerto abaixo:

Aparentemente tudo que não for lei federal ficou inserido na alínea *b*, pois esta descreve cinco fontes formais do direito do trabalho (lei estadual, convenção e acordo coletivo, decisão normativa e regulamento de empresa). Outras fontes de direito do trabalho, como os usos e costumes ou o direito comparado, ficaram de fora dos permissivos legais para o recurso de revista, competindo à parte, caso queira usar desse instrumento, deslocar o tema para a violação de lei ou da Constituição Federal de 1988, na forma da letra *c*, ou tentar subsumir a interpretação a alguma norma legal.

Assim sendo, tudo que não seja lei federal será permissivo legal para o cabimento do Recurso de Revista, desde que também não corresponda aos usos e costumes ou ao direito comparado – que apesar de se constituírem em autênticas fontes formais do direito do trabalho, não foram inseridas, expressamente, no permissivo constante da alínea “b”, do art. 896, da CLT; é dizer, se a parte pretender interpor o Recurso de Revista com base nos usos, costumes ou o direito comparado, deve adequá-los às hipóteses constantes da alínea “c”, do art. 896, da CLT.

Inserida, inicialmente, pela Lei n. 7.701/88, a alínea em questão acarretou em ADIN ajuizada pela Procuradoria do Trabalho. Seu julgamento, contudo, foi no sentido de improcedência, tendo em vista que, apesar de ser competência privativa da União legislar sobre Direito do Trabalho – e, desse modo, seriam infundadas as Leis Estaduais

²³¹ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 948.

²³² LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1032.

²³³ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 183.

que editassem leis trabalhistas – os Estados podem regulamentar direitos em empresas públicas ou sociedades de economia mista. Além desse argumento, há situações em que Lei Complementar autoriza os Estados a legislar sobre temas específicos do direito do trabalho (com fulcro no parágrafo único, do art. 22, da CRFB/88) – seria exemplo a LC n. 103, de 14 de julho de 2000²³⁴.

Da referida improcedência, pacificou-se a constitucionalidade do dispositivo através da Súmula n. 312, do TST²³⁵.

A Lei n. 9.756/98 (que alterou o teor da alínea “a”, do art. 896, da CLT, como vimos no item “3.1”) manteve a mesma redação da alínea “b” – embora a mudança promovida na alínea “a” tenha afetado diretamente a norma em tela, pois esta faz menção, ao final, “na forma da alínea a”.

Sendo assim, também passou a ser impossível o cabimento de Recurso de Revista por divergência oriunda do *mesmo* Tribunal Regional nas hipóteses de divergência de interpretação de norma (*Lei Estadual, norma coletiva* ou *regulamento de empresa*) que tenha vigência nos territórios de mais de um TRT (a questão será detalhada mais à frente).

Acerca das normas (elencadas na alínea “b”) que possuam vigência no âmbito territorial de mais de um TRT, temos o exemplo do Estado de São Paulo, que é o único estado da Federação que possui dois TRTs (TRT2 e TRT15). Sendo assim, havendo divergência quanto à interpretação de *Lei Estadual* do Estado de São Paulo, cabe o Recurso de Revista.

Já no que diz respeito à interpretação divergente de *norma coletiva*, o cabimento da Revista seria possível, por exemplo, no caso de Convenção Coletiva de determinada Categoria Nacional com incidência em todo o território Pátrio, em que, havendo interpretação de determinada cláusula por um TRT no sentido “X”, e outro TRT entender a cláusula sob o sentido “Y”, caberá Recurso de Revista.

Homero Batista Mateus da Silva²³⁶ apregoa que a *norma coletiva* pode assumir “a feição de convenção coletiva, quando firmada entre sindicatos de empregados e sindicatos de empregadores, mas também pode corresponder a um simples acordo

²³⁴Cujo preâmbulo “Autoriza os Estados e o Distrito Federal a instituir o piso salarial a que se refere o inciso V do art. 7º da Constituição Federal, por aplicação do disposto no parágrafo único do seu art. 22.”

²³⁵ **Súmula nº 312 do TST. CONSTITUCIONALIDADE. ALÍNEA "B" DO ART. 896 DA CLT (mantida) - Res. 121/2003, DJ 19, 20 e 21.11.2003.** É constitucional a alínea "b" do art. 896 da CLT, com a redação dada pela Lei nº 7.701, de 21.12.1988..

²³⁶ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 184.

coletivo, firmado entre o sindicato profissional e o empregador”, além de compreender a sentença normativa no conceito em apreço – quando proferida em um TRT e puder ser analisada por mais de um Regional (que se daria, por exemplo, no Estado de SP).

Ademais, a interpretação dissonante, por mais de um TRT, acerca de *Regulamento de empresa* (isto é, seu *Regimento Interno*) também é causa para o cabimento do Recurso de Revista pautado na alínea “b”, do art. 896, da CLT, dès que o *Regimento Interno* que foi interpretado diversamente tenha vigência no âmbito territorial de mais de um Tribunal Regional do Trabalho.

Tratadas as hipóteses trazidas na alínea “b”, importa ressaltar a necessidade de o recorrente demonstrar a divergência jurisprudencial (do mesmo modo que se exige na alínea “a”), bem como evidenciar a abrangência da vigência da norma, de modo a caracterizá-la superior à área de competência do acórdão do Regional que se impugna – isto é, demonstrar que a competência é de mais de um TRT.

Essa é a inteligência que se extrai da OJ n. 147, da SBDI-I, do TST:

147. LEI ESTADUAL, NORMA COLETIVA OU NORMA REGULAMENTAR. CONHECIMENTO INDEVIDO DO RECURSO DE REVISTA POR DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL (nova redação em decorrência da incorporação da Orientação Jurisprudencial nº 309 da SBDI-1) - DJ 20.04.2005. I - É inadmissível o recurso de revista fundado tão-somente em divergência jurisprudencial, se a parte não comprovar que a lei estadual, a norma coletiva ou o regulamento da empresa extrapolam o âmbito do TRT prolator da decisão recorrida. (ex-OJ nº 309 da SDI-1 - inserida em 11.08.03); II - É imprescindível a arguição de afronta ao art. 896 da CLT para o conhecimento de embargos interpostos em face de acórdão de Turma que conhece indevidamente de recurso de revista, por divergência jurisprudencial, quanto a tema regulado por lei estadual, norma coletiva ou norma regulamentar de âmbito restrito ao Regional prolator da decisão.

Em outras palavras, além da necessidade de se provar a divergência jurisprudencial, é fundamental comprovar o dispositivo de Lei Estadual, de Norma Coletiva ou de Norma Regulamentar, cuja vigência territorial transcende a jurisdição do TRT prolator do acórdão recorrido em recurso ordinário relativo a dissídio individual.

Vale dizer que as controvérsias sobre *lei estadual*, *normas coletivas* e *regulamentos de empresas* que não exorbitem a jurisdição de determinado TRT, só poderão ser julgadas por esse único TRT – e, por conseguinte, não poderão ser objeto de recurso de revista, mas tão somente de incidente de uniformização de jurisprudência (nos termos constantes deste trabalho no item “3.1”).

Outrossim, como prometemos alhures, devemos estabelecer a extensão da cláusula contida no art. 896, alínea “b”, *in fine*, da CLT, qual seja “*de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea ‘a’*”, visto que a hipótese de cabimento de recurso de revista por divergência do *mesmo* tribunal deixou de existir – e acarretou em supressão de possibilidade que antes continha tanto da alínea “a”, quanto da alínea “b”, ambas do art. 896, da CLT.

Wagner Drdla Giglio²³⁷ ao comentar a supressão do cabimento do recurso de revista dos acórdãos divergentes prolatados no *mesmo* TRT (seja do Pleno ou de Turma), que interferiram nas alíneas “a” e “b”, elogia a reforma do ponto de vista processual, posto que:

a) não é função precípua do Tribunal Superior sanar divergências internas de Tribunais Regionais, e sim divergências entre as decisões de Tribunais de diferentes regiões, decorrentes da diversidade de suas condições socioeconômicas; b) a atuação do Tribunal Superior, ao julgar qual seria a mais jurídica entre as decisões dissidentes do mesmo Tribunal Regional, poderia se interpretada como interferência prejudicial à autonomia dos Tribunais; c) normalmente, julgados diversos do mesmo Tribunal, proferidos em processos em que são discutidas as mesmas circunstâncias de fato, devem ser atribuídos à evolução natural de sua jurisprudência; do reconhecimento dessa evolução resultou a Súmula n. 42, posteriormente revisada pela de n. 333, vedando o recurso de revista quando o julgado contrastante estivesse superado ‘por iterativa, notória e atual jurisprudência’, essa regra foi, agora, incorporada à lei, através da redação dada ao art. 896, §4º, da Consolidação das Leis do Trabalho; d) por coerência e respeito aos jurisdicionados, os Tribunais Regionais deveriam, como preconizamos há muitos anos, padronizar e obedecer a seus precedentes jurisprudenciais; e) como, apesar de tudo, na realidade ocorrem decisões conflitantes entre turmas do mesmo Tribunal Regional, principalmente naqueles compostos de muitas turmas, e como não poderiam tais divergências ser eliminadas através da criação, obviamente inconveniente, de mais um recurso, interno, a solução encontrada foi determinar a uniformização da jurisprudência de cada Tribunal Regional, nos ‘termos do Livro I, Título IX, Capítulo I, do CPC’, como dispõe o atual § 3º do art. 896 da CLT. A redação dada à parte final desse § 3º, entretanto, abriu a maior dificuldade de interpretação da nova regulamentação legal, ao impedir que a súmula da jurisprudência regional sirva ‘para ensejar a admissibilidade do recurso de revista quando contrariar súmula da jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho’.

Agora tratando especificamente da expressão “*de observância obrigatória em área territorial que exceda a jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho prolator da decisão recorrida, interpretação divergente, na forma da alínea ‘a’*”, é possível concluir-se que ela diz respeito somente ao “*regulamento empresarial*” ou que abrange

²³⁷ GIGLIO, Wagner Drdla; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005, p. 426-427.

também os termos “*lei federal, convenção coletiva, acordo coletivo e sentença normativa*”.

Se fosse considerada a primeira hipótese (que somente incluiria o termo “*regulamento empresarial*”), seria permitida a Revista independentemente da competência territorial (porção de jurisdição) do TRT prolator do acórdão contra o qual se objetivasse recorrer. Além do mais, o Recurso de Revista possui natureza extraordinária, e a interpretação das suas hipóteses de cabimento deve ser restritiva.

Felizmente, a jurisprudência do TST vem adotando o posicionamento de que a divergência jurisprudencial explicitada na alínea “b”, do art. 896, da CLT, deve ser aquela cuja lei estadual, norma coletiva e regulamento de empresa tenham observância obrigatória em área territorial excedente à jurisdição do TRT prolator do acórdão que se quer impugnar.

Ademais, todas as disposições constantes dos §§ 1º a 13, do art. 896, da CLT (a maioria dos quais foi analisada no item “3.1”), serão aplicáveis, especialmente a *atualidade* e a *especificidade*, tendo em vista a expressão ao final da alínea “b”, do artigo em tela, que preceitua “na forma da alínea ‘a’”.

3.3 ALÍNEA “C” – VIOLAÇÃO DE LEI FEDERAL E DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A hipótese prevista na alínea “c”, do art. 896, da CLT, versa sobre a *violação literal de disposição de lei federal* ou *afronta direta e literal à Constituição Federal*.

É a única alínea que não preceitua a necessidade de confronto do acórdão de que se recorre com outra decisão colegiada, bastando o confronto do acórdão com a norma vigente – Lei Federal ou a CRFB/88. Inclusive o acórdão prolatado em Recurso Ordinário pode não encontrar divergência jurisprudencial, mas ainda assim será suficiente para provocar o cabimento de Recurso de Revista.

Homero Batista Mateus da Silva²³⁸ aduz haver bônus e ônus para parte que pretenda atacar determinado acórdão regional através da alínea “c”, do art. 896, da CLT, apregoando que “há o alento de não precisar procurar acórdãos divergentes, o que é sabidamente oneroso, mas há o desalento de demonstrar que a decisão foi realmente violadora da letra da lei federal ou da norma constitucional.”

²³⁸ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 186.

Amauri Mascaro Nascimento²³⁹ conceitua essa hipótese de cabimento da Revista como *Recurso de nulidade*, pois a função do recurso seria reformar a decisão que é tida como nula por ter *violado literalmente dispositivo de lei federal* ou *afrontado literal e diretamente a CRFB/88* – embora, em matéria processual, predomine a regra de que as nulidades somente serão declaradas quando resultarem em prejuízo manifesto para as partes do processo, bem como deverão, obrigatoriamente, ser alegadas pelos litigantes (consoante arts. 794 e 795, ambos da CLT²⁴⁰).

Na sequência, o autor²⁴¹ define a afronta direta e literal à Constituição Federal como:

[...] aquela que está em total oposição ao sentido da letra e do espírito do texto da Lei Magna. A tendência, nesse ponto, é a de interpretação restritiva à interposição de revista. Nem sempre será fácil a solução do caso concreto. Há princípios constitucionais que podem ser afrontados por decisões judiciais, embora não diretamente. A prudência do magistrado será fator decisivo para a razoável apreciação de cada caso.

Mauro Schiavi²⁴² apregoa que a *violação literal* se dá nos seguintes casos: “afirmar que a lei autoriza quando ela nega e vice-versa; e sustentar que a lei está vigente quando ela fora revogada e vice-versa.”

No entanto, mesmo com a interpretação ampliativa do termo “Lei Federal” (a que nos referimos no item “3.1” deste trabalho, para o qual remetemos o leitor), a violação literal não pode ocorrer em simples violação à Portaria (até porque, nem está prevista no art. 59, da CRFB/88). Felizmente, o próprio TST já se posicionou a esse respeito ao entender pelo não cabimento de Recurso de Revista ante a violação de portaria ministerial, instrução ou ordem de serviço, segundo as ementas dos julgados abaixo:

EMBARGOS À SDI - PORTARIA Nº 3.214/78 - recurso de revista NÃO CONHECIDO - AFRONTA AO ART. 896, "C", DA CLT NÃO CONFIGURADA. Portaria, que não deixa de ser "ato normativo", não viabiliza processamento de recurso de revista, dado que o legislador optou

²³⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 733-734.

²⁴⁰ Os arts. 794 e 795, ambos da CLT, preceituam respectivamente o seguinte: “Nos processos sujeitos à apreciação da Justiça do Trabalho só haverá nulidade quando resultar dos atos inquinados manifesto prejuízo às partes litigantes”; “As nulidades não serão declaradas senão mediante provocação das partes, as quais deverão argüi-las à primeira vez em que tiverem de falar em audiência ou nos autos.”

²⁴¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 734.

²⁴² SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 949.

pela locução "lei federal" (art. 896, letra "c", da CLT), que tem campo de abrangência restrito, natureza específica e que é fruto de processo de elaboração, formal e material, privativo do Poder Legislativo. Recurso de embargos não conhecido. (RR - 302806-60.1996.5.04.5555, Relator Ministro: Milton de Moura França, Data de Julgamento: 13/09/1999, Subseção I Especializada em Dissídios Individuais, Data de Publicação: DJ 08/10/1999); **RECURSO DE REVISTA. [...] NULIDADE - CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA** (alegação de violação à Portaria nº 107 do Ministério Público do Trabalho). Há de se afastar a alegação de ofensa à Portaria nº 107 do Ministério Público do Trabalho. É que portaria não é lei, para fim de admissibilidade do recurso de revista, na forma do disposto na alínea -c- do artigo 896 da Consolidação das Leis do Trabalho. Recurso de revista não conhecido. [...] (RR - 165500-46.2008.5.24.0002, Relator Ministro: Renato de Lacerda Paiva, Data de Julgamento: 11/09/2013, 2ª Turma, Data de Publicação: DEJT 20/09/2013).

Sendo assim, a abrangência do termo “*lei federal*” acolhida pela jurisprudência parece ter sido a proposta por Mauro Schiavi, e corroborada por Carlos Henrique Bezerra Leite – com a qual concordamos.

Ademais, muito embora a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 condicione o conhecimento dos seus recursos de natureza extraordinária (Recurso Especial e Recurso Extraordinário) unicamente à *contrariedade a dispositivo de lei federal ou constitucional*, da leitura do preceito constante da alínea em análise, verifica-se, contudo, a condicionante *obrigatória de contrariedade ligada à letra do dispositivo violado*, o que parece prestigiar tão somente o método de interpretação gramatical – por oportuno, esse não é o posicionamento que vem sendo adotado, como será melhor explicitado mais à frente.

A violação não poderá ser uma afronta indireta, reflexa ou disfarçada; vale dizer, é fundamental que haja a indicação correta do dispositivo de lei que se alega ter sido violado.

Inclusive, nesse diapasão é o item I, da Súmula n. 221, do TST, que preceitua ser a indicação expressa do dispositivo de lei federal ou da Constituição Federal tido por violado um pressuposto de validade (e consequente admissibilidade) para o conhecimento do Recurso de Revista fundado em violação:

Súmula nº 221 do TST. RECURSO DE REVISTA. VIOLAÇÃO DE LEI. INDICAÇÃO DE PRECEITO. (cancelado o item II e conferida nova redação na sessão do Tribunal Pleno realizada em 14.09.2012) - Res. 185/2012, DEJT divulgado em 25, 26 e 27.09.2012. A admissibilidade do recurso de revista por violação tem como pressuposto a indicação expressa do dispositivo de lei ou da Constituição tido como violado.

Em consonância com a Súmula acima transcrita estão a Súmula n. 459, do TST (vista no item “3.1.1”, quando tratamos da interposição de Embargos de Declaração e o efeito oriundo da persistência na omissão do acórdão recorrido) e a OJ n. 335, da SBDI-I, do TST²⁴³, que advertem acerca da *correta indicação do dispositivo violado* – reconhecido como um dos *requisitos* para o conhecimento do Recurso de natureza extraordinária.

Conforme acordamos tratar do que seria a *violação à literalidade* em momento adequado, faremos isso agora.

Pois bem, até o cancelamento do item II, da Súmula n. 221, do TST (cujo teor referendava o seguinte: “*Interpretação razoável de preceito de lei, ainda que não seja a melhor, não dá ensejo à admissibilidade ou ao conhecimento de recurso de revista ou de embargos com base, respectivamente, na alínea ‘c’ do art. 896 e na alínea ‘b’ do art. 894 da CLT. A violação há de estar ligada à literalidade do preceito.*”) não era possível que interpretação *razoável* de lei desse ensejo a Recurso de Revista pautado em violação caracterizada pela alínea “c”, do art. 896, da CLT.

Contrario sensu, a partir do cancelamento do item II, da Súmula n. 221, do TST, ocorrido em setembro de 2012 (através da Resolução n. 185/2012 – *DEJT* divulgado em 25, 26 e 27-9-2012), é possível que a interpretação de lei *fora do razoável* dê azo a violação propugnada na alínea “c”, e, por conseguinte, caiba o Recurso de Revista nessa hipótese de transgressão.

Estêvão Mallet²⁴⁴, contudo, não entende desse modo. Para o autor em apreço, somente se poderia falar de *interpretação razoável*, quando muito, nos casos julgados por equidade; nos casos atinentes à violação expressada na alínea “c”, do art. 896, da CLT, jamais haveria correspondência para o cabimento do Recurso de Revista – até porque, o objetivo da criação dos Tribunais Superiores foi apontar a interpretação correta a ser seguida pelos jurisdicionados, sendo descabido falar-se na possibilidade de interpretação razoável das normas vigentes –, conforme excerto colacionado abaixo:

Não se compreende, porém, o que venha a ser interpretação que é razoável, mesmo não sendo a melhor. A interpretação dada ou é correta ou é errada. Interpretação razoável, se não é correta, é errada, não podendo, de modo algum, prevalecer. Por isso mesmo é que se criaram tanto o Tribunal Superior

²⁴³ **335. CONTRATO NULO. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. EFEITOS. CONHECIMENTO DO RECURSO POR VIOLAÇÃO DO ART. 37, II E § 2º, DA CF/88 (DJ 04.05.2004).** A nulidade da contratação sem concurso público, após a CF/88, bem como a limitação de seus efeitos, somente poderá ser declarada por ofensa ao art. 37, II, se invocado concomitantemente o seu § 2º, todos da CF/88.

²⁴⁴ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 114.

do Trabalho, como os demais Tribunais Superiores: para apontar, dentre as diversas interpretações surgidas no dia a dia da aplicação do direito, aquela que é correta e que deverá ser seguida, porque, como observa com toda propriedade Greco Filho, não pode o comando legal comportar, objetivamente, ‘duas interpretações contraditórias e igualmente aceitáveis’ De interpretação razoável poder-se-ia falar, quando muito, nos casos de julgamento por equidade, não quando se trata de solucionar a lide com aplicação das normas vigentes (CPC, art. 126).

Sendo assim, com fulcro na lição de Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²⁴⁵, constatamos o seguinte: 1) havendo simples interpretação divergente de lei, não estará configurada a violação de que trata a alínea “c”; 2) havendo uma interpretação *fora do razoável*, existe a possibilidade da lei ter sido violada.

Desse cancelamento do item II, da Súmula n. 221, do TST, o Tribunal Superior do Trabalho passou a propugnar um novo entendimento acerca da desnecessidade do preenchimento do pressuposto da violação de literal de dispositivo de lei para os casos que versam sobre a fixação de valor dos danos morais. A nosso ver, o TST passou a adotar o critério do cabimento de *interpretação razoável* para configurar a violação a dispositivo legal específico, conforme julgados a seguir:

INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. DANO MORAL COLETIVO. VALOR DA INDENIZAÇÃO. O exame do conhecimento do Recurso de Revista em que se discute o quantum devido a título de indenização por dano moral não está restrito aos pressupostos inscritos no art. 896 da CLT, visto que a fixação dessa indenização envolve a observância aos critérios da proporcionalidade e da razoabilidade; e a aferição da observância aos aludidos critérios não remete, necessariamente, ao campo da prova. Dessarte, pode a Turma desta Corte, com base no quadro fático descrito pelo Tribunal Regional, concluir que, no tocante à indenização fixada, foram atendidos os ditos critérios. Na hipótese dos autos, é possível verificar que o Tribunal Regional, ao fixar a indenização por dano moral coletivo no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), observou os critérios da proporcionalidade e da razoabilidade. Recurso de Revista de que não se conhece. (RR - 1488-05.2012.5.08.0007, Relator Ministro: João Batista Brito Pereira, Data de Julgamento: 23/10/2013, 5ª Turma, Data de Publicação: DEJT 14/11/2013); **I - AGRAVO DE INSTRUMENTO - DANO MORAL - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO.** Vislumbrada violação ao artigo 944 do Código Civil, dá-se provimento ao Agravo de Instrumento para determinar o processamento do recurso denegado. **II - RECURSO DE REVISTA - DANO MATERIAL - PENSÃO MENSAL.** O aresto colacionado é inservível para comprovar a divergência, uma vez que oriundo do mesmo Tribunal Regional. Recurso desfundamentado a teor do art. 896, -a-, da CLT. **DANO MORAL – CONFIGURAÇÃO.** Identificados os requisitos caracterizadores da responsabilidade civil no caso concreto, impõe-se a condenação da Reclamada a indenizar moralmente o dano sofrido pelo Autor, decorrente de acidente de trabalho. Incidência da Súmula nº 126 do TST. **DANO MORAL - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO** Na fixação do *quantum* indenizatório deve o juiz adotar critério de razoabilidade e proporcionalidade entre a lesão de ordem imaterial sofrida, seus efeitos

²⁴⁵ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 176.

extrapatrimoniais porventura perceptíveis, o grau da culpa do lesante e a capacidade econômica do réu. O valor da condenação a título de indenização por danos morais foi excessivo, comportando redução. Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido. (RR - 1100-18.2006.5.02.0254, Relator Desembargador Convocado: João Pedro Silvestrin, Data de Julgamento: 25/09/2013, 8ª Turma, Data de Publicação: DEJT 27/09/2013).

Carlos Henrique Bezerra Leite²⁴⁶, todavia, atribui que o cabimento do recurso de revista nesses casos de danos morais indenizatórios é devido ao valor exorbitante ou excessivamente ínfimo que foi atribuído no acórdão prolatado pelo TRT, que violaria os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade – e que pensar em sentido diverso acarretaria em invasão à competência do Tribunal Regional do Trabalho, que é soberano no exame de fatos e provas.

Conforme temos defendido ao logo desse trabalho, haja vista a finalidade do TST em conferir aos jurisdicionados a segurança jurídica necessária para a convivência em sociedade, entendemos ter sido fundamental o cancelamento deste item II, da Súmula n. 221, do TST, pois isso permitirá que as questões que não versem sobre violação direta de lei possam ser apreciadas, em sede de Recurso de Revista, devido à ausência de *razoabilidade*.

Mauro Schiavi²⁴⁷, (corroborado por grande parte da doutrina), entretanto, discorda desse posicionamento, conforme fragmento exposto em sua obra:

De nossa parte, a interpretação razoável de preceito legal, que é interpretação proporcional ao caso concreto, ou seja, a justiça do caso concreto, não deve ensejar o recurso de revista. O princípio da proporcionalidade, também chamado de regra da ponderação, se destina a solucionar o conflito entre princípios constitucionais, em um caso concreto, aplicando-se um princípio ao invés do outro que está em conflito, sem descartar a validade e eficácia do princípio não aplicado.

Desse modo, para a maioria dos autores é necessário que a violação à letra da lei seja algo flagrante, perceptível de plano.

A nosso ver, *data maxima venia*, a violação da norma não pode se limitar restritamente à sua interpretação literal – embora reconheçamos a natureza do Recurso de Revista como um recurso de natureza jurídica extraordinária, que deve ter sua incidência limitada a casos restritos.

²⁴⁶ LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 1036.

²⁴⁷ SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016, p. 950.

De nossa parte, como temos sustentado, inexistindo razoabilidade na interpretação de dispositivo legal (ainda que não haja violação direta à lei) à parte deve ser assegurado o direito de recorrer da decisão, bem como o ônus de indicar o dispositivo de maneira expressa nas razões recursais.

Homero Batista Mateus da Silva²⁴⁸ ao comentar o conceito de “*violação literal à lei*”, parece adotar, dentro do possível, o posicionamento que defendemos:

De plano, descartam-se as apelações por novo julgamento baseadas apenas na irresignação da parte, no sentimento de injustiça ou na discordância quanto à apreciação da prova. É essencial a indicação do dispositivo legal que se considera violado. Em segundo lugar, não se admitem recursos oportunistas, como aqueles que apontam a violação “da CLT” ou “da Constituição”, dada a ambiguidade e a ineficácia dessas expressões. Em terceiro lugar, embora o art. 896, *c*, não exija expressamente a indicação do artigo, do parágrafo ou do inciso, poderá haver essa necessidade quando se tratar de um dispositivo excessivamente amplo, servindo como exemplo o art. 5.º da CF/1988. Caso a parte afirme que o art. 5.º foi violado, mister se faz apresentar o inciso exato, dada a gama colossal dos assuntos ali tratados.

Ademais, ressaltamos a dificuldade existente para se determinar quando se está diante de violação à lei ou simplesmente diante de interpretação diversa, o que não caracterizaria a transgressão da alínea “*c*”, apta a possibilitar a Revista através dessa norma. Isso porque a violação, que permitirá o conhecimento do Recurso pela alínea “*c*”, se dará também quando a interpretação consubstanciar algo *fora do razoável*.

Estêvão Mallet²⁴⁹ oferece o seguinte exemplo quanto a isso:

Se, por exemplo, a decisão afirma que as expressões A, B e C traduzem a idéia X, a discussão diz respeito tão somente ao negócio jurídico litigioso, não ensejando o oferecimento de recurso de revista. Contrariamente, se afirma o juiz que o texto literal da cláusula A, que conduz ao resultado Y, deve prevalecer sobre a intenção dos contratantes, que levaria ao resultado Z, o que ocorreu não foi simples má interpretação de dispositivo contratual, mas violação ostensiva da regra do art. 85, do Código Civil, que manda atender, nas declarações de vontade, mais à sua intenção que ao sentido da linguagem. A revista é de cabimento indubitável no último caso.

Por conseguinte, as decisões dos tribunais e órgãos de 1º grau, bem como os ensinamentos promovidos pela doutrina, terão relevante papel para determinar, no caso concreto, o que pode ser entendido como interpretação *razoável* ou *fora do âmbito da razoabilidade*.

²⁴⁸ SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]*: justiça do trabalho. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8, p. 186.

²⁴⁹ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 124.

Por fim, é importante notar o teor da OJ n. 257, da SBDI-I, do TST²⁵⁰, cuja inteligência abrandou o rigor na utilização de termos sinônimos à “*violação*” quando da interposição de Recurso de Revista pautado no permissivo constante da alínea “c”, do art. 896, da CLT.

3.4 NECESSIDADE DE AMPLIAÇÃO DAS HIPÓTESES DE CABIMENTO DO RECURSO DE REVISTA

Aqui será necessária uma correspondência com os princípios e com a função do TST, de que tratamos no capítulo 1.

Isso porque, a função do TST é muito mais abrangente do que controlar a aplicação da Lei Federal e da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que acreditamos termos exposto claramente ao longo deste trabalho.

Também é atribuição do Tribunal Superior do Trabalho (e dos demais órgãos superiores da justiça brasileira) prezar pela observância e respeito aos direitos fundamentais, consagrados através dos princípios constitucionais.

Como já referendamos, os princípios constitucionais não se constituem apenas em caráter de regra interpretativa ou argumentativa, mas possuem efetivo valor de norma, posto que conferem harmonia ao sistema e constituem autêntico norte ao intérprete do direito – vale dizer, conferem unidade ao sistema e estabelecem os valores que seriam mais custosos à sociedade.

É incontestável que eventual lesão aos princípios acarreta na mais grave das inconstitucionalidades – se não é possível definir uma escala acerca do que seria esse termo, fazemos isso apenas para demonstrar o ápice em que estão os princípios no nosso ordenamento jurídico.

Sandra Morais de Brito Costa²⁵¹, corroborando nossa expressão, ressalta o porquê da violação a um princípio ser muito mais grave do que a transgressão de uma regra interpretativa ou argumentativa:

[...] A desatenção ao princípio implica ofensa não apenas a um mandamento obrigatório específico, mas a todo o sistema de comandos. É a mais grave

²⁵⁰ **257. RECURSO DE REVISTA. FUNDAMENTAÇÃO. VIOLAÇÃO DE LEI. VOCÁBULO VIOLAÇÃO. DESNECESSIDADE** (alterada em decorrência da redação do inciso II do art. 894 da CLT, incluído pela Lei nº 11.496/2007) - Res. 182/2012, DEJT divulgado em 19, 20 e 23.04.2012. A invocação expressa no recurso de revista dos preceitos legais ou constitucionais tidos como violados não significa exigir da parte a utilização das expressões “contrariar”, “ferir”, “violar”, etc..

²⁵¹ COSTA, Sandra Morais de Brito. *Dignidade humana e pessoa com deficiência: aspectos legais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2008, p. 31.

forma de ilegalidade ou inconstitucionalidade, conforme o escalão do princípio atingido, porque representa insurgência contra todo o sistema, subversão de seus valores fundamentais, irremissível a seu arcabouço lógico e corrosão de sua estrutura mestra.

Da leitura de lição de Paulo Bonavides²⁵² é possível extrair que inexistindo princípios, não haverá ordem constitucional; sem ordem constitucional, não existirão as liberdades e garantias – possíveis de serem exercidas apenas fora da esfera de poderes arbitrários e absolutos.

Mesmo diante dessa importância conferida aos princípios constitucionais, não é possível o cabimento de Recurso de Natureza Extraordinária para que o Tribunal Superior aprecie eventuais lesões/inobservâncias desses princípios – nem mesmo ao princípio da dignidade da pessoa humana, inserido no art. 1º, inciso III, da CRFB/88²⁵³. Essa proibição nos parece decorrer do conteúdo das Súmulas n. 279, do STF²⁵⁴, e n. 7, do STJ²⁵⁵.

No entanto, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²⁵⁶ aponta que o TST e o STJ já adentraram no mérito de alguns Recursos (de Revista e Especiais, respectivamente), com fulcro nos princípios – embora o fundamento tenha sido a violação de lei. Contudo, essa abertura demonstra a evolução da Justiça para a necessidade que defendemos neste item, qual seja de que os Tribunais Superiores (e no nosso caso, em vista do Recurso de Revista, especialmente o TST) para as questões que tratem do princípio da dignidade da pessoa humana e outros princípios fundamentais que dele decorram.

Apesar de não ser uma hipótese prevista expressamente em lei, a doutrina²⁵⁷, quando do início da vigência do CC/2002, se posicionou pela possibilidade dos Tribunais Superiores ponderarem acerca de ações envolvendo dano moral, conforme excerto a seguir:

Padece, ainda, o novo Código Civil de disposição que estabeleça critério para a fixação da compensação por dano moral [...]. O estabelecimento de valores para compensar as ofensas morais admitidas em juízo constitui atualmente

²⁵² BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 255-258.

²⁵³ Art. 1º, III, da CRFB/88: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: [...] III - a dignidade da pessoa humana.”

²⁵⁴ **Súmula n. 279, do STF**: “Para simples reexame de prova não cabe recurso extraordinário.”

²⁵⁵ **Súmula n. 7, do STJ**: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

²⁵⁶ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 223.

²⁵⁷ FRANCIULLI NETO, Domingos; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *O novo código civil: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale*. São Paulo: LTr, 2003, p. 832.

uma questão angustiante, pois fica no exclusivo poder discricionário do julgador, através de critérios subjetivos aleatórios. Aliás, o Colendo Superior Tribunal de Justiça- talvez preocupado com essa exacerbação nas pretensões indenitárias a título de dano moral – e, considerando, ainda a fixação por alguns julgadores de valores absolutamente ínfimos e aviltantes ou de importâncias extremamente exageradas, evoluiu no sentido de rever e fixar o quantum do dano moral em sede de recurso especial. A esse respeito salientou Cássio M. C. Penteado Júnior [...]que essa Corte Superior vem se orientando no sentido do ‘controle do valor da indenização, nas demandas por dano moral, tendo-o como uma questão jurídica (conforme voto do Ministro Costa Leite no REsp 53.321) passível portanto, de apreciação em grau de recurso especial, afastando eventuais conotações de conteúdo material ou de prova que, a teor da Súmula n. 7, escapariam do julgamento do Colegiado’.

Entendemos que a admissão de Recurso de Revista (e dos demais recursos de natureza extraordinária) apenas quando da ocorrência de violação de norma expressa e positivada, acaba conduzindo o controle de constitucionalidade e de legalidade a uma interpretação arcaica, limitada tão somente a observância do positivismo jurídico – é dizer, sem respeitar a interpretação e a integração permitidas e propugnadas pelo ordenamento jurídico hodierno.

Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro coaduna com o nosso entendimento ao apregoar que os valores e princípios “devem ser protegidos pelo Judiciário de maneira uniforme, ou seja, ‘de cima para baixo’”²⁵⁸ e que existe a real necessidade de os Tribunais Superiores estabelecerem critérios para a tutela desses direitos, “a uma, porque em final análise é o órgão de controle da Constituição Federal, a duas, porque desta forma elimina a litigiosidade existente sobre os diversos assuntos envolvendo o trabalho e o capital.”²⁵⁹

Portanto, fundamental que os temas tidos como principais nas relações trabalhistas possam ser pacificados. Disso decorrerá a segurança jurídica entre os particulares, evitará a expectativa de deferimento/indeferimento das mais variadas pretensões individuais, e culminará na diminuição do tempo de tramitação das ações.

Estêvão Mallet²⁶⁰, ao analisar a alínea “c”, do art. 896, da CLT (que permite o cabimento de recurso de revista dès que haja violação à dispositivo legal ou constitucional) propugna pelo não cabimento de recurso de revista quando da violação de princípio, devido à evolução histórica pela qual o Recurso de Revista passou e pela escolha do legislador em retirar essa hipótese de cabimento, conforme excerto a seguir:

²⁵⁸ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 223-224.

²⁵⁹ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 224.

²⁶⁰ MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995, p. 120.

Pontes de Miranda enfaticamente equipara à lei o costume, os princípios gerais do direito e, até mesmo, as regras sobre analogia, servindo, a infração de quaisquer dessas normas, no entender do renomado jurista, como fundamento para a propositura de ação rescisória. Ora, se servem para justificar a revisão do que passou em julgado, deveriam servir também, com muito mais razão, para autorizar o oferecimento de recurso de natureza extraordinária. Contra semelhante entendimento levanta-se, todavia, quase toda a doutrina, não reconhecendo, nos casos referidos, hipóteses de recorribilidade. E, se a orientação por último assinalada é a mais prestigiada no processo comum, mostra-se de acerto irrecusável no processo do trabalho. Basta considerar a evolução histórica por que passou o recurso de revista. Quando editada a Consolidação, admitia-se a revista no caso de violação expressa de 'direito' e posteriormente, ao tempo da Lei n. 861, houve referência formal à ofensa a princípio geral de direito como causa de recurso. Mas tudo hoje está superado. O legislador modificou a redação do art. 896, da Consolidação: onde se lia violação expressa de direito ou violação de princípio geral de direito, agora há apenas violação de literal disposição de lei federal. E a mudança não foi gratuita; teve em vista justamente restringir o cabimento do recurso de revista. Forçoso, portanto, reconhecer sua inadmissibilidade por ofensa a costume, a princípio de direito ou mesmo a regra sobre analogia.

A nosso ver, entretanto, para que os princípios fundamentais realmente tenham seu valor e eficácia respeitados, é fundamental que haja o controle de constitucionalidade através dos Tribunais Superiores, especialmente nas relações de trabalho – isto é, no caso da Justiça Laboral, deve ser incumbência do TST proteger os princípios estabelecidos pela CRFB/88, permitindo-se a sua uniformização para atendimento à vida em sociedade.

Isso porque a pessoa humana deve estar no cerne do direito, conforme interpretação acerca das normas constitucionais – que consagram a dignidade como princípio fundamental, bem como essa dignidade, nos termos do art. 1º, inciso III, da CRFB/88, corresponde à pessoa humana.

Ao tratar da dignidade humana, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira Monteiro²⁶¹, ressalta que:

Todos os homens são titulares, em condições de igualdade, de um conjunto de direitos existenciais. Esses direitos independem de particularidades individuais. Mesmo aquela pessoa que não tem consciência, em razão de demência, senilidade ou debilidade, mesmo aquela pessoa que não consegue se expressar por mudez, autismo ou qualquer outra circunstância, mesmo aquela pessoa que ainda não possui compreensão do mundo porque recém nasceu, todas elas continuam sendo pessoas, ainda que tenham cessado de funcionar normalmente ou não tenham ainda adquirido a capacidade funcional.

²⁶¹ MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016, p. 225.

Já Sandra Morais de Brito Costa²⁶² consegue relacionar o Trabalho como Fundamento da Dignidade Humana, ao mencionar que:

[...] a justificativa máxima e filosófica do direito do trabalho é a dignidade humana e os direitos fundamentais dos trabalhadores como seres humanos. Por isso, a Declaração da Filadélfia, integrante da Constituição da Organização Internacional do Trabalho – OIT, da qual o Brasil é membro fundador, diz expressamente que o trabalho não é mercadoria. Ele não pode ser negociado por ninguém, somente pelo próprio trabalhador, segundo regras emanadas do Estado ou advindas da autonomia coletiva da vontade dos grupos sociais, e naquilo que não prejudicar o trabalhador.

Outrossim, nas relações trabalhistas, apesar da existência de prerrogativas inerentes ao empregador (como o controle e fiscalização que exerce sobre os seus empregados), a Justiça do Trabalho busca a prevalência da dignidade, de modo que, havendo desrespeito a esse princípio constitucional fundamental, configura-se a violação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, sendo imprescindível a possibilidade de cabimento de Recurso de Revista.

Ademais, importa ressaltar que existem dispositivos constitucionais que consagram expressamente a dignidade da pessoa humana como princípio fundamental, além do já aludido art. 1º, inciso III:

Art. 226. A família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. [...] § 7º Fundado nos princípios da **dignidade da pessoa humana** e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas; Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, **o direito** à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, **à dignidade**, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão; Art. 230. A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, **defendendo sua dignidade** e bem-estar e garantindo-lhes o direito à vida.

Dessa linha de argumentação também não destoa a Declaração Universal de Direitos Humanos, de 1948, cujo preâmbulo e artigo 1º estabelecem o seguinte:

Considerando que o reconhecimento da dignidade inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis é o fundamento da liberdade, da justiça e da paz no mundo, [...] Considerando

²⁶² COSTA, Sandra Morais de Brito. *Dignidade humana e pessoa com deficiência: aspectos legais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2008, p. 37.

ser essencial que os direitos humanos sejam protegidos pelo império da lei, para que o ser humano não seja compelido, como último recurso, à rebelião contra a tirania e a opressão, [...] Considerando que os povos das Nações Unidas reafirmaram, na Carta da ONU, sua fé nos direitos humanos fundamentais, na dignidade e no valor do ser humano e na igualdade de direitos entre homens e mulheres, e que decidiram promover o progresso social e melhores condições de vida em uma liberdade mais ampla, [...] a Assembleia Geral proclama [...] Artigo I – Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade.

Assim sendo, o respeito à dignidade da pessoa humana abrange evidente princípio fundamental, não havendo motivos para que a violação a um princípio não permita o cabimento de Recursos de Natureza Extraordinária – por conseguinte, não deve existir óbice ao conhecimento de Recurso de Revista fundado em violação a princípio constitucional, até porque, são fontes primárias do Direito e autênticas normas basilares.

Tratamos da violação ao princípio da dignidade da pessoa humana como hipótese para o cabimento de Recurso de Revista, mas poderíamos tratar de outros princípios, fundamentais para garantir a prevalência da ordem constitucional.

A título de exemplificação, poderíamos tratar do *princípio da não discriminação*, ou mesmo, do *princípio da igualdade*, ambos esculpidos como princípios constitucionais fundamentais.

Até porque, na prática das relações de trabalho, casos de discriminação ocorrem diuturnamente, seja na admissão de empregados (discriminados em função de sexo, nacionalidade, religião, raça, etc.), durante o período de vigência do contrato de trabalho (em que as mulheres recebem salários menores que os homens, por exemplo), ou mesmo quando da ocorrência de corte do pessoal integrante da empresa (em que as mulheres, idosos e solteiros costumam ser os grupos mais descartados).

Entretanto, o princípio da não discriminação já permite a apreciação pelo Tribunal Superior do Trabalho através do sistema legal vigente, haja vista a quantidade significativa de leis protetivas existentes e destinadas aos discriminados.

Contudo, ressaltamos que na hipótese de inexistência dessas leis (que estão legalmente expressas no art. 7º, incisos XXX, XXXI, XXXII e XXXIV, da CRFB/88, arts. 5º, 224 a 441 e 461, da CLT, e também nos dispositivos das Leis n. 9.029/95 e n. 9.799/99), bastaria a invocação de princípio fundamental reconhecido/estabelecido na CRFB/88 para permitir o Recurso de Revista ao TST.

Assim, defendemos que, além das hipóteses já previstas expressamente em lei (vistas nos itens “3.1, 3.2 e 3.3”) a violação aos princípios (independentemente se indicados em normas expressas ou não) já configura hipótese idônea de cabimento de Recurso de Revista ao TST – e o consequente tratamento da matéria em sede de Tribunal Superior. Atendida essa hipótese de cabimento, o TST poderá exercer com plenitude a sua função precípua, qual seja a uniformização jurisprudencial entre os Tribunais Regionais do Trabalho.

CONCLUSÃO

Passando pelo primeiro capítulo, verifica-se que buscamos compreender a necessidade de identificação precisa daquilo que integraria a Justiça do Trabalho e que poderia ser objeto dessa Justiça Especializada – com a sua análise histórica pautada em uma visão global e em uma visão restrita do sistema pátrio, além dos princípios constitucionais e infraconstitucionais do processo laboral e os específicos (aptos a conferir a autonomia para este ramo jurídico), bem como a organização da Justiça do Trabalho, com a delimitação de seus órgãos integrantes e respectivas funções, principalmente elencando e explicitando àquelas concernentes ao Tribunal Superior do Trabalho (órgão que cuida da pacificação social dos conflitos trabalhistas, permitindo a uniformização jurisprudencial e a vida em sociedade ao fornecer os nortes em que os Tribunais Regionais do Trabalho devem se pautar ante a existência de dissídios, sendo vital para o estabelecimento e solidificação da segurança jurídica).

Devidamente constatado o porquê da Justiça do Trabalho, importava identificar o Recurso de Revista como Recurso de Natureza Extraordinária que é, explorando os princípios inerentes aos recursos, seus pressupostos genéricos e os pressupostos específicos da Revista – valendo lembrar que este é a medida recursal destinada ao Tribunal Superior do Trabalho, que, por sua vez, conferirá a pacificação social nacional através da uniformização da jurisprudência atinente ao ramo jurídico juslaborista. Desse modo, foram explicitados, no segundo capítulo, os pressupostos extrínsecos e intrínsecos desta modalidade recursal, constituídos em autênticos pressupostos de admissibilidade capazes de impedir/permitir o avanço do recurso em si propriamente dito, seja no juízo *a quo*, seja no juízo *ad quem*. Portanto, constatamos a imprescindibilidade de atendimento e respeito aos pressupostos peculiares (ou específicos) do Recurso de Revista, além dos pressupostos indicados a todos os recursos, concluindo-se pela necessidade fundamental de correspondência ao exigido pela lei e a indicação dos vícios contidos na decisão que se pretende impugnar para que o Recurso não esteja condenado ao fracasso.

Finalmente, no terceiro capítulo prezou-se pela identificação pormenorizada das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista, bem como pela necessidade de sua ampliação – para a plenitude da uniformização jurisprudencial promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho. Averiguou-se, ademais, que o Recurso de Revista é uma modalidade recursal destinado/apto a corrigir

as decisões violadoras da literalidade de lei ou da Constituição Federal, como também a uniformizar a jurisprudência nacional – correspondente à aplicação dos princípios e regras que tenham relação com a Justiça do Trabalho. Disso também decorreria a necessidade de ampliação das hipóteses de cabimento da Revista, pautada em decisões que violassem os princípios estabelecidos no nosso ordenamento jurídico pátrio – em homenagem aos princípios adequados/correspondentes à Justiça Laboral e aos demais ramos da “árvore” jurídica, restando imprescindível o conhecimento das especificações do recurso para a adequada utilização por parte dos jurisdicionados (além de impedir os recursos fadados ao fracasso ou com nítido caráter protelatório).

Dito isso, podemos inferir quatro pontos principais correspondentes as conclusões fundamentais acerca do presente Trabalho de Conclusão de Curso, quais sejam:

1) É fundamental que se perceba que o direito da partes encontra seu término nos Tribunais Regionais do Trabalho, e que o Tribunal Superior do Trabalho tratará de questões *ultra partes* – não é, portanto, uma terceira instância ordinária, mas sim uma instância extraordinária;

2) O direito das partes restringe-se ao duplo grau de jurisdição (decorrente, por sua vez, do princípio do devido processo legal), em que os acórdãos prolatados pelos TRTs encerrarão a discussão acerca da justiça do caso. No entanto, restando questões que são transcendentais às partes, caberá o Recurso de Revista nas hipóteses previstas legalmente – embora, propugnemos pela ampliação de cabimento da Revista;

3) A função do TST, como instância extraordinária, é promover a uniformização jurisprudencial dos TRTs – e a consequente pacificação nacional. Entretanto, os seus ministros apenas poderão julgar questões referentes a divergência (entre TRTs) de interpretação de lei federal ou da Constituição Federal, contrariedade com Súmula ou Orientação Jurisprudencial do TST ou Súmula Vinculante do STF, e violação de Lei Federal e da Constituição Federal – não será revisto, por conseguinte, eventual injustiça perpetrada em instância ordinária, sem a existência de relevância nacional;

4) Além das hipóteses de cabimento do Recurso de Revista (previstas no art. 896, da CLT), é imprescindível a admissão deste Recurso de Natureza Extraordinária dos acórdãos (prolatados em dissídios individuais) que violem princípios constitucionais.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Kátia Magalhães; MILHOMEM, Rubem. *A jurisdição Extraordinária do TST na Admissibilidade do Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2012.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. *Curso de direito administrativo*. 6ª. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.

BEBBER, Júlio César. *Recursos no Processo do Trabalho*. 3ª ed. São Paulo: LTr, 2011.

BOBBIO, Norberto. *Teoria do Ordenamento Jurídico*. 6ª. ed. Tradução: Maria Celeste Cordeiro dos Santos, revisão técnica Cláudio de Cicco. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1995.

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BRANDÃO, Cláudio. *Reforma do sistema recursal trabalhista: de acordo com CPC/2015, as Instruções Normativas do TST n. 39 e 40/2016 e Emenda Constitucional n. 92/2016*. 2ª ed. São Paulo: LTr, 2016.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:00 h.

_____. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del5452.htm>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:06 h.

_____. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015. Código de Processo Civil. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:11 h.

COELHO, Vicente de Faria. *Recurso de Revista*. Rio de Janeiro: Editora Nacional de Direito, 1957.

COSTA, Sandra Morais de Brito. *Dignidade humana e pessoa com deficiência: aspectos legais trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2008.

DELGADO, Maurício Godinho. *Curso de direito do trabalho*. 14. ed. São Paulo: LTr, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil*. 6. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2009, v. I.

FRANCIULLI NETO, Domingos; MENDES, Gilmar Ferreira; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *O novo código civil: estudos em homenagem ao professor Miguel Reale*. São Paulo: LTr, 2003.

FREDIANI, Yone. *Direito do Trabalho*. Barueri: Manole, 2011, Coleção sucesso concursos públicos e OAB/ José Roberto Neves Amorim (coordenador).

FREDIANI, Yone. *Processo de conhecimento e de execução*. São Paulo: LTr, 2004.

GARCIA, Gustavo Filipe Barbosa. *Curso de direito processual do trabalho*. 4ª. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

GIGLIO, Wagner Drdla; CORRÊA, Cláudia Giglio Veltri. *Direito processual do trabalho*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. *Curso de direito processual do trabalho*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

MALLET, Estêvão. *Do Recurso de Revista no Processo do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1995.

MARTINS, Sérgio Pinto. *Direito processual do trabalho: doutrina e prática forense; modelos de petições, recursos, sentenças e outros*. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MIESSA, Élisson. *Recursos Trabalhistas: De acordo com a Lei n. 13.105/14*. Contém referências ao projeto do Novo CPC. Salvador: Editora Juspodivm, 2015.

MONTEIRO, Carlos Augusto Marcondes de Oliveira. *Recurso de Revista*. São Paulo: LTr, 2016.

MONTEIRO, Cláudia Servilha; MEZZAROBBA, Orides. *Manual de Metodologia da Pesquisa no Direito*. 5ª Ed. São Paulo. Saraiva, 2009.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. *Curso de direito processual do trabalho*. 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro; FERRARI, Irany; MARTINS FILHO, Ives Gandra da Silva. *História do trabalho, do direito do trabalho e da justiça do trabalho: Homenagem a Armando Casimiro Costa*. 3. ed. São Paulo: LTr, 2011.

NERY JÚNIOR, Nelson. *Teoria geral dos recursos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.

PINTO, José Augusto Rodrigues. *Manual dos Recursos nos Dissídios do Trabalho*. São Paulo: LTr, 2006.

RODRIGUEZ, Américo Plá. *Princípios de Direito do Trabalho*. 3ª. ed. atual. Tradução e revisão técnica: Walter D. Giglio: LTr, 2000.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 25ª. ed. São Paulo: Saraiva, 2001, p. 285.

SARAIVA, Renato; MANFREDINI, Aryanna. *Curso de direito processual do trabalho*.

11. ed. rev., e atual. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2014.

SCHIAVI, Mauro. *Manual de direito processual do trabalho*. 10. ed. de acordo com o Novo CPC. São Paulo: LTr, 2016.

SILVA, Homero Batista Mateus da. *Curso de direito do trabalho aplicado [livro eletrônico]: justiça do trabalho*. 1. ed. em e-book baseada na 2. ed. impressa. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015, Coleção curso de direito do trabalho aplicado; v. 8.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Disponível em: <<http://www.stj.jus.br>>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:28 h.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br>>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:25 h.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho: (Lei n. 13.105, 16 de março de 2015)*. São Paulo: LTr, 2015.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antônio. *Sistema dos Recursos Trabalhistas*. São Paulo: LTr, 2011.

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br>>. Acesso em 19 dez. 2016, às 19:19 h.

VIVEIROS, Luciano. *CLT Comentada: doutrina e jurisprudência*. 7ª. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Recurso de Revista*. 14. ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2014.